

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tel. 779825 \* Impressão e Composição - Sociedade Nacional de Tipografia, S. A. R. L. - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa \* Distribuição - Distribuidora «O SECULO»

## VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

«Partindo da Grande Revolução Socialista de Outubro, que abalou todo o edifício do capitalismo mundial, sob a influência dos sucessos da União Soviética e com a sua ajuda, as vitórias históricas da classe operária alteraram radicalmente a correlação mundial de forças. O sistema socialista mundial, principal criação e fortaleza do proletariado internacional, tornou-se o factor decisivo da política mundial e da transformação da sociedade humana, possibilitou o desenvolvimento impetuoso do movimento nacional-libertador que tem feito ruir o sistema colonial, acelerou os progressos do movimento operário nos países capitalistas, fez numerosas vezes recuar agressões locais e planos de guerra mundial dos imperialistas. A construção das bases técnico-materiais do comunismo na URSS e a construção do socialismo nos restantes países do campo socialista aumentam incessantemente a força económica e o potencial defensivo do campo socialista, vão desequilibrando cada vez mais a balança mundial de forças a favor do socialismo, impulsionam todo o processo revolucionário mundial.»

(Do programa do Partido Comunista Português aprovado no Congresso Extraordinário realizado em 20/10/1974)



## SAUDAÇÃO DO PCP AO PCUS

Queridos camaradas:

O Comité Central do Partido Comunista Português saúda, calorosa e fraternalmente, o Partido Comunista da União Soviética, todo o povo soviético, pelo 57.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, desejando-vos novos sucessos na construção do socialismo e do comunismo na pátria de Lenine.

Durante os longos anos de opressão fascista, apesar da repressão e das imensas dificuldades impostas pelo fascismo, os comunistas, os trabalhadores portugueses, homens e mulheres, progressistas do nosso país, encontraram a formas de comemorar a Revolução Socialista de Outubro, como um acontecimento histórico de significado mundial, que abriu o caminho da emancipação da Humanidade.

Hoje, quando o Povo Português, depois de derribada a ditadura fascista, está empenhado na grande tarefa de democratização do País, da liquidação do colonialismo, da criação de uma vida melhor para todos os trabalhadores, o aniversário da Grande Revolução de Outubro pode, finalmente, ser comemorado

em Portugal aberta e livremente como uma grande festa dos trabalhadores e de todos os portugueses progressistas. O estabelecimento das relações diplomáticas com a URSS, os primeiros passos já dados para a concretização prática das novas relações de cooperação entre os dois países, no plano económico, cultural e humano, encontrarão, este ano, nas comemorações da Revolução de Outubro, em Portugal, uma significativa expressão de massas, em que se manifestam os fortes sentimentos de amizade do povo português para com o povo soviético.

Estamos certos que no Portugal democrático ainda mais se desenvolverão os laços e a estima que unem os nossos povos. Estamos certos de que, tal como sempre aconteceu no pas-

sado, durante duros anos da ditadura fascista, também agora, na luta por um Portugal democrático, progressista e próspero, os trabalhadores portugueses e o povo português poderão contar com a solidariedade

fraternal dos comunistas e do povo soviético, herdeiros e continuadores dos combatentes da Grande Revolução de Outubro.

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro!  
Viva a amizade inabal-

vel entre o Partido de Lenine e o Partido Comunista Português!

O Comité Central do Partido Comunista Português



O camarada Álvaro Cunhal presta declarações à Imprensa, à sua chegada, no aeroporto

## ABERTAS AMPLAS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A URSS

Realizar-se-ão em Dezembro negociações governamentais entre a URSS e Portugal com vis-

ta à conclusão de um acordo comercial, no qual será estabelecida a base jurídica para as relações económicas entre os dois países. Este um dos resultados imediatos da viagem à URSS de uma delegação governamental portuguesa, presidida pelo nosso camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido e ministro sem pasta, da qual fazem parte o comandante Conceição e Silva, secretário de Estado da Comunicação Social (que permanecerá em Moscovo até final desta semana), dr. Mário Neves, embaixador da República Portuguesa na URSS, dr. Magalhães Cruz, director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, dr. Alberto Regueira, director-geral do Planeamento da Secretaria de Estado do Comércio Externo e Turismo, e dr. Waldemar Quaresma, secretário do ministério de Estado.

As relações económicas constituem um dos domínios de uma ampla cooperação soviético-portuguesa mutuamente vantajosa, cujas perspectivas de desenvolvimento se concretizaram durante as conversações entre a delegação portuguesa e a delegação soviética de que faziam parte N.

S. Patolichév, ministro do Comércio Externo da URSS (chefe da delegação), S. P. Korirev, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS; V. I. Popov, vi-

ce-ministro da Cultura da URSS; A. I. Kalinin, embaixador da URSS na República Portuguesa; J. N. Pankov, chefe de sector do Comité Central do PCUS; D. M. Cvhichiani, vice-presidente do Comité Estatal para a Ciência e Técnica do Conselho de Ministros da URSS; N. N. Inosemzev, vice-presidente do Gosplan da URSS, e M. N. Suloev, vice-presidente do Comité Estatal para as Relações Económicas Externas do Conselho de Ministros da URSS.

O mesmo propósito de cooperação animou as conversações entre o camarada Álvaro Cunhal, o comandante Conceição e Silva e N. V. Podgorny, presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS e membro do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista da URSS. B. N. Ponomarev, presidente da Comissão de Relações Externas do Soviete Supremo da URSS e membro suplente do Bureau Político do PCUS, e I. V. Arkhipov, vice-presidente do Conselho de Ministros da URSS, pelos quais foram recebidos no dia 2 de Novembro.

Em todos os campos comer-

(Continuação na 5.ª página)

## GEORGES MARCHAIS EM LISBOA



O camarada Georges Marchais, secretário-geral do Partido Comunista Francês, chega no próximo domingo a Lisboa, a convite do PCP, chefiando uma delegação de que fazem parte Jean Kanapa, membro do Comité Central e responsável pela secção de política externa do PCF, Roger Trugnan, membro da mesma secção, e ainda Guy Hermier, do Bureau Político.

Ainda na tarde de domingo, os camaradas franceses terão conversações com uma delegação do CC do PCP, as quais continuarão no dia seguinte, à tarde, após o que se realizará uma conferência de Imprensa. Na segunda-feira, à noite, efectua-se um meeting em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, a que estará presente a delegação do PCF, assim como o camarada Álvaro Cunhal e outros membros do CC do nosso Partido. Durante os três dias da sua permanência em Portugal, os camaradas franceses contactarão com diversos sectores da vida política portuguesa.

Esta visita e as troças de opiniões a que dará oportunidade integram-se nas velhas e sempre muito estreitas relações fraternas de camaradagem e amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Francês, na base da sua fidelidade ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

Avante!

PÁGINA 2

Provocação  
esquerdista  
arma da reacção



Os êxitos  
da Revolução  
de Outubro  
ecoam em Portugal

Os distúrbios de 4 de Novembro constituem uma grave e significativa provocação contra a situação democrática.

Nunca como agora ficou tão claro que o histerismo verbal e a exaltação pseudo-revolucionária são instrumento e arma da reacção.

Intitulam-se de «extrema esquerda» os grupúsculos que chamam a si a iniciativa do triste espectáculo de intolerância e violência. Poderiam porém assinar tal acção um «Partido do Progresso», um «Partido Liberal», ou a «maioria silenciosa».

Vista-se de ultra-revolucionário ou de fascista, a reacção prossegue os mesmos objectivos. Tem de ser firme e energicamente combatida.

#### ● Ao serviço da reacção

Em todos os seus aspectos, os distúrbios provocatórios do dia 4 são contrários aos interesses do povo português, das liberdades e da democracia. As próprias forças da direita como a CDS contra as quais os provocadores diziam agir foram imediatos beneficiários. De tais actos só podem tirar proveito a contra-revolução interna e aqueles que a apoiam do estrangeiro.

A derrota da conspiração contra-revolucionária no 28 de Setembro consolidou amplas liberdades democráticas e cria uma situação de maior segurança e tranquilidade, favorável à consolidação da democracia, à luta contra a reacção, à realização de medidas mais operativas para o reforço do Estado democrático, para o prosseguimento da descolonização, para a defesa da estabilidade económica com vistas ao desenvolvimento, ao reforço das relações internacionais de amizade e cooperação.

A provocação do dia 4 de Novembro fornece pretextos para contestar os resultados da vitória do 28 de Setembro, e para, no seguimento do «testamento político» do general Spínola, repetir as acusações caluniosas à jovem democracia portuguesa, de que não assegura nem a ordem nem o exercício das liberdades públicas e de que Portugal caminha para o «caos». Pretextos são assim dados ao combate contra o curso político democrático.

Os grupos provocatórios querem fazer crer que a sua acção era contra as forças reacçãoárias. O seu alvo directo não foi porém senão uma capa para tapar o alvo real. Esse alvo não foi o CDS, mas o Governo Provisório, as forças democráticas, o Movimento das Forças Armadas como aliás os panfletos dos provocadores expressamente revelam. Aparecendo aparentemente a combater a direita, os provocadores visam de facto a esquerda. Aparecendo lutar contra a reacção, é a reacção que realmente servem.

#### ● Nova ofensiva da reacção?

Os distúrbios verificados na noite de 4 de Novembro são um novo toque de alerta na frente da luta contra a reacção. Desde o 25 de Abril, as provocações esquerdistas aparecem sempre objectivamente conjugadas com manobras contra-revolucionárias. É por isso lícito perguntar se a inspiração directa dos distúrbios terá vindo de exaltados esquerdistas ou de estrategos da direita reacçãoária portuguesa e internacional, se foram um incidente isolado ou se fazem parte de uma manobra de maior vulto.

Tendo em conta a ofensiva sistemática contra a economia nacional que prossegue o grande capital financeiro; tendo em conta suspeitas e coordenadas operações da banca privada que ameaçam o equilíbrio do próprio sistema bancário; lembrando-nos da campanha que a imprensa reacçãoária estrangeira faz acerca de uma suposta falta de liberdade dos partidos do «centro»; — os distúrbios de 4 de Novembro são particularmente inquietantes;

por não se poder excluir que sejam o anúncio de nova ofensiva da reacção.

Daí a necessidade de grande firmeza na luta contra provocações esquerdistas e de extrema vigilância para com a direita reacçãoária.

A reacção sofreu uma grande derrota em 28 de Setembro. Não se dá porém por vencida e voltará à carga. Detectar as suas manobras, fazer frente às suas actividades e, se possível, matar no ovo as suas conspirações, são tarefas de todas as forças democráticas e de todo o povo português.

#### ● Divisionismo e perigos de divisão

Os distúrbios provocatórios do dia 4 tiveram também um manifesto fim divisionista. Tornando inevitável a intervenção das Forças Armadas em defesa dos direitos dos cidadãos e da ordem democrática, os provocadores procuraram, como já noutras ocasiões haviam procurado, lançar a imagem de uma oposição entre os militares e o povo (como se eles fossem o povo) de uma repressão contra forças de esquerda (como se eles fossem de esquerda). O Governo Provisório foi visado. Foram visadas as forças democráticas. Mas na arruaça foi visado sobretudo o Movimento das Forças Armadas e as Forças Armadas em geral. Os provocadores pretendem com evidência scovar o apoio do povo às Forças Armadas e a desfigurar a imagem das Forças Armadas que objectivamente têm servido desde o 25 de Abril na causa democrática.

Este objectivo também não foi alcançado. Todas as forças e sectores responsáveis condenaram severamente os distúrbios provocatórios e se pronunciaram pela defesa da ordem democrática.

Seja com o braço direito, seja com o braço esquerdistas, a reacção tem como constante da sua táctica procurar a divisão das forças da democracia. O reforço da unidade é a única resposta que serve os interesses do povo português.

Há, porém, quem proceda como se as forças da democracia estivessem tão consolidadas que pudessem dar-se ao luxo de separar-se desde já seguindo cada qual o seu caminho.

Levados por cálculos eleitoralistas, alguns sacrificam o exame sereno das realidades e da correlação de forças, à mira de uns tantos votos mais e de uns tantos lugares mais na futura Assembleia Constituinte.

O facto é que, apesar do alto significado do 28 de Setembro na consolidação do Estado democrático, apesar dos progressos da democratização, apesar do amplo e vigoroso movimento popular e da firmeza e solidez do Movimento das Forças Armadas, a reacção dispõe ainda de muita força, tem ainda amplo campo de manobra e constitui ainda um perigo real.

Há magníficas possibilidades de tornar irreversível o processo de democratização. Mas tais possibilidades poderiam ser comprometidas, e mesmo comprometidas irremediavelmente se as forças democráticas e progressistas, individualmente consideradas, se sobrestimassem a si próprias e não se unissem no combate à reacção e na construção de um Portugal democrático.

A divisão das forças populares e democráticas e o fim da aliança Povo-Forças Armadas seria o dobre de finados da jovem democracia portuguesa.

Tal divisão não terá porém lugar. O povo português e todos os que têm uma noção das suas responsabilidades e dos seus deveres para com a comunidade nacional assegurarão a cooperação e a unidade necessárias para assegurar o futuro democrático do País.

#### ● Em defesa da unidade

Fazendo frente às manobras divisionistas da reacção e às atitudes anti-unitárias de alguns sectores democráticos, o Partido Comunista Português prossegue sem quaisquer vacilações a sua política de unidade.

O PCP defende a unidade da classe operária, sublinhando, no momento actual, a decisiva importância da unidade sindical.

A força dos trabalhadores está na sua unidade. Tudo deve fazer-se para que o actual movimento sindical, em que participa o total de cerca de dois milhões de trabalhadores sindicalizados, se mantenha unido e unificado. Os trabalhadores devem repelir firmemente, tanto a demagogia do patronato e de organizações reacçãoárias que, em nome da «liberdade sindical» e do «pluralismo sindical» pretendem a divisão dos trabalhadores, como o vesgo sectarismo de alguns, que sacrificam os interesses dos trabalhadores à ideia da criação de instrumentos sindicais de influência política. As resoluções e posições dos sindicatos mostram que os trabalhadores se pronunciam pela unidade e unidade sindical, e que saberão firmemente defendê-la.

O PCP defende a unidade das forças democráticas, sublinhando a importância da sua cooperação na acção prática de todos os dias.

O Movimento Democrático Português foi durante muitos anos a mais viva e rica expressão da unificação da luta democrática em iniciativas e acções comuns. Poderia continuar hoje a desempenhar esse seu extraordinário papel se não tivesse sido alvo de ataques e discriminações que visavam a sua liquidação e tiveram expressão no projecto de lei eleitoral, segundo a qual apenas os partidos políticos podem concorrer às eleições, seja para a Assembleia, seja para as autarquias. A decisão de se transformar um partido político, com todas as suas implicações, é porém saudado pelo PCP com a alegria de se poder continuar a contar em todos os campos de luta pela democracia, com uma organização tão firme, provada e experimentada como é o MDP-CDE.

Ao mesmo tempo, o PCP está pronto a reforçar os laços de cooperação com o Partido Socialista e outras formações democráticas, não se deixando arrastar para polémicas que enfraquecem a frente democrática, mas dando, se necessário, as respostas adequadas aos ataques irresponsáveis de alguns.

O PCP defende a unidade popular, a unidade das classes e camadas antimonopolistas e sublinha a esse respeito a importância, que pode ser decisiva, da aliança da classe operária com o campesinato.

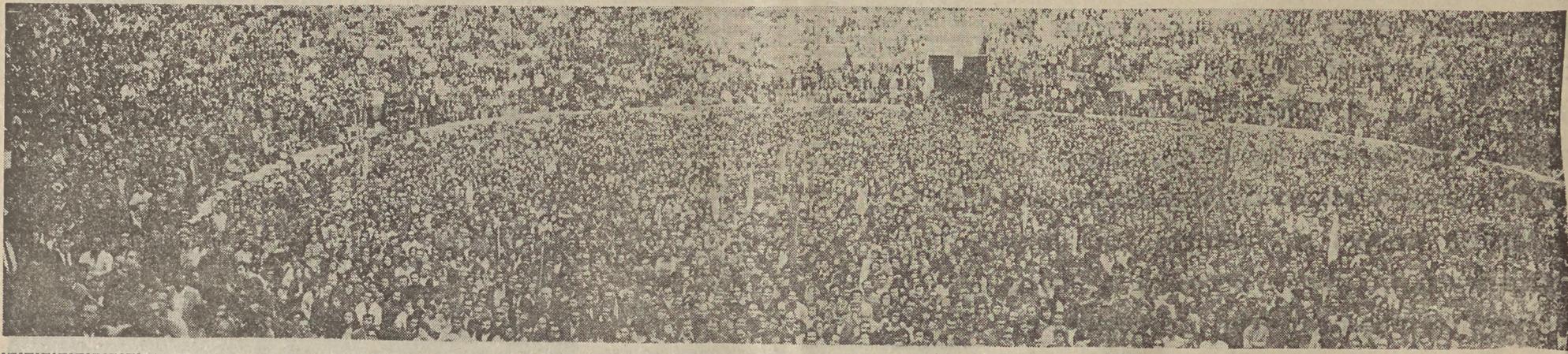
Tem de reconhecer-se o atraso do trabalho nos campos em algumas regiões. É necessário recuperar rapidamente esse atraso, tomar decididamente a defesa dos interesses do campesinato e lutar para que sejam tomadas com urgência medidas que protejam efectivamente esses interesses.

Finalmente: a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas continua a ser essencial e determinante. Tudo deve ser feito para que se reforce incessantemente na acção quotidiana.

A grande batalha que decidirá o futuro democrático de Portugal trava-se entre a reacção e as forças da democracia e do progresso social.

Não há terceiras posições, nem terceiras forças no sentido da arruação das forças de classe e das forças políticas. Para a caracterização do papel e do significado de tal ou tal acção o essencial é discernir a quem serve objectivamente. As provocações esquerdistas são uma arma da reacção. Como acções reacçãoárias devem ser consideradas, tirando-se do facto as necessárias ilações.

## Provocação esquerdistas arma da reacção



## Os êxitos da Revolução de Outubro ecoam em Portugal

S OBRE os dias inolvidáveis de Outubro de 1917, que inauguraram uma nova etapa na vida da Humanidade, 57 anos se passaram. Val longe, no tempo, a Grande Revolução Socialista de Outubro e todavia bem perto na luta quotidiana da classe operária e de todos os homens progressistas por uma sociedade nova, liberta para sempre de toda a exploração e opressão.

Muitos dos seus artífices, entre eles o seu genial inspirador e guia — Lênine — ficaram pelo caminho e não pertencem já ao número dos vivos. E todavia a mensagem que nos legaram permanece fulgurantemente viva e a obra que transmitiram aos vindouros é cada vez mais exemplar e firme.

O povo heróico que sob a bandeira do leninismo derrubou a podre autocracia czarista soube depois com o mesmo heroísmo e tenacidade construir pedra a pedra, com as suas próprias mãos, a poderosa fortaleza do socialismo e da paz que é o Estado soviético de hoje, para o qual estão virados os olhos de todos os que desejam construir um mundo melhor.

Também em Portugal a Grande Revolução Socialista de Outubro ecoou profundamente e desde cedo os trabalhadores portugueses mais avançados encontraram no leninismo e no jovem Estado soviético uma rota segura e uma fonte de inspiração para a sua própria luta.

Desde cedo os operários revolucionários portugueses abraçaram com entusiasmo a causa do socialismo e do comunismo. Sob o influxo das ideias de Lênine foram levados a atentar nas ricas lições e experiências da Grande Revolução de Outubro e a reflectir com agudeza sobre as condições e as perspectivas do movimento operário em Portugal, então sob a influência ideológica do anarquismo e do anarco-sindicalismo.

A formação do PCP em 1921 foi a conclusão lógica de todo um processo do pensamento revolucionário em Portugal no sentido do leninismo, embora os primeiros passos na constituição duma verdadeira vanguarda organizada do proletariado português reflectissem os vícios ideológicos do nosso movimento operário na época.

Assim, a história dos primeiros anos do PCP até à derrota da greve insurreccional do 18 de Janeiro de 1934 é a da crescente assimilação dos ensinamentos de Lênine e da teoria do marxismo-leninismo que informou a Grande Revolução de Outubro, e a história da luta vitoriosa contra a ideologia anarquista e anarco-sindicalista que entravava o desenvolvimento do nosso movimento operário e lhe roubava o seu vigor e a sua perspectiva revolucionária.

Aplicando rigorosamente os princípios do centralismo democrático nas condições do czarismo, o PCP definiu toda a nova estratégia de luta contra o inimigo, pôs em prática novas normas de trabalho e defesa dos seus quadros dirigentes, estabeleceu novas formas na ligação destes com a base e dessa maneira pôde assegurar até ao fim da noite fascista a estabilidade e a continuidade do seu trabalho da direcção.

Levando à prática os princípios orgânicos do Partido, radicando a organização nas fábricas e nos campos, nas amplas massas trabalhadoras, colocando-se audaciosamente à cabeça das massas na sua luta quotidiana por reivindicações económicas e políticas, o PCP elevou a um nível notável a sua capacidade mobilizadora, mergulhou as suas raízes no próprio seio das massas populares e pôde de pé o exército revolucionário da classe operária portuguesa, capaz de se lançar nas rudes batalhas que o futuro ainda lhe reserva.

Lênine ensinou-nos que quanto mais numerosa é a massa empenhada espontaneamente na luta, formando a base do movimento e nele participando, e quanto mais imperiosa é a necessidade duma tal organização, mais esta deve ser sólida.

Lênine ensinou-nos que a tal organização deve compor-se principalmente de homens tendo por profissão a actividade revolucionária.

Seleccionando criteriosamente os quadros mais capacitados, de comprovada dedicação ao Partido e à classe operária, para a sua entrega total ao trabalho revolucionário, o PCP criou um forte núcleo de revolucionários profissionais, apetrechou-os para o rude trabalho clandestino e para a firme inabalável ante o inimigo, um núcleo de camaradas inteiramente dedicados ao Partido que se tornou um poderoso elo de ligação entre o topo e a base, entre a direcção do Partido e as massas.

Lênine ensinou-nos que o proletariado e o seu partido somente podem dirigir e triunfar no trabalho revolucionário se sabem desenvolver uma justa política de alianças em torno de objectivos comuns.

Definindo com rigor objectivos comuns, susceptíveis de trazer à luta outras forças políticas e sociais, o PCP soube levar à prática, através da longa noite fascista, uma larga política de unidade de todos os portugueses opostos à ditadura do Estado Novo e, depois do 25 de Abril, a unidade de todas as forças interessadas na edificação de um Estado Democrático que confie ao povo português a possibilidade de dirigir os seus próprios destinos.

Aplicando esta justa política leninista de alianças, imprimindo-lhe as formas por vezes mais originais e amplas, adequadas às condições da luta e à variedade de objectivos e situações que se deparam às massas populares, o PCP pôde organizar e dirigir vigorosas lutas de massas, mobilizar os trabalhadores e outras capas da população em torno de objectivos comuns.

Na frente política, o PCP, aplicando criadoramente os ensinamentos de Lênine, soube aglutinar para o combate ao fascismo ontem e para a construção duma ordem democrática hoje, forças interessadas na obtenção

destes grandes objectivos comuns, primeiro criando com essas outras forças políticas em 1945 o MUNAF e a sua expressão legal — o MUD. A formação de diversos movimentos unitários para fins específicos (políticos, sindicais, de mulheres, de jovens, culturais, etc.), foi uma importante escola de luta política de massas. No momento actual a participação do PCP na coligação de forças que compõem o Governo Provisório e se propõem levar a cabo a realização do Programa do MFA, num vasto processo de democratização nacional, assente na unidade das massas populares e das forças democráticas e na aliança do movimento unitário e de massas com o MFA, reveste-se de aspectos originais da aplicação duma justa política de alianças como nos ensina o leninismo.

Lênine ensinou-nos que num processo democrático em que o partido do proletariado participa com outras forças políticas o seu papel é o de levar tão longa quanto possível as conquistas e avanços democráticos.

No sistema de governo actual, ao contrário dos elementos pseudo-revolucionários ou impacientes, que preconizam metas para as quais não estão criadas as condições prévias essenciais, o PCP leva à prática com perseverança e consequência uma política de alargamento das conquistas democráticas como forma de levar tão longe quanto possível avanços da democracia em Portugal que garantam aos trabalhadores o livre exercício dos seus direitos e liberdades.

Ao contrário dos caluniadores ultra-esquerdistas e da sua frascologia pseudo-revolucionária, o PCP aplica os princípios leninistas de maneira criadora à situação real do País numa estrita observância da correlação de forças políticas e sociais em cada momento, tal como ensina Lênine.

Lênine ensinou-nos que não pode ser livre um povo que oprime outros povos, o leninismo forneceu a solução justa do problema nacional e colonial com base nos princípios do internacionalismo proletário.

Segundo os ensinamentos de Lênine, aplicando os superiores princípios do internacionalismo proletário, o PCP sempre lutou desassombadamente pelo reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à auto-determinação e à independência e, desde 1961, pelo fim imediato das guerras coloniais. O papel actual do PCP no processo de descolonização dos territórios colonizados por Portugal é uma prova da sua fidelidade aos princípios leninistas e da sua posição inequívoca ao lado dos povos que lutam por libertar-se do colonialismo português e pelo estabelecimento de laços duradouros de amizade e cooperação pacífica com os povos irmãos das colónias portuguesas.

Na grande União Soviética este aniversário da Revolução Socialista de Outubro verifica-se no meio de novos e importantes êxitos nos domínios da produção, da cultura, do bem-estar das massas, enfim em todos os sectores da actividade criadora do povo soviético.

Esses êxitos enchem de alegria os trabalhadores e o povo de Portugal — do Portugal democrático de hoje, que pela primeira vez contempla em inteira liberdade o 7 de Novembro e saúda com ajeição os laços de amizade e cooperação pacífica com o grande povo soviético.

VIVA A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO!

Partido Comunista Português

ACERCA DA TRANSFORMAÇÃO DO MDP EM PARTIDO POLÍTICO

1. Precedidas de um vasto trabalho preparatório, as Jornadas Democráticas, realizadas em Lisboa de 1 a 3 de Novembro, constituíram um acontecimento político de grande importância e de notável repercussão. Este sucesso da luta e da unidade democráticas, confirma a força, a vitalidade e a influência do MDP/CDE. O PCP saudou o êxito das Jornadas Democráticas como uma nova contribuição do MDP para a causa da construção de um regime democrático estável em Portugal. 2. O PCP declara compreender as razões que levaram o MDP a adoptar a decisão de se transformar em partido, única saída que lhe foi deixada para poder estar presente, de acordo com a lei sobre o direito de associação e o projecto de lei eleitoral, quer nas eleições para a Assembleia Constituinte, quer mesmo nas eleições para as autarquias locais. Não tendo a menor intenção de interferir na vida interna do MDP, o PCP aprecia, positivamente, as declarações feitas nas Jornadas Democráticas segundo as quais o novo partido se manterá fiel aos objectivos fundamentais e às características que sempre nortearam o Movimento Democrático Português. O PCP afirma-se pronto a tudo fazer para manter, consolidar e desenvolver relações de cooperação estável e fraternal com o novo partido democrático. 3. Como foi tornado público em nota do Secretariado do Comité Central do PCP, publicada nos jornais do ontem, 4 de Novembro, os membros do Partido que têm participado no MDP deverão, agora, fazer uma opção: «ou resolvem continuar sendo membros do PCP e, em tal caso, cessam toda a sua actividade no MDP e passam a desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas; ou resolvem militar no novo partido e, em tal caso, deixam de ser membros do PCP.» A posição do PCP face à questão da «dupla filiação partidária» não surge agora como uma imposição da lei dos partidos políticos, ela decorre dos princípios e da ética comunistas, ela deriva da lei interna do Partido, dos seus Estatutos que desde sempre contém uma disposição segundo a qual «os membros do Partido não podem pertencer a outros partidos ou organizações de carácter partidário. (art.º 7.º)». 4. Os ataques dirigidos, desde há meses, pelo PS e pelo PSD, e até com o apoio declarado da direita e da reacção, contra o MDP, não atingiram os objectivos que os seus autores tinham em vista. O MDP não se dissolveu, nem morreu «dialecticamente», tornou-se a sua actividade declinou, como afirmavam, e esperavam todos aqueles que se preparavam para ocupar o seu espaço

SOBRE OS ACONTECIMENTOS DO DIA 4

1. Sob pretexto da realização, ontem, dia 4, de um comício no S. Luís, em Lisboa, grupos pseudo-revolucionários, nomeadamente o MRPP e os chamados «comitês Rêbeldos dos Santos», desencadearam, com vandalismo, violentos distúrbios que motivaram a intervenção das forças militares do COPCON e militarizadas da P. S. P. Independentemente do que se possa pensar da natureza do comício, o PCP não pode deixar de tomar posição pública contra este autêntico acto de provocação dos referidos grupos pseudo-revolucionários, que na prática servem os intentos da reacção contra a ordem democrática estabelecida e procuram comprometer o processo de democratização nacional em curso. Trata-se de uma acção provocatória contra o próprio MDP, tendente a criar artificialmente um clima de tensão no País favorável aos inimigos da democracia. 2. Vai sendo tempo de se fazer a radiografia política e social de três grupos. A demagogia pseudo-revolucionária, a cegueira política e um verdadeiro ódio às forças democráticas que participam no Governo Provisório ou o apoiam acção por detrás da acção irresponsável desses grupos. Completamente alheios ao proletariado — que dizem representar — estes aventureiros ultra-esquerdistas iludem alguns jovens estudantes ou trabalhadores com a sua fraseologia pseudo-revolucionária, dendo-lhes uma falsa noção de carácter do regime actual e uma falsa perspectiva política. Caracterizar de fascista o regime que, apoiado na força do povo e no MFA fez o 25 de

MILHARES DE PESSOAS ASSISTIRAM AO COMÍCIO DE CASTELO BRANCO

No pavilhão gimnodesportivo de Castelo Branco, completamente repleto, tendo ao cimo um painel enorme com Marx, Engels e Lênine, realizou-se na sexta-feira passada um grande comício do Partido, no qual participaram mais de 8000 pessoas. Presidiu o membro da Comissão Concelhia de Castelo Branco, Carlos Vale, encontrando-se ainda na mesa os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política do Comité Central do PCP; Carlos Luis Figueira, da Direcção da Organização Regional das Beiras e membro suplente do CC do PCP; A. Bento, Domingos Ferreira e Diominda Bento, da Organização de Castelo Branco do PCP; camaradas operários das principais empresas do distrito, nomeadamente metalúrgicos, têxteis e da indústria de celulose e ainda camaradas camponeses da região. Vários dísticos, com «Firmes nos princípios, unidos na acção, confiantes no futuro», decoravam a sala. Carlos Vale, na sua intervenção, abordou vários problemas locais, referindo a tentativa de manifestação reaccionária levada a cabo por elementos ligados à reacção em torno do falso proble-

ma e será na construção do socialismo no nosso País.» «O Congresso veio demonstrar claramente um Partido profundamente enraizado na classe operária, nas massas trabalhadoras e noutros sectores da população do nosso País. Nele ficou bem patente a imagem de um grande Partido nacional.» E a terminar analisou a Proclamação do Congresso afirmando: «O PCP tal como se afirma nessa proclamação submete esta à aprovação do Povo Português e está pronto a examiná-la com os seus aliados a fim de encontrar um caminho político e de acção comum.» «Não podem ser só os comunistas a levar em frente as grandes transformações democráticas na situação que atravessamos.» «Tais objectivos só poderão ser conseguidos em estreita e consequente unidade com outras forças democráticas, enquadrada pela aliança do movimento popular de massas com o MFA.» «Os documentos saídos do Congresso são um precioso guia para a acção de todos os militantes e amigos do Partido, são um precioso instrumento de trabalho para todas as organizações do Partido. Para a acção dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores.» «Há que divulgar, há que discutir, há que ganhar as amplas camadas do nosso Povo para as ideias e soluções aqui preconizadas.» No final realizou-se um espectáculo de canto livre que contou com a participação de Luísa Basto, José Jorge Leiria e Samuel.



A sessão na capital da Beira Baixa

ma da transferência da Caixa de Previdência para a Covilhã. Referindo problemas da agricultura, Mário Santos, camponês de Malpica, abordou o papel parasitário dos grandes latifundiários e exploradores dos trabalhadores e pequenos camponeses. Falou ainda uma campanheira do MDM sobre os problemas específicos da mulher e sua inserção no processo democrático em curso no País. Fazer um balanço Em seguida, Carlos Costa abordou a actividade da organização comunista no distrito de Castelo Branco. Depois de falar sobre o VII Congresso do Partido, prosseguiu: «Passaram 6 meses após o 25 de Abril. É boa altura para se fazer um balanço do que ocorreu neste meio ano e tirar daí as necessárias lições.»

BREVES NOTÍCIAS

- Foi ontem inaugurado um novo Centro de Trabalho do PCP, localizado no 3.º Bairro da cidade de Lisboa, na Rua Prof. Lima Bastos, 140, 1.º. esquerdo. No final houve projecção de filmes e de slides. • As obras de construção do futuro Centro de Trabalho de Sines, no local onde ficava o edifício da cadeia velha, iniciaram-se no passado dia 26, com a demolição completa da prisão. A alegria e o entusiasmo com que os camaradas iniciaram os trabalhos levam a crer que o tempo previsto para a realização das obras será largamente antecipada e que o PCP contará, em breve, com um novo Centro de Trabalho, à altura das exigências da futura cidade de Sines. • A Comissão de Freguesia do PCP de Olivais-Encarnação inaugurou ontem o novo Centro de Trabalho desta zona, localizado na Rua Vila de Carriote 396, 1.º. frente, Olivais-Sul. • Várias centenas de pessoas visitaram o stand do PCP durante os três dias em que esteve aberta a Feira de Bonificação de Aveiro, a maior parte das quais eram camponesas das freguesias vizinhas. Durante a feira foram distribuídos documentos sobre a agricultura, bem como as duas intervenções no Congresso Extraordinário sobre aquele tema e ainda extractos do Programa do PCP sobre a reforma agrária e colecções do jornal «A Terra».

Assim passou a referir-se à situação política actual, ao processo de descolonização, à situação dos trabalhadores e da economia nacional, e afirmou: «Alguns, fingem não saber que nós somos pela liberdade e a democracia. Mas os factos provam e provarão cada vez mais claramente que os comunistas foram (nos 48 anos de fascismo), são hoje e serão amanhã e sempre os defensores mais consequentes da liberdade e da democracia. Os factos desfarrão os preconceitos de alguns e desmascararão as calúnias dos nossos detractores.» E a terminar o seu discurso, frequentemente interrompido pelos aplausos da assistência, apontou para «um Portugal livre democrático e progressivo, onde o grande capital tem de ser obrigado a pagar o que deve. As massas trabalhadoras, essas, contribuíram com o seu trabalho fecundo e criador. Esta é uma das condições fundamentais para o triunfo da revolução democrática em curso.» «A outra condição igualmente fundamental para este triunfo, é a unidade das forças democráticas e o constante reforço da aliança Po-

vo-MFA. Toda a experiência destes 6 meses mostra que esta aliança decide o rumo dos acontecimentos. É a condição principal da vitória, dessa vitória que será difícil, mas que, de certeza absoluta, é nossa.» «Há que divulgar há que discutir» Ao camarada Carlos Luis Figueira coube, por último, a missão de apresentar à assistência o que fora o VII Congresso do Partido. A começar acentuou: «A realização do Congresso Extraordinário do nosso Partido, para além da sua oportunidade histórica e da importância dos documentos ali aprovados, constituiu também uma inequívoca manifestação de organização e de implantação nas massas populares e de unidade do nosso Partido, como um grande Partido que foi da resistência ao fascis-

mo e será na construção do socialismo no nosso País.» «O Congresso veio demonstrar claramente um Partido profundamente enraizado na classe operária, nas massas trabalhadoras e noutros sectores da população do nosso País. Nele ficou bem patente a imagem de um grande Partido nacional.» E a terminar analisou a Proclamação do Congresso afirmando: «O PCP tal como se afirma nessa proclamação submete esta à aprovação do Povo Português e está pronto a examiná-la com os seus aliados a fim de encontrar um caminho político e de acção comum.» «Não podem ser só os comunistas a levar em frente as grandes transformações democráticas na situação que atravessamos.» «Tais objectivos só poderão ser conseguidos em estreita e consequente unidade com outras forças democráticas, enquadrada pela aliança do movimento popular de massas com o MFA.» «Os documentos saídos do Congresso são um precioso guia para a acção de todos os militantes e amigos do Partido, são um precioso instrumento de trabalho para todas as organizações do Partido. Para a acção dos comunistas, da classe operária, de todos os trabalhadores.» «Há que divulgar, há que discutir, há que ganhar as amplas camadas do nosso Povo para as ideias e soluções aqui preconizadas.» No final realizou-se um espectáculo de canto livre que contou com a participação de Luísa Basto, José Jorge Leiria e Samuel.



Durante a sua permanência em Lisboa, os camaradas João da Costa e Mário Cabral, membros da delegação governamental da República da Guiné-Bissau, visitaram o Centro de Trabalho do nosso Partido, na Rua António Sérgio. Foram recebidos pelas camaradas Joaquim Gomes, membro do Secretariado do Comité Central, e Aurélio Santos, membro suplente do Comité Central. O encontro decorreu no clima de fraternidade, tradicional nas relações entre os dois partidos e forjado ao longo da longa e heróica luta pela independência travada pelo PAIGC

DELEGAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU EM LISBOA

Uma delegação governamental da República da Guiné-Bissau, da qual fazem parte os camaradas João da Costa, membro do Conselho Superior da Luta do PAIGC, e subcomissário de Estado para a Saúde e Assistência Social, e Mário Cabral, subcomissário de Estado para a Educação e Cultura, deslocou-se a Lisboa a fim de discutir problemas relacionados com a íntima cooperação técnica e científica entre os dois países, prevista pelo Acordo Argel e desejada e reafirmada por ambos os governos. A maioria dos entraves burocráticos que vinham atrasando a concretização dessa cooperação em alguns sectores de primordial importância foram agora removidos. Dentro de breves dias partirá para Bissau uma primeira equipa de médicos portugueses. Chegou-se também a acordo no tocante à concessão de bolsas de estudo para formação de médicos, enfermeiras e auxiliares de enfermagem, admitindo-se que mo-

Professores comunistas de Lisboa:

A ESCOLA NÃO PODE PARAR!

que se multiplica a burocracia, se dão officiosamente informações erradas ou contraditórias, se adia o envio de vagas para o Ministério, etc. Nesta situação há que insistir no sentido do saneamento do MEC, tal como tem sido exigido pelo Sindicato dos Professores e pelos trabalhadores do próprio Ministério. A nosso ver é fundamental que o MEC ponha claramente os problemas e ultrapasse os «impasses» burocráticos que ensofram o carácter progressista da sua acção. Mas, paralisar a escola na situação actual significaria travar o avanço para a Reforma Geral e Democrática do Ensino em que estamos os empenhados; significaria voltar contra o professorado largas camadas da opinião pública; atrasar todo o processo de modificação das estruturas escolares, do conteúdo e métodos do ensino e de experimentação das modificações já realizadas, processo de grande importância até porque pressupõe a participação conjunta de professores e estudantes; contribuir para que a demagogia reaccionária grite mais uma vez aos quatro ventos que o País está no caos e na anarquia, e consigam reorganizar as suas forças, facilitando assim o objectivo máximo da reacção, do capital monopolista, dos grandes agrários, do imperialismo: voltar contra o processo democrático e o Governo Provisório largas camadas da população, quebrar a unidade estabelecida em 25 de Abril e 28 de Setembro entre o MFA e o Povo Português. O oportunismo daqueles grupos, já manifestado em idênticas acções anteriores, caracteriza-se: — pela voluntária ignorância das profundas alterações de condições políticas no «post» de 25 de Abril e do seu inegáveis reflexos positivos na luta do professorado; — pela sobrevalorização demagógica de problemas muitas vezes secundários em detrimento das tarefas e questões essenciais que têm, neste momento concreto, implicações claras de carácter político e de perspectiva de um processo democrático; pela exploração frenética de todas as dificuldades naturalmente surgidas no processo democrático em curso, tomando-as, com a ajuda de uma informação deturpada, quando não simplesmente mentirosa, pretexto de acções pseudo-radical, que visam explicita ou implicitamente o confronto com o Governo Provisório e o MFA. Os professores comunistas alertam para o facto de essas acções só poderem ter como consequência «impasses» e perturbações graves na luta dos professores, uma inevitável confusão e desmobilização entre o professorado, para além de darem trunfos à reacção e, assim, poderem comprometer o processo de democratização da vida nacional que nos abre caminho para novas e mais profundas transformações na vida política e social do País e, logo, para a realização da Reforma Geral e Democrática do Ensino. Os professores comunistas reconhecem e consideram dever sublinhar as importantes modificações já operadas e as amplas perspectivas que se abrem, em particular, após o 28 de Setembro e a derrota da conspiração contra-revolucionária, para uma efectiva democratização do ensino ao serviço do Povo Português. Não ignoram que alguns problemas e dificuldades se levantam, mas são compreensíveis dada a complexidade da situação que actualmente se vive no ensino e no País, em geral, derivados da herança do fascismo e dos atrasos que algumas das alterações introduzidas vieram a criar; mas sabem também que essas dificuldades se devem ao facto de a reacção conservar posições importantes na Administração Pública, nomeadamente em algumas repartições do MEC, sobretudo, devido aos atrasos, obstáculos e ineficácia do saneamento. Também em algumas escolas, os reaccionários, dando mostras do tradicional oportunismo e cobardia, aparecem ou em defesa de posições pseudo-radical ou na sombra, sabotando e atrasando os processos. É assim

A Célula dos Professores da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português

O 'AVANTE!' É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES

- O Instituto de Alta Cultura concedeu bolsa de estudo fora do País, durante um ano, ao prof. Carlos Eduardo Soveral, saneado em Maio em reunião geral da Faculdade de Letras.
- Dois programas radiofónicos angolanos, «Contacto Popular» e «A Voz Livre do Povo», foram suspensos por violarem abertamente o processo de descolonização.
- Os presidentes da Somália, general Siad Barre, e do Senegal, Leopold Senghor, em comunicado conjunto sobre a necessidade de acelerar o processo de descolonização em África, declaram apoiar as iniciativas que visem «a independência total» de São Tomé e Príncipe. O general Barre é também presidente da Organização de Unidade Africana.
- No regresso de uma viagem a Hamburgo, onde estudou o sistema de transportes locais, considerado um dos mais modernos e funcionais da Europa, o secretário de Estado das Comunicações e Transportes, eng. Ferreira Lima, afirmou estar disposto a tomar medidas que facilitem a vida dos trabalhadores, embora as mesmas prejudiquem uma minoria de privilegiados. Definiu como catódica a situação herdada do fascismo no sector dos transportes.
- A Comissão pré-UNEP promoverá, em Coimbra, de 13 a 17 do corrente, um seminário, a nível nacional, sobre a democratização do ensino. A iniciativa conta com o patrocínio da União Internacional dos Estudantes.
- Até 15 do corrente, a Junta Central das Casas dos Pescadores, dependente da Comissão Ministerial de Saneamento do Ministério dos Assuntos Sociais, receberá todas as queixas, reclamações e informações que possam constituir matéria da sua apreciação.
- As tarifas da TAP manter-se-ão, até 31 de Janeiro do próximo ano, data em que passarão a vigorar as novas tarifas estabelecidas pela IATA.
- As direcções das principais associações de estudantes de Lisboa, Coimbra e Porto divulgaram um comunicado conjunto no qual apontam como uma das causas fundamentais da crise do ensino em Portugal o carácter elitista das universidades, reservadas na prática apenas aos estudantes oriundos das classes economicamente mais favorecidas.
- No prosseguimento da política portuguesa de cooperação com outros países, deslocou-se a Lisboa uma delegação do Banco Mundial para debater uma possível colaboração com o Governo Português, no tocante a projectos de desenvolvimento.
- Foi criado, por diploma conjunto dos Ministérios das Finanças, da Economia e do Equipamento Social e do Ambiente, o Programa Autónomo para Desenvolvimento da Província de Trás-os-Montes. O objectivo é promover o desenvolvimento agrícola, pecuário e florestal numa das zonas mais atrasadas e esquecidas do País.
- Ao empossar no seu cargo o novo presidente da Junta de Investigação Científica e Tecnológica, prof. Fernando Dias Azevedo, o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves definiu com clareza o papel que cabe a este organismo: «Dinamizar e impulsionar a investigação científica em Portugal do ponto de vista da identificação dos interesses do nosso país — o que quer dizer os interesses do nosso povo. Os cientistas da Junta — disse — têm de ser homens que se devotem, de facto, às suas funções e não que vão lá buscar mais uns dinheiros para completar os seus vencimentos.»
- Em documento pastoral, editado pelo Secretariado Episcopal de Moçambique, os bispos locais declaram que estão dispostos a renunciar às suas dioceses para que as mesmas sejam ocupadas por prelados moçambicanos, se o Papa assim o entender, no espírito do processo de africanização da Igreja naquele continente.
- Foi aberto concurso público para a instalação em Portugal de uma fábrica de papel de jornal. Todos os pedidos de autorização pendentes foram considerados indeferidos. A futura indústria, de capital importância para a economia portuguesa, deverá ser competitiva a nível internacional.
- O navio «Ocante», da Guiné-Bissau, descarregou, na Cidade da Praia, um carregamento de géneros alimentícios destinados à população mais atingida pelas secas. Os alimentos, oferecidos pela República da Guiné-Bissau, serão distribuídos gratuitamente pelo Instituto Cabo-Verdeano de Solidariedade, organismo autónomo do PAIGC.
- O navio soviético «Shvend» descarregou em Faro 500 toneladas de sardinha congelada que se destina a manter em funcionamento, em pleno inverno, as fábricas conserveiras da região.
- A pedido dos funcionários, vão ser investigadas as actividades da Junta de Colonização Interna.
- O general Lopes dos Santos foi nomeado vice-chefe do Estado-Maior do Exército.
- Conforme decisão do Conselho de Estado não haverá cartão de eleitor.
- Dois pides transferidos para Portugal — Manuel Coelho Cambé e Alfredo Pedrinho Pereira — «adaptam-se» mal ao regime prisional de Monsanto. Em consequência das suas provocações constantes, vão ser transferidos para o reduto norte do Forte de Caxias.
- A Comissão Política do Directório do Partido da Democracia Cristã divulgou um comunicado no qual esclarece que o PDC não vê em que medida poderá honestamente contrariar-se em livre e leal jogo democrático a decisão agora tomada pelo MDP/CDE de passar a partido político.
- Os delegados dos três ramos das Forças Armadas em Angola, após reunião efectuada em Luanda, manifestaram a sua concordância com as linhas gerais do processo de descolonização naquela país. No comunicado distribuído, reafirma-se a necessidade, por parte das Forças Armadas, de «uma atitude de vigilância e de firme intervenção, sempre que necessário, contra todas as manobras reacçãoárias tendentes a impedir o desenvolvimento regular do processo de descolonização e afectar a paz e a tranquilidade públicas».
- O camarada Alvaro Cunhal, ministro sem pasta do Governo Provisório, informou o Conselho de Ministros dos resultados obtidos pela missão por ele chefiada, que acaba de visitar a União Soviética. Para execução e coordenação das relações iniciadas, foi decidida a constituição de um grupo de trabalho de que fará parte ele próprio, o ministro Melo Antunes e os ministros da Economia, das Finanças, da Educação e Cultura e dos Negócios Estrangeiros.
- Uma equipa do Estúdio Central de Moscovo de Filmes Documentários, que se encontra em Portugal há semanas, está preparando uma longa metragem sobre os aspectos da vida política, económica, cultural e social portuguesa. Os cineastas soviéticos filmaram na terça-feira o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, no Palácio de São Bento.
- Através da Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, o Ministério da Economia acaba de divulgar uma tabela de preços máximos ou de preços controlados para o açúcar, o arroz, o bacalhau, as bolachas, o café, as farinhas alimentares, o fêmebre, as massas alimentícias, a pescada congelada, o sabão e o sal.
- A UEC difundiu um comunicado desmentindo afirmações segundo as quais possuiria, há muito, elementos seguros comprometedores de ligações de professores do Liceu Nacional de Évora com a PIDE/DGS. Qualificou ainda de manobras reacçãoárias todas as acções desse tipo destinadas a dividir professores e alunos e diminuir o prestígio da UEC, junto do povo trabalhador. Deu também o seu apoio ao inquérito para apuramento da veracidade das afirmações abusivamente feitas em seu nome.
- Aproveitando horas livres, o general António de Spínola está, segundo a imprensa diária, a escrever um livro de reflexão política.
- Câmponeses de Alpiarça e Casalinhos resolveram prolongar a iniciativa do Dia de Trabalho Voluntário e tomaram o seu caso a tarefa de limpar e cair as escolas das respectivas povoações, contribuindo com todo o material de limpeza necessário.
- No plenário dos moradores da freguesia de São João de Deus, em Lisboa, foi discutido e criticado o comportamento dos proprietários de muitas casas daquela zona que se encontram vagas. Em toda a freguesia apenas cinco senhorios declaram ter casas para alugar.
- Iniciaram-se já os contactos preparatórios do processo de descolonização de São Tomé e Príncipe. As negociações serão realizadas entre o Governo português e os dirigentes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, reconhecido desde 1961, pelas Nações Unidas, como a organização política representativa dos interesses da maioria da população.
- Os magistrados portugueses vão reunir-se em congresso nos dias 23 e 24 do corrente, para discutirem e votar os estatutos da respectiva associação.
- Por despacho do secretário de Estado da Indústria foi aberto concurso público para a instalação de uma ou mais unidades produtoras de açúcar, em ligação com a introdução no continente de cultura de beterraba açucareira.

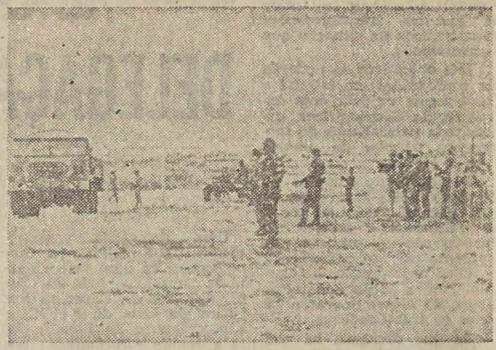
# informação

## Cabinda: o barril de pólvora de Angola

Distúrbios provocados pela chamada Frente de Libertação do Enclave de Cabinda — FLEC levaram as autoridades militares portuguesas a intervir naquele distrito angolano. A sede do citado grupo político foi ocupada e as suas actividades na região foram suspensas.

As informações sobre os incidentes verificadas na quinta-feira da semana passada são ainda confusas e contraditórias, não permitindo que se tenha um quadro claro da situação. Concretamente, sabe-se que a FLEC tentou assumir uma «posição de força», atitude que coincidiu com o corte de comunicações telefónicas, telegráficas e aéreas. Militantes do M. P. L. A. reagiram à manobra e na cidade houve choques de certa importância que ocasionaram a morte de duas pessoas e cerca de uma dezena de feridos.

Durante a acção desencadeada para dominar os agitadores da FLEC,



verificou-se uma cooperação espontânea entre unidades das Forças Armadas portuguesas e destacamentos do MPLA.

Grças à rapidez das medidas tomadas, o pânico durou pouco tempo, mas admite-se que a malograda tentativa da FLEC para se impor em Cabinda era muito ambiciosa, pois elementos armados dessa organização tentaram impedir o trânsito na estrada que liga Lândana à capital do enclave.

O brigadeiro Silva Cardoso, membro da Junta Governativa e comandante da Região Aérea de Angola, foi incumbido de resolver os problemas criados na zona.

Simultaneamente, em Luanda e Malanje ocorreram incidentes que contribuíram para a volta de um clima de tensão.

É sintomático que factos de incontestável gravidade se verificaram em locais tão distantes, mas praticamente na mesma altura, poucos dias após a assinatura do acordo de cessar-fogo com o MPLA. Parece evidente que poderosos interesses manobram para dificultar a descolonização no preciso momento em que o movimento libertador com maior prestígio entre as massas angolanas se prepara para desempenhar um papel decisivo na procura das soluções que abram a Angola o caminho da verdadeira independência.

Há poucos dias, Agostinho Neto, presidente do MPLA, afirmou em Dar Es-Salaam, que «está tudo preparado para o estabelecimento de um Governo de Transição, segundo o modelo de Moçambique», prevendo que sejam tomadas importantes decisões ainda este mês. Revelou também que foram já estabelecidos contactos entre o MPLA e a FNLA, movimento dirigido por Holden Roberto, e que a Organização de Unidade Africana desempenhará um papel importante nas negociações tendentes à formação de uma Frente que discutiria com o Governo Português a gradual transferência de poderes em Angola. Hoje deverá ser inaugurada a primeira sede do MPLA em Luanda.

É neste momento que agitadores não identificados provocam pânico na região de Malanje, concretamente em Duque de Bragança; que a violência volta às ruas de Luanda; e que a FLEC — grupelho inexpressivo cujas pretensões se chocam com o texto e o espírito de resoluções da ONU e da OUA e com as aspirações do povo angolano — desencadeia graves tumultos em Cabinda.

A conclusão a tirar dos últimos acontecimentos é a de que as forças colonialistas em Angola, apesar dos golpes recebidos, não se consideram ainda derrotadas. Tem cabimento perguntar quem está por detrás dos apelos ao racismo em Malanje, quem espalha os boatos mais alarmistas em Luanda, quem instiga ali à violência, quem fornece o dinheiro e as armas à FLEC?

As perguntas sem resposta acumulam-se. Segundo as agências noticiosas, a Gulf Oil teria dado instruções ao seu pessoal para não se intrometer nas questões políticas do território. Mas vários órgãos de informação estrangeiros chamam a atenção para o facto de muitos quadros da FLEC serem antigos funcionários da Gulf.

A firmeza e a vigilância são mais necessárias do que nunca em Angola. Os desafios da reacção aumentam à medida que a descolonização avança e o País está mais perto da independência.

## A Comissão Nacional de Descolonização debateu problemas de Cabo Verde e Cabinda

Reunida na segunda-feira, em Belém, sob a presidência do general Costa Gomes, a Comissão Nacional de Descolonização discutiu assuntos relacionados com os acontecimentos mais recentes de Cabo Verde e Cabinda.

A situação existente no arquipélago caboverdeano foi analisada e decidiu-se chamar a Lisboa, para os necessários esclarecimentos, o governador e o comandante-chefe das forças militares ali aquarteladas.

No tocante a Cabinda, foram debatidas as medidas de emergência tomadas após os graves distúrbios ocorridos naquele enclave angolano. Um porta-voz do Presidência da República informou ter sido nomeado para o cargo de governador interino de Cabinda o comandante militar da região, coronel Lopes Alves. O coronel Guerreiro Vicente deverá orientar um inquérito sobre a acção das autoridades militares locais. Uma missão chefiada pelo brigadeiro Afonso Cardoso elaborará, em Cabinda, um relatório sobre a situação actual do enclave.

## O Governo Transitório de Moçambique tem pleno controlo da situação

Durante a semana, a situação em Moçambique voltou quase à normalidade. O Governo Transitório, contudo, tomou severas medidas contra os boateiros que, ao serviço das forças da reacção, procuraram, no fim de Outubro, implantar o caos e criar um clima de tensão racial. Penas de dois a oito anos de prisão podem, agora, ser aplicadas a quem «propagar notícias falsas que possam trazer em perigo a vida pública». Uma iniciativa que contribuiu para restabelecer a tranquilidade foi a instalação do novo quartel-general da Frelimo num dos bairros suburbanos de Lourenço Marques, onde tinha sido registado maior número de incidentes.

De modo geral, a situação é tranquila em todas as províncias. Somente, em Nampula, um grupo de agitadores tentou provocar distúrbios. Forças mistas da Frelimo e do Exército português intervieram, prendendo nove indivíduos, que serão submetidos a julgamento.

O primeiro-ministro, Joaquim Chissano, deslocou-se, entretanto, a Dar-Es-Salaam, capital da Tanzânia, onde manteve encontros com o comandante Samora Machel, presidente da Frelimo, e Julius Nyerere, presidente daquela República africana. No regresso, divulgou, em Lourenço Marques, uma mensagem do comandante Samora Machel ao povo moçambicano. «Devemos cerrar fileiras para a nossa unidade — sublinhou Chissano. — Quero dizer com isto que não há lugar para rivalidades que queiram retroceder divisões tribais no nosso país.»

Recordando palavras do comandante Machel, disse: «Lutámos durante dez anos e na Frelimo nunca tivemos divisões dessa natureza. Não podemos permitir, agora, que temos a vitória, essa divisão de carácter racial ou de carácter tribal.» Depois de fazer um apelo no sentido da unidade de acção e de um intenso trabalho político no seio das populações, tanto negras como brancas, o primeiro-ministro disse: «Para tudo isso é necessário que a ordem reine no Interesse comum de todo o povo. Nós, no Governo, saremos intransigentes com quem se opuser como barreira a este programa que já iniciámos.»

As medidas tomadas pelo Governo Transitório de Moçambique contribuíram decisivamente para a normalização de uma situação que chegou a assumir aspectos inquietantes. O facto de haver calma em quase todo o território é, por si só, revelador de que apenas uma insignificante minoria de elementos, menobrada pela reacção,

## O esclarecimento dos emigrantes, tarefa urgente e esquecida

A fim de pôr termo a colónias e boatos difundidos no estrangeiro, pela reacção, um grupo de emigrantes, representando associações democráticas portuguesas da França, da Bélgica e da República Federal da Alemanha, pediu ao Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, que elementos do MFA se desloquem a esses e outros países onde há núcleos importantes da emigração económica para que os nossos compatriotas sejam esclarecidos sobre a situação existente em Portugal.

O pedido é oportuno. É tempo de se fazer alguma coisa concreta no sentido de oferecer aos portugueses do exterior uma imagem mais exacta do Portugal posterior ao 25 de Abril. Essa deverá ser uma tarefa das forças democráticas mais consequentes. A ideia de dar aos emigrantes o direito de voto partiu do princípio de que eles, como cidadãos portugueses, não deveriam ser excluídos de um acontecimento de capital importância para a evolução do processo de democratização. Mas esta intenção não poderá traduzir-se em factos positivos se a esmagadora maioria dos emigrantes continuar ignorando o que se passa em Portugal. Infelizmente, é o que ocorre. Não falamos já do Brasil e dos Estados Unidos, onde, por muitos conhecidos, um trabalho de esclarecimento em profundidade não pode ser realizado pelos democratas portugueses que ali sempre se bateram contra o fascismo e o colonialismo. Mais perto, nos países do Mercado Comum, e de modo especial em França, pólo da emigração portuguesa na Europa, centenas de milhares de portugueses carecem da informação mais elementar sobre a conjuntura política e económica portuguesa. Envenenados diariamente pelo noticiário tendencioso de certas agências noticiosas e pelas crónicas dos enviados especiais de revistas reacçãoárias como «Le Point» e «Paris Match», ou de jornais que não escondem o seu saudosismo do fascismo, esses portugueses são ainda vítimas da propaganda sinuosa, mas claramente antidemocrática, de entidades e jornais portugueses que pertencem, embora não o confessem, à família da «maioria silenciosa». Está nesse caso um jornalinho intitulado «Portugal Popular», impresso aqui, em Torres Vedras, mas distribuído em Paris e outras cidades francesas. Não se perde para quem existe esse estranho órgão de informação. Simula repudiá-lo o fascismo, mas deixa transparecer o seu ranço contra-revolucionário. Reconhece que a imprensa, a rádio e a televisão francesas agitam os fantasmas da guerra civil, da anarquia e do caos político e económico, mas sub-repticiamente, levanta outros fantasmas. A pretexto de responder a dúvidas e inquietações da emigração, coloca na boca dos nossos compatriotas perguntas como esta: «Pensa que devemos, à cautela, deixar de enviar para Portugal o dinheiro das nossas economias?» Ou esta outra: «Qual será o destino dos bens que possuímos em Portugal, conquistados pelos nossos esforços, sacrifícios e saudades?» Ou ainda uma terceira, reveladora da opção ideológica dos elementos que utilizam o jornal como instrumento político: «Porque seguir pela esquerda, quando o caminho que prefiro é o do meio da estrada?»

## Um brasileiro fala sobre a Universidade

«É um grande homem, dos maiores saberes que conheci até hoje. É uma grande honra para Portugal libertado tê-lo entre nós. Acrinhe-mo-lo e saibamos recolher os seus conhecimentos, a sua vitalidade, os seus conceitos de uma universidade nova.»

O homem é o prof. Darcy Ribeiro. O admirador, o prof. Rui Luís Gomes que o convidou a vir a Portugal para discutir ideias e projetos relacionados com a criação de uma universidade renovada e democrática.

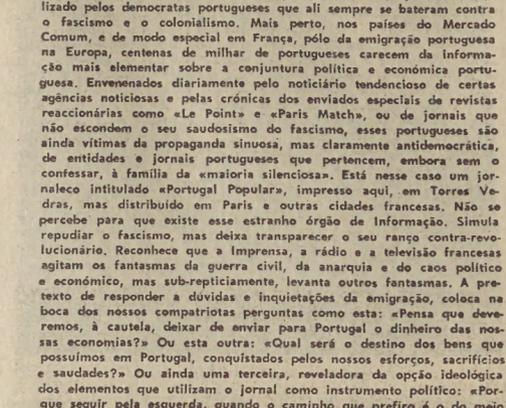
O antropólogo Darcy Ribeiro é, talvez, hoje, o intelectual latino-americano de maior prestígio nos meios universitários internacionais. Fundador e primeiro reitor da Universidade Pioneira de Brasília, ex-Ministro do Governo de João Goulart, alto funcionário de organizações das Nações Unidas, colaborou intimamente com Salvador Allende e cooperou, agora, com o Governo Revolucionário do Peru.

Uma opinião sua sobre o papel de Rui Luís Gomes e sobre a Universidade Portuguesa: «É preciso dar a este homem o poder de auto-transformar a Universidade, mas também é preciso que ele tenha o apoio dos estudantes, das grandes maiorias estudantis, no sentido de ter voz vigorosa junto do Governo Central, para fazer as exigências que o Porto tem de fazer pela sua Universidade. O Porto e também Coimbra e Lisboa, dado o regime fascista que existiu em Portugal tá-las submetido à ditadura do Ministério da Educação. Em nenhum país do mundo se aceitará um grau de ingerência nas Universidades como o que aqui existiu.»

## O sonho é viver em casas

Falagueira é um triste exemplo dos muitos bairros de barracas que abundam um pouco por todo o lado. São habitados por milhares de pessoas sem terem um mínimo de condições para que nelas vivam seres humanos. Não há comodidade, não há higiene, muitas vezes não há água nem luz. Pouca coisa basta para que uma tempestade ou um incêndio reduza a escorrao desses amontoados de casebres. Como agora aconteceu na Falagueira (Amadora). O fogo devorou 70 barracas e cerca de 400 pessoas ficaram sem teto e sem o nada que possuíam.

Alojadas provisoriamente numa aldeia de lona, depressa as primeiras chuvas demonstraram a necessidade urgente de resolver o problema. Tomaram-se já algumas medidas concretas na reunião electuada



na Junta de Freguesia da Amadora na qual participaram o governador e o vice-governador de Lisboa, autoridades civis locais e representantes do Fundo de Fomento de Habitação, dos desalojados e do nosso partido, do MDP e de outros partidos.

Fez-se alguma coisa. Pouco em face do muito que é necessário. Parte das 775 famílias da Falagueira ficará alojada em casas vagas do Município de Oeiras e das Calvas de Previdência, em Sacavém. O fundamental é que o projecto de se «construir um bairro de casas de renda económica para as vítimas do incêndio seja levado avante e rapidamente.

Infelizmente, ainda é preciso que ocorram calamidades como a da Falagueira para que se verifique uma mobilização de esforços destinada a resolver situações críticas no campo habitacional. Ora, com incêndios ou sem incêndios, essas situações críticas são permanentes em dezenas de bairros semelhantes. É necessário acabarmos com todas as Falagueiras do País.

## Maior presença do Estado na indústria metalomecânica

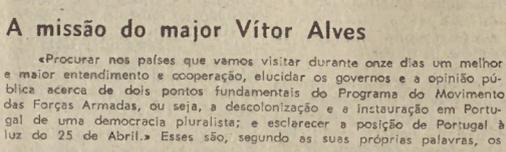
Numa reunião de trabalho efectuada na «Sorefama» com a administração e a comissão representativa dos trabalhadores, o secretário de Estado da Indústria e Energia analisou a importância cada vez maior que a indústria metalomecânica desempenha na economia portuguesa. Como prova, salientou que quer no volume do pessoal contratado quer no valor da produção ou, ainda mais significativamente, no valor acrescentado, cabe ao conjunto das indústrias metalomecânicas o primeiro lugar na economia portuguesa. afirmou; também, que o desenvolvimento deste sector permitirá ao País reduzir a sua dependência do exterior; dispor de uma tecnologia própria em alguns domínios; aumentar a exportação de produtos fundidos e maquinados; e elevar de forma considerável o nível profissional dos operários, quadros médios e de direcção.

Dada a importância do sector justificava-se que o Estado lhe dedique especial atenção. Nesse sentido, o Governo propõe-se: estimular a criação de empresas pioneiras; definir uma política de compras por parte do Estado e de empresas, com forte intervenção do sector público; e intensificar os esquemas de formação profissional.

Na reunião discutiram-se também a necessidade e as vantagens de fortalecer empresas com predomínio do sector público que já existem (caso da «Sorefama») e de assegurar o domínio público em alguns dos novos empreendimentos a lançar, em que recai sobre o Estado a maior quota parte da responsabilidade nos meios financeiros e humanos a mobilizar.

## A missão do major Vitor Alves

«Procurar nos países que vamos visitar durante onze dias um melhor e maior entendimento e cooperação, elucidar os governos e a opinião pública acerca de dois pontos fundamentais do Programa do Movimento das Forças Armadas, ou seja, a descolonização e a instauração em Portugal de uma democracia pluralista; e esclarecer a posição de Portugal à luz do 25 de Abril.» Esses são, segundo as suas próprias palavras, os



objectivos principais da viagem do major Vitor Alves, ministro sem pasta do Governo Provisório, a cinco países europeus.

O major Vitor Alves, que partiu na segunda-feira, viaja acompanhado dos secretários de Estado do Planeamento e da Indústria e de outras individualidades. A sua missão de esclarecimento, iniciada na República Federal da Alemanha, levá-lo-á sucessivamente a França, à Itália, à Bélgica e à Grã-Bretanha. Em Londres, o representante do Governo Provisório, participará, na qualidade de adjunto da Defesa Nacional, na assembleia da OTAN.

## Conquistas no terreno da política social

Entre as diversas medidas previstas no programa do Ministério dos Assuntos Sociais, aprovado em Conselho de Ministros, salientamos algumas de um conjunto que visa à solução de graves carencias da população portuguesa no âmbito social e da saúde.

— Novos esquemas de abono de família, nomeadamente a prestação familiar para habitação aos agregados com menos de 6 000\$00 de rendimento; integração no sistema social da protecção social dos trabajado-

res sujeitos a acidentes de trabalho; finalização (em cooperação com o Ministério do Trabalho, o Ministério do Equipamento Social e Ambiente, e o Ministério das Finanças) do projecto do decreto-lei relativo ao subsídio de desemprego; aumento das pensões de velhice no meio rural; aumento de pelo menos 15 %, a partir de 1/1/75, das pensões de velhice atribuídas antes de 1/1/74; atribuição do 13.º mês de pensão; complemento das pensões de invalidez e velhice iniciadas antes de 1/1/74 sempre que o beneficiário tenha cônjuge a cargo; criação de unidades residenciais para idosos sem família; remodelação total dos actuais asilos da 3.ª idade; acréscimo de 20 % de pensão para os grandes inválidos que requerem a presença quase constante de uma pessoa.

Outras medidas, cujo objectivo é o lançamento das bases do Serviço Nacional de Saúde e a realização progressiva de uma política global de segurança social e saúde, constam do programa do Ministério dos Assuntos Sociais. É muito pouco em função das necessidades existentes. Mas é importante o esforço de arranque em face do imenso vazio da assistência social legado pelo fascismo. Através da realização das actuais iniciativas e de outras semelhantes serão atingidas metas do Programa do Governo Provisório com resultados benéficos para todo o povo português ao qual se abrem perspectivas de uma efectiva política social.

## Um brasileiro fala sobre a Universidade

«É um grande homem, dos maiores saberes que conheci até hoje. É uma grande honra para Portugal libertado tê-lo entre nós. Acrinhe-mo-lo e saibamos recolher os seus conhecimentos, a sua vitalidade, os seus conceitos de uma universidade nova.»

O homem é o prof. Darcy Ribeiro. O admirador, o prof. Rui Luís Gomes que o convidou a vir a Portugal para discutir ideias e projetos relacionados com a criação de uma universidade renovada e democrática.

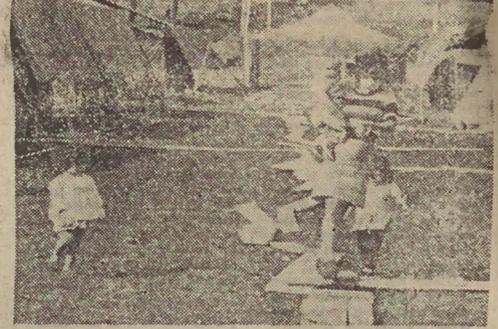
O antropólogo Darcy Ribeiro é, talvez, hoje, o intelectual latino-americano de maior prestígio nos meios universitários internacionais. Fundador e primeiro reitor da Universidade Pioneira de Brasília, ex-Ministro do Governo de João Goulart, alto funcionário de organizações das Nações Unidas, colaborou intimamente com Salvador Allende e cooperou, agora, com o Governo Revolucionário do Peru.

Uma opinião sua sobre o papel de Rui Luís Gomes e sobre a Universidade Portuguesa: «É preciso dar a este homem o poder de auto-transformar a Universidade, mas também é preciso que ele tenha o apoio dos estudantes, das grandes maiorias estudantis, no sentido de ter voz vigorosa junto do Governo Central, para fazer as exigências que o Porto tem de fazer pela sua Universidade. O Porto e também Coimbra e Lisboa, dado o regime fascista que existiu em Portugal tá-las submetido à ditadura do Ministério da Educação. Em nenhum país do mundo se aceitará um grau de ingerência nas Universidades como o que aqui existiu.»

## O sonho é viver em casas

Falagueira é um triste exemplo dos muitos bairros de barracas que abundam um pouco por todo o lado. São habitados por milhares de pessoas sem terem um mínimo de condições para que nelas vivam seres humanos. Não há comodidade, não há higiene, muitas vezes não há água nem luz. Pouca coisa basta para que uma tempestade ou um incêndio reduza a escorrao desses amontoados de casebres. Como agora aconteceu na Falagueira (Amadora). O fogo devorou 70 barracas e cerca de 400 pessoas ficaram sem teto e sem o nada que possuíam.

Alojadas provisoriamente numa aldeia de lona, depressa as primeiras chuvas demonstraram a necessidade urgente de resolver o problema. Tomaram-se já algumas medidas concretas na reunião electuada



na Junta de Freguesia da Amadora na qual participaram o governador e o vice-governador de Lisboa, autoridades civis locais e representantes do Fundo de Fomento de Habitação, dos desalojados e do nosso partido, do MDP e de outros partidos.

Fez-se alguma coisa. Pouco em face do muito que é necessário. Parte das 775 famílias da Falagueira ficará alojada em casas vagas do Município de Oeiras e das Calvas de Previdência, em Sacavém. O fundamental é que o projecto de se «construir um bairro de casas de renda económica para as vítimas do incêndio seja levado avante e rapidamente.

Infelizmente, ainda é preciso que ocorram calamidades como a da Falagueira para que se verifique uma mobilização de esforços destinada a resolver situações críticas no campo habitacional. Ora, com incêndios ou sem incêndios, essas situações críticas são permanentes em dezenas de bairros semelhantes. É necessário acabarmos com todas as Falagueiras do País.

## Ofensiva da reacção no sector da imprensa católica regional

Por decisão do bispo de Bragança, influenciado, ao que parece, por uma campanha promovida por um grupo de padres e leigos, foi afastado das funções de director do semanário «Mensagem de Bragança» o padre Manuel dos Anjos Lopes Sampaio.

O jornal, cujo corpo redactorial é constituído na sua maioria por jovens, foi acusado de uma «perigosa viragem à esquerda». A reacção local não encontrou melhor fórmula para explicar que «O Mensageiro de Bragança» se tinha integrado no espírito democrático do 25 de Abril.

Um comunicado divulgado pelos redactores e colaboradores repudia a decisão tomada pelo bispo da diocese e denuncia a acção movida contra o director por parte de elementos leigos que desempenhavam e desempenham um papel preponderante no seio das forças reacçãoárias transmontanas.

Apesar da frequência com que no Norte do País se têm vindo a registar posições reacçãoárias da parte de alguns padres, a hierarquia da Igreja não tomou ainda medidas para impedir que tais factos se repitam em prejuízo dela própria. Atitudes como a que acaba de atingir «O Mensageiro de Bragança», resultantes de pressões exercidas por elementos comprometidos com o antigo regime, são nocivos não só à marcha do processo de democratização como à imagem da Igreja.

**«RUMO À VITÓRIA»** PREÇO: 65\$00

**ALVARO CUNHAL**

Desejo que me enviem \_\_\_\_\_ exemplares do livro «Rumo à Vitória» — as tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional —

NOME \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

Recorte e envie para JORNAL «A OPINIÃO» — R. de Sepé Pinto, 162 — PORTO

Para evitar despesas de cobrança agradeçamos que o pedido seja acompanhado da importância respectiva

JORNADAS DEMOCRÁTICAS:

EXPRESSÃO DE UNIDADE POPULAR

Expressão de uma profunda unidade popular e democrática, realizou-se de 1 a 3 de Novembro, no Instituto Superior Técnico, as Jornadas Democráticas, promovidas pelo MDP/CDE. Presentes, como convidados, membros do Comité Central do nosso Partido (Octávio Pato, Carlos Brito, Domingos Abrantes), representantes do MFA, membros do MES, do MJT, do MDMP e da Intersindical, assim como vários membros do Governo (caçoteiro Costa Martins, ministro do Trabalho; os secretários de Estado de Agricultura, do Trabalho, do Emprego, das Pescas, da Habitação e Urbanismo, dos Desportos e Acção Social Escolar), o arquitecto Mário Bruzelas, governador civil de Lisboa e membros das comissões administrativas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesias. Convidados também representantes do PS e do PPD, que, por não terem

comparecido, não assistiram a esta magnífica prova de vitalidade que constituíram as Jornadas Democráticas. O carácter de notável projecção unitária popular desta realização do MDP/CDE tinha sido definido à partida, durante a preparação das Jornadas, que compreenderam mais de duas mil sessões em todo o País. Nelas participaram bases de diverso conteúdo (socioprofissionais, sindicais, moradores) e populações, quer através das autarquias locais quer em movimentos espontâneos, motivados pela adequação dos temas aos problemas da sua vivência concreta. Por todo o País, estiveram em discussão os grandes problemas nacionais, divididos em sete secções propostas pelo MDP: o programa do MFA no processo democrático português; o desenvolvimento de vida democrática local a regional; custo de vida, despedimentos e democratização da vida económica; os problemas de agricultura e do mundo rural; ensino a cultura popular na luta pela democracia; paz, independência nacional e cooperação com todos os povos; luta contra as forças antidemocráticas.

Se desaparecesse da vida política, tal como pretendem certas visões enfermias, o MDP/CDE deixaria um vazio político. Este desaparecimento não constituiria somente um presente dado de bandeja às forças antidemocráticas, como seria objectivamente uma traição a quantos fazem do Movimento o campo de sua acção política, como comprometeria, ainda, o desenvolvimento do processo democrático em que todas as organizações se declaram democráticas deveriam estar empenhadas.

Nota do PCP pág. 3

Dezesseis conclusões, avultam, pela sua importância, o objectivo de desenvolver frentes de intervenção e participação popular no sentido de se efectuarem acções em cooperação concreta com o MFA, cuja participação na Assembleia Constituinte foi considerada desejável; a necessidade de se impedir a sabotagem económica, o aprofundamento de uma estratégia antimonopolista cuja exigência se coloca como garantia de condições mínimas de democratização política do País; a vigilância e a participação dos trabalhadores e das massas populares no saneamento da vida económica; a unidade sindical; a exigência de uma imprensa independente do poder económico e político; o ensino ao serviço do povo; o desenvolvimento do trabalho de consciencialização política como condição indispensável da genuinidade do processo eleitoral; uma transformação das estruturas que implique um estatuto de igualdade social para todos os cidadãos, a cooperação e solidariedade anti-imperialista com todos os povos, a defesa de uma política de independência nacional, o

prosseguimento acelerado do processo de descolonização, e o fortalecimento das relações com os países do Terceiro Mundo e com os países socialistas. Tal como foi afirmado no encerramento das Jornadas, estas conclusões são guia para múltiplas acções, ou seja, base de uma actuação a levar a cabo pelo MDP/CDE, já com o estatuto de partido, decisão do I Encontro Nacional de Delegados do Movimento, que decorreu paralelamente às Jornadas, e pela qual se garante a intervenção do movimento no processo eleitoral não como um objectivo estreito de ganhar votos, mas com o firme propósito de nele fazer participar conscientemente, massas populares que provavelmente não fariam no quadro das organizações partidárias existentes, que seria simplesmente um atentado à democracia, negar-lhes por este facto, a cidadania política por mais que o exercício deste direito pese a quem não quer ver no MDP o que efectivamente ele é e está em condições de ser cada vez mais: um instrumento indispensável na luta, contra as forças reacţionárias, na construção de uma sociedade que sirva os interesses populares.

Quando se trata de uma vida melhor, o que implica a existência de um Estado amplamente democrático. Se desaparecesse da vida política, tal como pretendem certas visões enfermias, o MDP/CDE deixaria um vazio político. Este desaparecimento não constituiria somente um presente dado de bandeja às forças antidemocráticas, como seria objectivamente uma traição a quantos fazem do Movimento o campo de sua acção política, como comprometeria, ainda, o desenvolvimento do processo democrático em que todas as organizações se declaram democráticas deveriam estar empenhadas. Onde e como se enquadravam milhares de populares e democratas de diversas tendências, cuja opção antifascista e unitária se não enquadra na definição programática dos partidos existentes, e cuja organização e intervenção na vida nacional é uma garantia de vitória contra a reacção? E o que, e em nome de quê, pode impedir estes milhares de pessoas de intervir no processo eleitoral? Porque, não tenhamos ilusões, as forças anti-revolucionárias preparam-se para jogar a fundo no processo



«Revista Internacional»

Uma camarada búlgara, um camarada soviético e um camarada grego constituem a delegação da REVISTA INTERNACIONAL que, a convite do Comité Central do nosso Partido, se encontra neste momento em Portugal, a fim de tomar contacto com a realidade política e cultural portuguesa. Além das conversações travadas com o CC do PCP, a delegação contactou já com a UEC, o MJT e a Intersindical, devendo ainda avistar-se com entidades oficiais, com outras forças políticas e com os responsáveis por publicações progressistas do nosso país. Os camaradas da REVISTA INTERNACIONAL deslocaram-se também ao Porto e ao Centro de Trabalho de Almada, incluindo-se no seu programa uma visita ao Alentejo. Na mesma altura em que se deslocou à Editorial «Avante» que edita em Portugal a REVISTA INTERNACIONAL, a delegação esteve na Redacção do nosso jornal, onde, em nome do colectivo do «Avante!», foi saudada pelo camarada Dias Lourenço

NO PORTO HOMENAGEM AO PROFESSOR RUDOLFO ABREU

No próximo domingo, dia 10 de Novembro, no cemitério de Paranhos, pelas 11 horas, um grupo de amigos e colegas do professor Rudolfo de Abreu promove uma homenagem ao túmulo do grande pedagogo e lutador antifascista que, como tantos outros, não viu os dias de liberdade por que tanto lutou. Militante do Partido Comunista Português, esteve nas primeiras fileiras da luta, destacando-se como organizador e propagandista.

Dalou colaboração nos jornais «Voz da Serra», «Notícias de Gouveia» e «República», nos quais se destacou pela dignificação da classe do professorado primário, à qual se enfiava de pertencer numa altura em que o fascismo fazia cair sobre ela toda uma série de medidas tendentes a eliminar a sua existência, formação cultural e profissional. A sua acção fez-se sentir em múltiplas reuniões de carácter pedagógico, pela defesa de novos métodos de ensino e dos direitos da criança. Quando da sua prisão, foi acusado de ser comunista perigoso, perfeitamente terrível, etou e elemento perigoso para a sociedade»...

Agora, em liberdade, vai ser recordado. Em particular pelos professores do ensino primário.

Da comissão que promove a homenagem fazem parte Rui Luís Gomes, Virginia Moura, Lobão Vitei, César Lopes, José Morgado, Manuel Valente, Manuel Faria, António Diniz, Abel Godinho, António Afonso, Inácio Pinto, Délia Silva, Luís de Castro, Luís Carvalho, Viriato Ribeiro e muitos outros colegas e companheiros de luta.

Do seu diário, escrito na prisão, deixamos uma passagem:

«...deixo um presente da Virginia. Mandaram-lhe garrafas de Vinho e aguardente pelos camaradas de prisão. Ao saboreá-las senti-me grato pelas atenções dos democratas viscontes. Como se sabe bem a solidão! Uma pequena amiga, uma pequena lembrança, um abraço que passa de família em família de fora, constitui um lenço que nos faz por momentos esquecer o suplício da prisão.

Apesar que esqueçam os seus trabalhos de luta ou os que por medo não ossem sequer mostrar-se interessados pela sorte dos que foram esvaziados pela PIDE para intimidar os outros, definem grave falta de espírito de luta, esquecendo que ajudam a polícia nos seus propósitos. E colaborar com ela é entrar a fazer a posição, traindo a causa.»

As Jornadas como prova do capital político do MDP

Porém, as Jornadas Democráticas não demonstraram apenas esta capacidade de mobilização do MDP/CDE. Representaram, mais do que isso, um passo em frente nas suas vastas possibilidades de organização, evidenciaram a riqueza do capital político do Movimento, revelaram a sua maturidade política e inserção numa



Milhares de pessoas nas jornadas democráticas, expressão indiscutível da implantação nas massas do MDP/CDE

DELEGAÇÃO PORTUGUESA NA UNIÃO SOVIÉTICA

CONT. DA PÁG. 1

ciel, científico, técnico e cultural, as perspectivas são francamente positivas, tal como afirmou à imprensa o camarada Álvaro Cunhal quando da sua chegada ao Aeroporto da Portela, no dia 3, onde uma multidão entusiástica o recebeu calorosamente.

—A delegação governamental portuguesa foi magnificamente recebida, tendo-se concretizado a ideia, que havia anteriormente, de que existiam largas possibilidades de estreitamento das relações entre Portugal e a União Soviética, nos planos das relações comerciais, económicas, científicas e técnicas — declarou o nosso camarada — trata-se, agora de concretizar essas hipóteses. Tudo depende de nós. Os dirigentes soviéticos compreendem, perfeitamente, a situação em Portugal e os nossos problemas e afirmam a vontade da União Soviética em desenvolver as relações entre os dois países e de ajudar no quadro destas relações o processo de democratização do nosso País. Temos toda a confiança no desenvolvimento muito favorável nas nossas relações com a União Soviética.

O optimismo do nosso camarada Álvaro Cunhal seria confirmado, nesse mesmo dia, através de um comunicado soviético-português distribuído pelo Ministério da Comunicação Social aos órgãos de Imprensa. Nele se informava o povo português do decorrer das conversações, das quais resultaram, além da conclusão de um acordo comercial em Dezembro, francas possibilidades de comércio com a URSS de mercadorias de exportação tradicional e colocação de mercadorias soviéticas no nosso país; visitas à URSS, a iniciarem-se este mês, de representantes de organismos estatais e de empresas portuguesas; a vinda ao nosso país de representantes de empresas soviéticas de comércio externo para estabelecimento de negociações comerciais; o projecto de negociações futuras de um acordo intergovernamental de cooperação cultural e a decisão tomada pelas duas delegações no sentido da cooperação científica e técnica entre os dois países ser objecto de propostas a apresentar pelas organizações competentes aos respectivos governos.

As delegações soviética e portuguesa, ao considerarem que «as

negociações realizadas foram úteis e construtivas e servirão a causa da aproximação entre os dois países, contribuindo para o desenvolvimento das relações amistosas entre eles», dão notícia, a todo o mundo, de um trabalho favorável não somente ao processo de democratização do país mas também à acção de quantos lutaram e lutam pelo estabelecimento de relações de cooperação e amizade entre os povos e os governos amantes da paz.

EVOCAÇÃO DE CÂNDIDO CAPILÉ

A população de Almada homenageará a memória de Cândido Capilé, assassinado pelas forças da repressão fascista em 11 de Novembro de 1961, durante uma manifestação popular na Rua Eng. Sá e Melo, daquela cidade, que a partir do próximo dia 11, pelas 18 horas, passará a denominar-se Rua Cândido Capilé.

DINAMIZA-SE A CAMPANHA DE TRABALHO VOLUNTÁRIO PARA A RECONSTRUÇÃO DO PAÍS

No prosseguimento de uma política dinamizadora e essencialmente prática para os Centros de Formação Profissional Acelerada, o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Estado da mesma pasta têm vindo a aplicar as aptidões dos alunos estagiários de alguns daqueles centros em obras de beneficiação de construções de utilidade pública.

As primeiras experiências nesse sentido já foram levadas a cabo em trabalhos de alvenaria, caixilharia e pintura na Escola Comercial e Industrial do Seixal e numa escola do ensino primário, nos Olivais.

Recentemente, o titular da pasta do Trabalho, seguindo o mesmo critério, prometeu a alguns responsáveis pela

gestão da escola preparatória Comandante Conceição e Silva, da Cova da Piedade, a melhor colaboração no sentido de aplicar o trabalho dos alunos daqueles Centros de Formação Profissional nas reparações urgentes de que aquela escola necessita. Ainda com o fito de retirar do trabalho voluntário o melhor proveito social, dando aplicação prática às ofertas espontâneas de todos os que estão decididos a colaborar nas tarefas de reconstrução do País, o ministro do Trabalho, cap: Costa Martins, manifestou recentemente aos delegados da Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses e da UEC (União dos Estudantes Comunistas) o interesse que vê na proposta de colaboração dos trabalhadores-estudantes em obras

de alcance social, enquanto se vêem impossibilitados de iniciar as tarefas estudantis. Estimulando aqueles delegados a recrutar o maior número de colegas disponíveis para a obra que se propõem realizar, o ministro do Trabalho sugeriu entre outras, como tarefas prioritárias, a construção social destinada às famílias dos bairros da lata, a preparação de terrenos por cultivar (alguns pertencentes ao Estado), a alfabetização e a animação sociocultural e a higienização, campanha

em que muitos estudantes já participaram. No sentido de passar à prática as propostas estudantis de colaboração na obra de reconstrução nacional, o titular da pasta do Trabalho disse aos delegados da UEC e da Pró-UNEP que, em futura reunião, devem participar também elementos da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo, do Ministério dos Assuntos Sociais, do Ministério da Educação e Cultura e do Movimento das Forças Armadas.

ÁLVARO CUNHAL DISCURSOS

Maio-Agosto de 1974 Preço 20\$00 — A venda a partir de 2.ª-feira Pedidos a EDITORIAL AVANTE Av. Santos Dumont, 57-2.º — LISBOA

SOLIDARIEDADE BELGA

A fim de comemorar os primeiros seis meses de construção democrática em Portugal, e também para afirmar a sua solidariedade com os camaradas e os trabalhadores portugueses, a secção de Lecken-Heembeek do Partido Comunista da Bélgica promoveu no passado dia 26 uma sessão, a que esteve presente uma numerosa delegação de emigrantes e portugueses. Presentes, também, o camarada Louis Van Geyl, presidente do PCB, que é natural da região.

A sessão incluiu uma parte cultural, tendo actuado o grupo coral Bento Gonçalves, que ofereceu ao público um recital de canções portuguesas.

A reunião decorreu num ambiente de grande camaradagem, tendo sido aproveitada para um amplo troca de opiniões e informações sobre a actualidade política nacional e as suas repercussões na Bélgica. No uso da palavra, o camarada Louis Van Geyl manifestou a solidariedade do PCB para com o PCP e os antifascistas portugueses.

INICIATIVA MERITÓRIA

No intuito de contribuir para a resolução do problema do abastecimento alimentar na região, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Alenquer decidiu chamar a si, em exclusividade, a venda directa ao público de carne congelada. A venda deste tipo de carne, cujo preço é a torna mais acessível ao consumidor de menos recursos, faz-se, inicialmente, apenas no Mercado Municipal, mas prevê-se a utilização de um talho ambulante que percorra as diversas localidades do concelho.



UM LIVRO INDISPENSÁVEL!

O radicalismo pequeno-burguês de fachada socialista continua a manifestar-se na nova situação política criada em Portugal após o 25 de Abril. As suas características fundamentais não se alteraram. A incapacidade para analisar as situações e definir uma linha correspondente, o desprezo pela luta com objectivos concretos imediatos, a precipitação em «queimar etapas», a absolutização das formas violentas de luta, o desprezo pela classe operária e pelas massas, a pretensão de atribuir a pequenas «minorias activas» de pequeno-burgues a dinâmica do processo revolucionário, — são, entre outros, traços típicos vindos de antes do 25 de Abril e que continuam hoje a verificar-se.

SEARA NOVA N.º DE NOVEMBRO Rotulo da tirania fascista através da obra do spm poeta operário por Alexandre Cabral Reflexões sobre males de raiz por Rodrigues Leão Desenvolvimento económico ao serviço de quem? por Ribeiro de Carvalho Um intermediário contra os intermediários por Modesto Navarro Para a história do fascismo A tortura no Brasil por Albano Lima

O POVO UNIDO JÁ NÃO SERÁ VENCIDO

DEVOLVA ESTE CUPÃO ACOMPANHADO DE ESC. 15.00 EM CHEQUE OU VALE DO CORREIO, PARA RECEBERÁ UM AUTOCOLANTE ALUSIVO AO 25 de ABRIL COM AS DIMENSÕES 12,5 x 8,5 cm A 3 CORES. NOME MORADA LOCALIDADE

LÊ • ASSINA • DIVULGA UMA VOZ DEMOCRÁTICA a opinião REDACÇÃO: R. SERPA PINTO, 162 - PORTO - TELEF. 487959

# VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

## A DELEGAÇÃO SOVIÉTICA ÀS COMEMORAÇÕES DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO FALA AO «AVANTE!»



Em defesa da revolução soviética todos os trabalhadores, sem distinção de sexos ou de idades, se levantaram. Naquele momento, o que importava era assegurar o governo do povo que as forças reacionárias pretendiam aniquilar. Na gravura, um destacamento de mulheres prepara-se para partir para a frente de combate.

### O EXÉRCITO SOVIÉTICO — UM EXÉRCITO DE NOVO TIPO DEFENSOR DA PAZ E DO PROGRESSO

A vitória da Grande Revolução Socialista de Outubro, na Rússia em 1917, provocou uma feroz reacção por parte das potências imperialistas. A organização da defesa militar da jovem República Soviética e das conquistas da Revolução foi uma das questões que se colocou então com particular urgência. Tal tarefa, porém, só poderia ser cumprida por um exército forte, bem organizado e preparado. E o jovem Estado soviético não dispunha de semelhante exército. Era preciso criá-lo.

Não foi assunto fácil e simples. Não existia ainda a experiência da formação do exército de um Estado socialista, não havia ideias concretas acerca do que devia ser esta nova organização militar. O país estava extremamente debilitado e desfalcado devido a três anos de participação na primeira guerra imperialista mundial, havia falta de armamento, de equipamento e até de géneros alimentares. A República Soviética não dispunha de quadros militares próprios pois os oficiais e generais do velho exército czarista, na sua maioria, haviam recebido com aberta hostilidade o poder soviético e tinham-se passado para o lado da contra-revolução.

Antes da Revolução de Outubro e imediatamente após a sua vitória, os bolcheviques consideravam possível substituir o exército permanente, pelos trabalhadores armados, sob a forma de milícias. Isso, correspondia à política pacífica do Estado Soviético e à sua aspiração de concentrar todas as forças e possibilidades na construção pacífica do socialismo. A preparação e formação de um exército de milícias operárias fora dos quartéis, permitia levar a cabo uma preparação militar sem que os trabalhadores se afastassem por longo tempo do seu trabalho diário. Por outro lado, semelhante exército não custaria muito ao Estado.

Entretanto, a necessidade urgente de resistir imediatamente ao inimigo externo — as grandes potências imperialistas e o bloco da Antante —, obrigou o Partido a pôr de lado os projectos da formação de milícias. Além disso, a formação de um exército através da preparação geral e do armamento dos trabalhadores era um processo longo, que exigia muitos anos.

V. I. Lenine e o Comité Central do Partido Comunista, decidiram formar um exército regular, que pela forma e métodos de recrutamento, orga-

nização, treino e pela sua capacidade de combate, possuísse vantagens consideráveis relativamente a um exército de milícias. A formação de tal exército era ditada não só pela situação histórica concreta mas também decorria das perspectivas da existência da República Soviética, cercada por países capitalistas hostis, o que gerava o perigo permanente de um ataque militar.

Em Janeiro de 1918, o Conselho dos Comissários do Povo (governo) aprovou o decreto sobre a formação do Exército Vermelho operário-camponês, permanente, que era um exército de novo tipo, fundamentalmente diferente dos exércitos regulares burgueses.

A diferença radical do mesmo decorria da essência socioeconómica do novo regime socialista, da natureza de classe do Estado Soviético, da sua política de paz. O novo exército formava-se como uma organização armada da sua própria, massa trabalhadora, baseava-se na unidade indivisível do Povo e do Exército, na sua identificação, na sua união com os Sovietes, órgãos do Poder popular. No seu discurso aos primeiros destacamentos do Exército Vermelho que iam para a frente, V. I. Lenine disse: «Este exército é chamado a defender as conquistas da Revolução, o nosso poder popular, os Sovietes dos deputados, operários e camponeses, todo o regime novo, verdadeiramente democrático, contra os inimigos do povo que agora recorrem a todos os meios para tentar sufocar a Revolução.»

As Forças Armadas do Estado Socialista, desde o início constituíram-se na base do princípio de classe. No projecto do decreto o próprio Lenine escreveu o ponto principal onde se dizia que o Exército Vermelho era formado pelos elementos mais conscientes e organizados de entre os trabalhadores. O Po-

dejo soviético confiava as armas somente aos operários e camponeses, ou seja, aquelas classes que estavam primordialmente interessadas em defender as conquistas da Revolução Socialista.

A utilização desse princípio de classe foi, porém, historicamente limitada. Após a liquidação das classes exploradoras e a construção do socialismo na URSS (1936), a defesa da pátria tornou-se obrigação sagrada de todos os cidadãos da União Soviética. Se, por um lado, haviam desaparecido as classes antagonicas, por outro lado, as Forças Armadas da URSS tinham necessidade de manter a sua orientação de classe no plano exterior, tornando-se um instrumento de defesa das conquistas da revolução e do socialismo contra a reacção e o imperialismo mundiais.

A diferença do czarismo, que não confiava as armas aos representantes de muitos povos da Rússia, e que não permitia que eles fizessem o serviço militar por motivos políticos, o Estado Soviético, fiel à política nacional leninista de fraternidade, amizade e igualdade de direitos entre os povos, garantiu a participação de todos os povos e grupos étnicos nas Forças Armadas. Cada cidadão do Estado multinacional tem o direito de defender as conquistas da Revolução. «No Exército Vermelho — diz o decreto do Governo soviético — pode entrar todo aquele que deseje dar as suas forças e a sua vida em defesa das conquistas da Revolução de Outubro, do poder dos Sovietes e do Socialismo.»

O Exército Soviético de novo tipo tornou-se, assim, a encarnação da amizade dos povos, surgiu como a força internacional que actua dentro do espírito da fraternidade e solidariedade na luta de libertação.

(Exclusivo para «Avante!» da Agência Novosti)



Um exército moderno pronto a defender a paz

A convite da Associação Portuguesa de Mulheres e a fim de estar presente nas comemorações do 57.º aniversário da Revolução de Outubro, levadas a efeito por aquela Associação, encontra-se entre nós uma delegação soviética, composta por I. Obratstov, ministro do Ensino Superior e Secundário especializado da Federação Russa, Zinaida Feodorova, secretária-geral do Comité das Mulheres Soviéticas; V. Pertsov, jornalista, e V. Grenkov, chefe do Departamento da Europa Ocidental da União das Sociedades para Amizade com os Países Estrangeiros. Todos eles, por outro lado, integram o grupo de iniciativa para a criação da Associação URSS-Portugal, cuja entrada em funcionamento se prevê para muito breve.

A sua chegada, a delegação foi recebida, no aeroporto de Lisboa, pelo camarada Aurélio Santos, do Comité Central do nosso partido, por Alexandre Babó e Armando Myre Dares, da Associação Portuguesa URSS; por Fernanda Gonçalves e Fernanda Godinho, do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, além de representantes da Embaixada Soviética e da Agência Novosti. No mesmo avião, regressou a Portugal o embaixador Arnold Kallinin, que se deslocara a Moscovo.

O «Avante!» entrevistou para os seus leitores os membros da delegação soviética.

«Avante!» — Ao comemorarem mais um aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, os soviéticos têm o hábito de fazer o balanço dos êxitos alcançados desde o «brilhante» ano de 1917 até aos nossos dias. Na sua qualidade de ministro do Ensino Superior e Secundário Especializado da República Federativa Russa, não poderia o camarada Obratstov fazer um breve balanço do ensino na URSS e referir-se às suas perspectivas de desenvolvimento?

I. Obratstov — Na URSS o ensino está dividido em três categorias: superior, secundário especializado e técnico-profissional. Neste momento, no nosso país, frequentam escolas e Institutos 80 milhões de pessoas. Está em vigor a lei sobre a obrigatoriedade do ensino médio de 10 anos, quer dizer, qualquer cidadão do nosso país tem de ter obrigatoriamente 10 anos de escolaridade. Isto é, sem dúvida, uma das conquistas da Revolução de Outubro. Todo o nosso ensino é gratuito. Quase todos os estudantes — 80% — recebem bolsa de estudo. Podemos dizer que o problema do ensino no nosso país está resolvido.

Nos últimos tempos, os cientistas e as escolas do ensino secundário trabalham para melhorar ainda mais a qualidade e os métodos deste grau de ensino.

Na URSS as crianças começam a estudar aos 7 anos. Neste momento os programas são mais complexos, mais perfeitos, melhoraram consideravelmente e podemos dizer que ao concluir o curso obrigatório de 10 anos, os jovens possuem uma elevada cultura e conhecimentos sólidos.

O ensino superior tem neste momento importantes tarefas a realizar. Na União Soviética estamos a passar à preparação de especialistas com formação humanística, que nos é ditada pelas exigências do progresso técnico e científico.

«Não podemos pensar no ensino sem o ligar à ciência e à actividade prática. Aliás, ensino, ciência e produção são três factores que estão intimamente ligados e são encarados pelo estado no seu conjunto. La onde estes três factores estão ligados, onde a instrução é melhor, a ciência está mais desenvolvida e o progresso técnico é maior. Em ligação com o desenvolvimento rápido da ciência temos de resolver inúmeros problemas. Por exemplo, agora, como atrás já disse, estamos a passar à preparação de especialistas com formação humanística. Este tipo de especialista diferencia-se do normal pelo facto de ter uma preparação especial fundamentada em

conhecimentos técnicos básicos de carácter geral. Nas nossas faculdades da Engenharia há uma atenção particular está a ser dada às matemáticas, física, às ciências exactas. Para que uma pessoa tenha uma elevada cultura, e nos nossos tempos a sociedade exige pessoas com uma cultura desenvolvida, colocamos o problema de dar um carácter humanístico ao ensino, incluindo o ensino técnico, de modo que os nossos engenheiros, por exemplo, ao terminarem o seu curso, a par de uma preparação profissional tenham igualmente uma boa preparação filosófica, literária, artística, etc.

Um papel importante tem neste momento a economia política, e tudo o que está relacionado com ela — os problemas da planificação, da direcção da economia, da direcção da agricultura, da indústria, do desenvolvimento dos diferentes ramos da indústria na base da electrónica, do cálculo automático, da cibernética. Hoje, o engenheiro tem de possuir sólidos conhecimentos de economia política, mas, tem, também, de saber lidar com os homens, tem de saber organizar, conduzir. Por isso, estamos actualmente a dar uma especial atenção ao estudo da psicologia e preparamos especialistas neste campo. Isto é, em breves palavras, o que nós estamos neste momento a fazer no ensino superior do nosso país, são estas as direcções em que estamos a trabalhar.

«Vant!» — A camarada Zinaida Feodorova é a primeira representante do Comité das Mulheres Soviéticas que vem ao nosso país depois do 25 de Abril. Na sua qualidade de secretária-geral talvez nos pudesse falar como foi criada esta organização, que actividades desenvolve e está presentemente a desenvolver. E que pensa das relações do Comité das Mulheres Soviéticas com as mulheres portuguesas?

Zinaida Feodorova — A primeira coisa que eu desejo é transmitir uma calorosa saudação a todas as mulheres portuguesas da presidente do nosso comité — Valentina Tereshkova. Ela pediu-me que transmitisse a sua saudação logo que chegasse aqui, a Portugal.

«Respondendo, agora, à sua pergunta, posso dizer que o nosso comité foi criado nos anos mais difíceis que o nosso povo já viveu, nos anos da segunda guerra mundial, da Grande Guerra Patriótica, quando a Alemanha hitleriana invadiu o nosso país.

«O Comité das Mulheres Soviéticas foi criado para mobilizar todas as mulheres soviéticas para a luta de libertação, para a causa justa do nosso povo. As mulheres soviéticas responderam ao nosso apelo, compreendendo que o seu trabalho contribuiria para a vitória. Elas estiveram a pé firme junto dos torcos, nas empresas, fizeram os trabalhos mais duros nos campos, substituindo os maridos e os filhos que estavam na frente. Trabalharam em profissões em que jamais haviam trabalhado nos anos de paz: derreteram o aço, extrairam o carvão, fabricaram granadas. Enfim, tudo o que era necessário para a frente.

«Na agricultura, elas empenharam todos os seus esforços para que nada faltasse ao Exército que combatia contra o inimigo do nosso povo, para dar pão aos nossos soldados.

«Foi ainda às mulheres que coube a enorme tarefa de salvar as nossas crianças, de as levar para sítio seguro, de lhes garantir os alimentos e mantê-las saudáveis. Foi às mulheres, quem resolveu a difícil tarefa de evacuar as nossas crianças das regiões ocupadas pelo inimigo e das regiões que estavam a ser bombardeadas. Adoptámo-las, sem nos preocuparmos em saber quem elas eram. Quantas vezes, porém, nos interrogávamos: onde estarão os seus pais? Teriam morrido? Serão filhos de paz e de meios, «lucianos» críticos como as nossas fêmeas. Foi por isso, que apesar da guerra cruel que durou tantos anos no nosso país, não houve órfãos. Todas as crianças tiveram o seu lar, os seus pais adoptivos. Com a ajuda do Estado criámos lares para todas estas crianças.

«A nossa acção durante a guerra não ficou só por aqui. As mulheres soviéticas lutaram também na frente de batalha, vestiram a farda, foram aviadoras, tanquistas, médicas militares.

«Nessa altura, o nosso comité chamava-se Comité Antifascista das Mulheres Soviéticas. Foi importante o papel que tiveram as nossas mulheres na vitória contra o fascismo.

«Mas não foi só no plano interno que desenvolvemos a nossa acção, durante a guerra. Logo nos primeiros dias da guerra, o nosso comité lançou um apelo a todas as mulheres do mundo, para que nos uníssemos todas na luta contra o fascismo. Apelámos às mulheres da América, da França, às mulheres dos países ocupados pelas tropas hitlerianas, no sentido de formarmos uma frente comum contra o fascismo.

«Foi o começo das nossas ligações internacionais, que a partir daí se desenvolveram, continuaram e tiveram um novo desenvolvimento quando foi criada, após a guerra, a Federação Democrática Internacional de Mulheres. A Federação reu-

niu todas as organizações de mulheres que existiam nessa época em numerosos países e lançou palavras de ordem que nos aproximaram a nós, mulheres de todos os continentes e nos tocaram profundamente: a luta pela paz, pela felicidade das crianças, pela igualdade.

«No momento presente, o Comité das Mulheres trabalha para a aplicação destas palavras de ordem, participa activamente na FDIM. Temos relações de amizade com organizações femininas de mais de 121 países.

«Sinto-me extraordinariamente satisfeita por ser a primeira mulher soviética a vir a Portugal representar as mulheres do meu país, e quero afirmar a nossa solidariedade para com a vossa luta, para com a vossa vitória.

«Penso que as perspectivas que se apresentam nos dão a possibilidade de nos encontrarmos mais vezes, de participarmos juntas em várias iniciativas e actividades internacionais. Penso que as nossas relações — entre as mulheres soviéticas e as mulheres portuguesas — serão as mais amistosas e sólidas.

«Quando voltar ao meu país terei a possibilidade de falar sobre a vossa vida, sobre o vosso trabalho.

«Destjovens muito, muito sucesso no vosso trabalho, no vosso actividade. Nestes dias, em que comemoramos o 57.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, eu queria, em especial, saudar as mulheres portuguesas em nome das mulheres soviéticas, das mulheres trabalhadoras do meu país, que gostam de trabalhar e de descansar, que gostam das suas famílias e das suas crianças. Penso que tudo o que tem a mulher soviética, tudo o

sabem isso muito bem. Mas, depois do 25 de Abril, este interesse aumentou ainda mais. Todos os nossos jornais, diariamente, publicavam notícias sobre o vosso país. Quando saubemos que foi criada a Associação Portuguesa URSS, o nosso interesse por esta vossa organização aumentou ainda mais, também. Uma delegação, encabeçada pelo nosso amigo Alexandre Babó, visitou a União Soviética. Agora, na URSS, está-se a trabalhar para a criação da Associação URSS-Portugal. Todos aqueles que se interessavam já por Portugal, que haviam cá estado ou tinham tido alguma ligação com o vosso país, logo depois do 25 de Abril lançaram a ideia de se criar a Associação. Ontem, 4 de Novembro, devia realizar-se a reunião do grupo que teve a iniciativa de criar a URSS-Portugal — jornalistas que estiveram em Portugal, escritores, cientistas que estudaram a vossa história e economia. Nós também fazemos parte desse grupo, mas não podemos tomar parte nessa reunião. Mas as nossas assinaturas lá estão.

«Tem interesse dizer que não é somente em Moscovo que há interesse em conhecer o vosso país. Também de Leningrado, das Repúblicas do Cáucaso, da Ásia, recebemos cartas com pedidos de adesão a esta Associação. Na reunião de ontem, devia ser marcada a data para a formação definitiva da Associação Portuguesa URSS.

«Amanhã, chegará ao nosso país uma delegação portuguesa encabeçada pelo presidente da Associação Portuguesa URSS, prof. Henrique da Barros, para assistir às comemorações do 57.º aniversário da Revolução de Outubro, e nós encontrámo-nos aqui, em Portugal, a convite

V. Pertsov — O nosso povo, o povo soviético, sempre foi educado no espírito do internacionalismo, sempre manifestou a sua simpatia pelos povos que lutavam, e lutam, contra a opressão e pela sua liberdade. Quero dizer-vos que o povo soviético sempre teve uma especial simpatia pelo povo português, ao qual, durante muitos e muitos anos, expresseu a sua solidariedade, sobretudo pelo tanto que sofreu sob a ditadura fascista. Por isso, o 25 de Abril foi acolhido com grande alegria pelo povo soviético, como uma autêntica festa, como uma festa que era também sua, pois, finalmente, fora derrubada a ditadura fascista que vos oprimira durante quase 50 anos. Isso provocou um grande interesse e um forte sentimento de solidariedade entre todo o povo soviético.

«Nós, jornalistas, seguimos com todo o interesse e atenção o processo de democratização em Portugal. Por isso, imediatamente após o 25 de Abril, enviámos um correspondente da TASS para Portugal, e fim de nos mandar, diariamente, uma informação. Depois, mandámos alguns dos nossos melhores jornalistas. Claro, recebemos, também, muita informação através das agências burguesas, mas nós, soviéticos, queremos uma informação em primeira mão e por isso enviámos os nossos próprios jornalistas, a fim de termos uma informação fidedigna. Há pouco, enviámos para os representantes da Agência Novosti (Novidades), que se encontram aqui a trabalhar.

«Durante a recente visita a Moscovo da delegação governamental portuguesa, encabeçada pelo cama-



A delegação soviética à chegada a Lisboa. Da esquerda para a direita: V. Pertsov, I. Obratstov, Zinaida Feodorova e V. Grenkov

da Associação Portuguesa URSS para assistir às comemorações que têm lugar no vosso país.

«Embora não tenhamos ainda uma Associação URSS-Portugal, as pessoas que se interessam pelo vosso país começam a dar os primeiros passos para conhecer Portugal.

«Os jornalistas e repórteres fotográficos soviéticos que estiveram aqui em Portugal fizeram uma exposição em Moscovo, que esteve patente na Casa da Amizade com os Países Estrangeiros.

«Essa exposição foi apresentada na televisão. Assim, não foram só os habitantes de Moscovo que a viram, mas sim todo o país. A exposição intitulava-se «Portugal de hoje». Foram fotografias feitas pelos nossos fotógrafos e outras enviadas pela Associação Portuguesa URSS. Essa exposição está a ser apresentada agora em Leningrado e, depois, será apresentada noutras cidades da União Soviética. Isto, é apenas um começo.

«Penso que daqui a 2-3 semanas a Associação URSS-Portugal estará criada oficialmente. Esperamos um grande trabalho para dar a conhecer a vossa história, a vossa cultura, a vida da gente simples. E é neste terreno que contamos com a ajuda da Associação Portuguesa URSS em documentação, material, etc.

«Posso dizer, pela experiência que temos com outros países — Itália, França, Bélgica, países escandinavos, que a Associação uma vez criada contribuirá para dar a conhecer a URSS no vosso país e Portugal na União Soviética.

«Há grandes perspectivas para a nossa colaboração. As pessoas aqui sabem ainda pouco acerca do nosso país e o povo soviético também só agora é que tem mais contactos com Portugal. Penso, por isso, que o campo de acção entre as nossas Associações é muito vasto.

«Avante!» — Camarada Pertsov, como jornalista, e encerrando esta nossa breve entrevista, gostaríamos que nos dissesse como se reflectiram na actividade dos jornalistas soviéticos os acontecimentos políticos ocorridos, e que ocorrerem, em Portugal?

«Antes de tudo, queria dizer que na URSS existe a maior (depois da organização sindical) organização de massas que se denomina União das Sociedades de Amizade com os Povos dos Países Estrangeiros. Esta organização reúne todas as organizações soviéticas de amizade e relações culturais com os países estrangeiros. Temos, por exemplo, a Sociedade de Amizade URSS-Itália, URSS-França, URSS-Japão, etc. Temos até sociedades de países com os quais a URSS não tem relações diplomáticas, como é, por exemplo, o caso da Sociedade de Amizade URSS-Filipinas. As relações com as Sociedades de Amizade desenvolvem-se com sucesso. Fazem parte destas organizações mais de 6 milhões de soviéticos. Como já disse, depois dos sindicatos, são as maiores organizações de massas.

«Quando, há dois meses atrás, foi criada em Portugal a Liga para o Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os povos socialistas e depois, a Portugal-URSS, a nossa organização recebeu calorosamente esta notícia.

«No nosso país o interesse por Portugal foi sempre grande. Penso que os leitores do vosso jornal

radia Álvaro Cunhal, houve uma importante troca de opiniões entre as nossas Agências TASS e Novosti e vários dos nossos jornais e o comandante Conceição e Silva sobre a forma de melhorarmos a nossa informação de Portugal e darmos mais informação da União Soviética para a imprensa portuguesa.

«Seguimos de muito perto tudo o que se passa no vosso país, e em fins de Setembro estivemos muito preocupados quando se preparava o golpe reaccionário. Acompanhámos todos os acontecimentos.

«Toda a nossa imprensa — «Pravda», «Izvestia», «Trud», «Kommunistika Pravda» — deram muita informação sobre Portugal, mas nós pensamos que podem dar ainda mais. Nestes últimos 6 meses, depois do 25 de Abril, esforçámo-nos para informar melhor os soviéticos. Fizemos dois filmes documentários intitulados «Portugal nos primeiros dias da liberdade e fizemos um filme para a televisão. Neste momento encontra-se aqui, em Portugal, uma equipa de cineastas que está a fazer um filme de longa metragem. Isto quer dizer que damos os primeiros passos para a informação. Pensamos que ainda é pouco, que temos de fazer mais, que temos de melhorar os nossos meios de informação.

«A terminar, quero dizer que a visita a Moscovo da vossa delegação governamental e as entrevistas que tiveram lugar entre diferentes organismos de informação e o camarada Álvaro Cunhal e o comandante Conceição e Silva, vão contribuir para melhorar as nossas relações no campo da informação, de modo a passar a haver, entre os nossos dois países, uma informação directa, diária e bastante abundante.

«E penso que essa informação vai ser útil para estreitar os laços de amizade que sempre existiram entre os nossos dois povos. Quando nos conhecemos melhor, abrimos novos caminhos para fortalecer a amizade entre o povo português e o povo soviético, que sempre foi solidário com a vossa luta e que sempre esteve, está e estará ao vosso lado.

ASSINA O «AVANTE!»



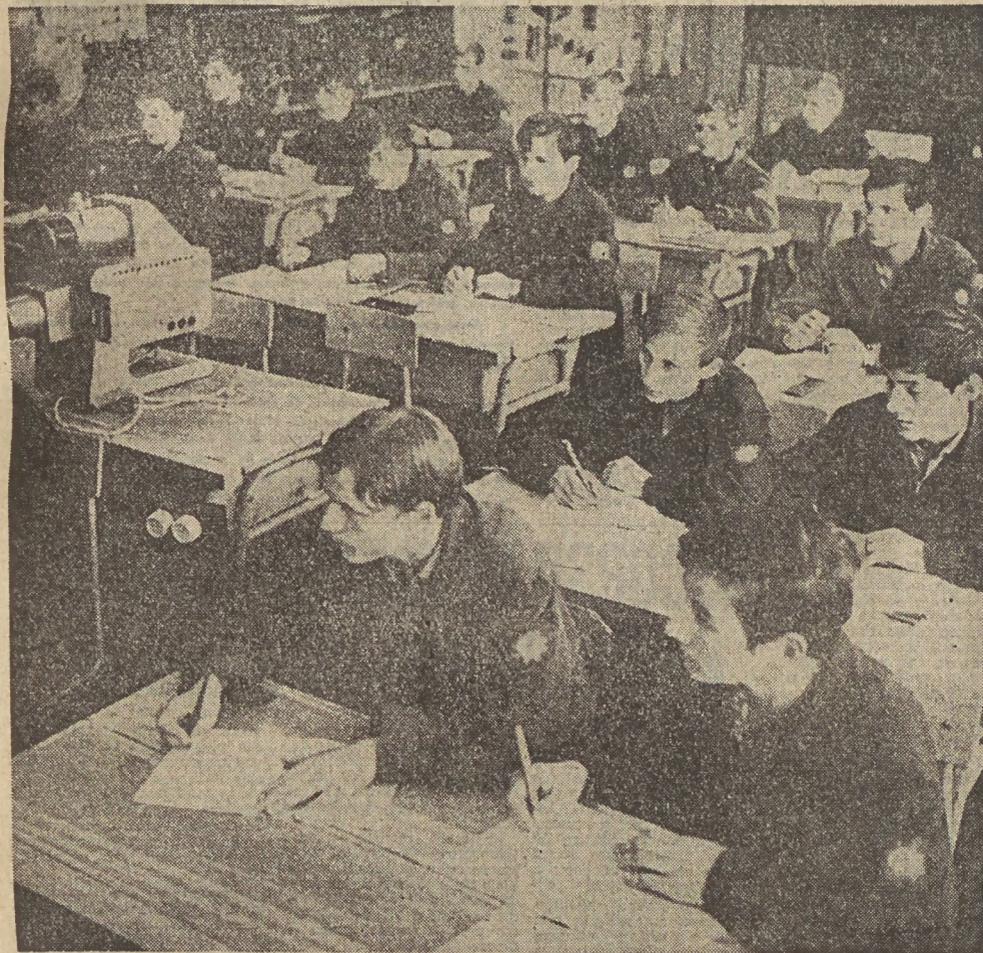
**VIVA  
A  
REVOLUÇÃO  
DE  
OUTUBRO!**

CENTRO GRAFICO MARIA MACHADO

*Avante!*



# VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!



Nas mãos da juventude ontem como hoje — o futuro da sociedade comunista

## O VELHO BOLCHEVIQUE VASSILI VACIUTIN ENTREVISTADO EM EXCLUSIVO PARA O «AVANTE!»

Ontem, 7 de Novembro, os soviéticos e toda a Humanidade progressista comemoraram o 57.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Este acontecimento é particularmente notável para aqueles que participaram na Revolução. Entre eles encontra-se o professor catedrático Vassili Vaciutin, de Moscovo, que conta actualmente 74 anos.

O «Avante!», que pela primeira vez, depois de 43 anos consecutivos de estrita clandestinidade, vai assinalar abertamente a luz do dia o aniversário do Grande Outubro, contactou com o professor Vassili Vaciutin que aceitou, com alegria, a fazer ao nosso jornal o depoimento que se segue.

— Eu, que tenho a mesma idade que o século 20, diz o «Avante!» o professor Vassili Vaciutin —, fui testemunha de muitos grandes e importantes acontecimentos. Mas, naturalmente, o acontecimento mais transcendente de toda a História mundial foi a Revolução de Outubro.

Vladimir Ilitch Lênine, homem genial, que deu prosseguimento à causa revolucionária de Marx e Engels, fundou o Partido Comunista. Sob a sua direcção, o Partido uniu a classe operária, o campesinato, os soldados e a intelectualidade progressista da Rússia, e conduziu-os à luta contra o poder dos latifundiários e capitalistas, pela formação do primeiro Estado socialista do mundo.

Foi uma luta extremamente difícil — prossegue Vassili Vaciutin. As forças da contra-revolução interna, com a ajuda da burguesia mundial, desencadearam a guerra civil (1918/1920). A jovem República dos soviéticos viu-se a braços com a fome, com a destruição, além da intervenção de 14 grandes Estados capitalistas.

O grandioso programa de paz e de construção da sociedade comunista, elaborado em 1917 pelo XXIV Congresso do PCUS, obteve a aprovação de todos os homens de boa vontade.

— Na década de 20 o camarada Vassili Vaciutin foi secretário do Comité Central da União da Juventude Comunista (KOMOSOMOL), que é uma organização juvenil de massas. Que nos pode dizer o camarada acerca da participação da juventude na Revolução?

— Ainda nas vésperas da Revolução — diz V. Vaciutin —, Lênine escreveu: «Nós somos um Partido do futuro e o futuro pertence à juventude. Nós somos um partido de inovadores, e os jovens sempre seguem voluntariamente os inovadores. Nós somos um partido de luta abnegada... e os jovens são sempre os primeiros a lançar-se na luta abnegada.» Lênine exortava os comunistas a atraírem para o seu lado os jovens e, em primeiro lugar os jovens operários. Mas eu sei, por experiência própria, que nós não esperávamos que nos chamassem. Eramos, sim, os primeiros a marchar para a revolução, porque os seus ideais — dar felicidade ao povo trabalhador, construir um futuro melhor para a jovem geração, destruir a opressão, a miséria, a falta de direitos — conquistaram os nossos corações e impulsionaram-nos para a luta, para o sacrifício, para o heroísmo.

Eu não tinha ainda 20 anos quando lutava nas barricadas e quando me tornei combatente do Exército Vermelho. Ao meu lado lutavam muitos rapazes e raparigas. Segundo dados incompletos, nos combates pela Revolução e em sua defesa tomaram parte mais de 500 mil jovens.

— Camarada Vassili Vaciutin: qual o acontecimento desses memoráveis anos que mais o impressionou?

— Foi a primeira vez em que vi e ouvi Lênine, no dia 2 de Outubro de 1920, no III Congresso do Komosomol. Esse discurso, que Lênine pronunciou perante os delegados ao Congresso, entre os quais eu me encontrava, intitulava-se «As tarefas das União de Jovens». Falando calorosamente, Lênine apontou, de modo inteligível e conciso, quais eram essas tarefas: aprender a ser comunista, ajudar o povo trabalhador a construir uma sociedade nova, adquirir conhecimentos, conhecer e estudar as descobertas da ciência, da técnica e da cultura, formar um espírito recto, defender os seus princípios, a sua pureza moral, ser intempestiva em relação aos defeitos, unir a instrução e a educação com a actividade prática.

Fui testemunha de toda a história do Komosomol, e posso dizer que todas as gerações de komsomóis souberam cumprir com honra o testamento de Lênine.

— E que nos pode dizer o camarada acerca da juventude soviética de hoje?

— Na Primavera deste ano tive a oportunidade de assistir ao XVII Congresso do Komosomol. Lembrei-me então da minha juventude, dos meus amigos e camaradas, e fiz comparações. Posso dizer que vi nos jovens de hoje o mesmo entusiasmo, o mesmo ardor e o mesmo romantismo dos jovens revolucionários da década de 20. Posso dizer que eles são os dignos continuadores das gerações passadas. Do mesmo modo que os seus antecessores, eles colocam todas as suas forças, todos os seus conhecimentos e facultades ao serviço do povo, ao serviço da sociedade socialista. Nos anos 20 e 30, muitos jovens abandonaram a sua terra natal, deixaram o conforto das cidades e, voluntariamente, foram para as regiões inexploradas, onde ergueram com as suas próprias mãos novas cidades, fábricas, centrais eléctricas... Hoje, os jovens continuam fiéis a essa tradição. Por exemplo, no próprio Congresso eu despedi-me de um destacamento de jovens voluntários que iam construir o caminho-de-ferro Baikal-Amur, que terá 3200 quilómetros de extensão. Neste momento, os jovens soviéticos participam na construção de 139 grandes obras industriais. Somente durante os últimos anos, nas construções na Sibéria, no Extremo Norte, no Extremo Oriente e na Ásia Central, trabalham 420 mil jovens soviéticos.

Neste actividade da juventude dos nossos dias eu vejo a sucessão das diversas gerações de soviéticos fiéis, os ideais da Grande Revolução Socialista de Outubro.

## O PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA NA SOCIEDADE SOVIÉTICA DE HOJE

O papel dirigente da classe operária é determinado pela sua posição no sistema de produção social. A classe operária sempre foi e continua a ser a principal força produtiva da sociedade soviética. A sua maior parte está ocupada na indústria, que é o sector mais importante da produção social.

A classe operária soviética é exemplo de elevada consciência e organização, de dedicação às tradições revolucionárias e às ideias do marxismo-leninismo. A história da classe operária soviética é a da luta heroica contra a exploração e a opressão, da organização das massas e da direcção dos trabalhadores na revolução socialista e na construção da nova sociedade socialista.

Antes da Revolução de Outubro a classe operária constituía, apenas, 14,5 por cento da população total ou seja, menos do que a burguesia urbana, os latifundiários, os comerciantes e os culaqueis («camponeses ricos») tomados conjuntamente. Dois terços da população constituía-os o campesinato, intimamente ligado à luta da classe operária e que foi o aliado natural do proletariado na luta contra o czarismo e a burguesia.

Em consequência das enormes transformações socioeconómicas ocorridas no país desde a Revolução de Outubro de 1917, a classe operária soviética passou de 12 milhões e 500 mil em 1928 para 60 milhões em 1972. Mas não se trata apenas do crescimento vertiginoso do número de operários. No seu seio operaram-se mudanças qualitativas de ordem sociopsicológica, tendendo profundamente a sua estrutura.

O nível cultural do operário soviético, sobretudo, sofreu mudanças fundamentais. Logo desde o início do Poder soviético o Partido Comunista abordou a alfabetização da população como um problema cultural, económico e sociopsicológico dos mais importantes. Líria Lênine, repetidas vezes, que uma pessoa analfabeta está fora da política, não pode participar conscientemente da vida política do país. Em 1939 na URSS, o total dos operários da cidade que tinham uma escolaridade de 7 anos era de cerca de 10 por cento. Em 1970, mais de metade dos operários tinham instrução secundária geral, completa ou não, e especializada.

Sob o impacto do progresso técnico-científico na URSS está a aumentar o número de operários ligados aos ramos modernos da indústria eléctrica, electrónica, material eléctrico, automática, etc.

A medida que se eleva a instrução e o nível cultural dos operários, muda o conteúdo e o carácter do trabalho. Aparecem, cada vez mais, profissões cujos trabalhos não se diferenciam, no essencial, dos dos técnicos e engenheiros.

Um dos traços mais característicos do operário soviético é um elevado sentimento de responsabilidade pelo destino do país. Eis o que disse, por exemplo, a este respeito, a tecelã A. Smirnova, da fábrica têxtil de Iákovlevo, re-

gão de Ivanovo, na sua intervenção no XXIV Congresso do PCUS, em 1971: «O trabalhador soviético de hoje é o dono autêntico do país e um criador que participa activamente, na administração da produção. O operário soviético é culto e instruído. Para ele o trabalho não é apenas o ganha-pão, mas também um poderoso meio de participação na colectividade em-

os sábados comunistas, tendo-os classificado como os primeiros passos dados no sentido da formação de uma nova disciplina no trabalho, a disciplina consciente. «Os sábados comunistas, dizia Lênine, têm enorme importância histórica justamente porque nos mostram a iniciativa consciente e voluntária dos operários no desenvolvimento da produtividade do tra-

ultrapassou os 4 milhões e 700 mil. Hoje, dos 15 milhões de comunistas soviéticos 6 milhões são operários. Um de cada dez operários é membro do Partido Comunista da União Soviética.

Não é, porém, só o número de operários no Partido que é importante. Importante, é o facto dos operários comunistas exercerem funções de responsabilidade nas organizações do Partido, desde as organizações de base ao Comité Central. A maioria dos secretários actuais dos CC dos Partidos Comunistas das Repúblicas federadas, dos comités distritais e regionais são antigos operários. Mais de metade dos directores das grandes empresas industriais do país são igualmente antigos operários. Quase 1200 dos melhores trabalhadores foram eleitos delegados ao XXIV Congresso do PCUS.

Tudo isto mostra o papel dirigente da classe operária no desenvolvimento socioeco-

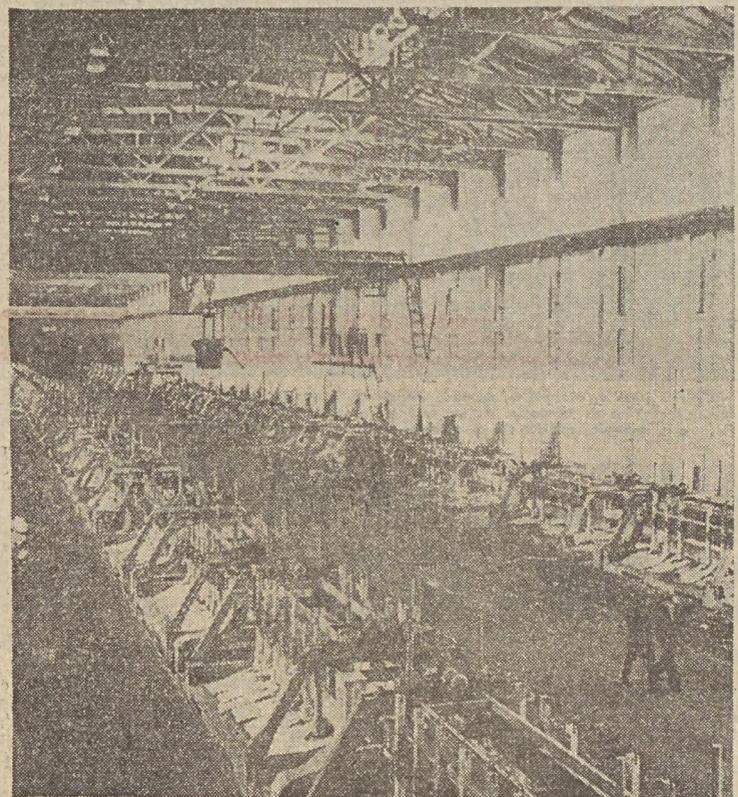
por N. Opárin, professor catedrático da Universidade Patrice Lumumba, de Moscovo

nhada na edificação do regime social mais justo da terra. Uma das manifestações do sentimento de responsabilidade da classe operária soviética em relação ao desenvolvimento económico e social do país são, por exemplo, os chamados sábados comunistas, ou seja, o trabalho voluntário, não remunerado, para a sociedade. A 12 de Abril de

balho, na passagem a uma nova disciplina no trabalho, na criação de condições socialistas de economia e de vida.»

Criados por iniciativa dos operários, os sábados comunistas constituem, hoje, uma tradição na vida dos trabalhadores da União Soviética.

No sábado de 20 de Abril deste ano milhões de soviéticos



O domínio da técnica na base do progresso

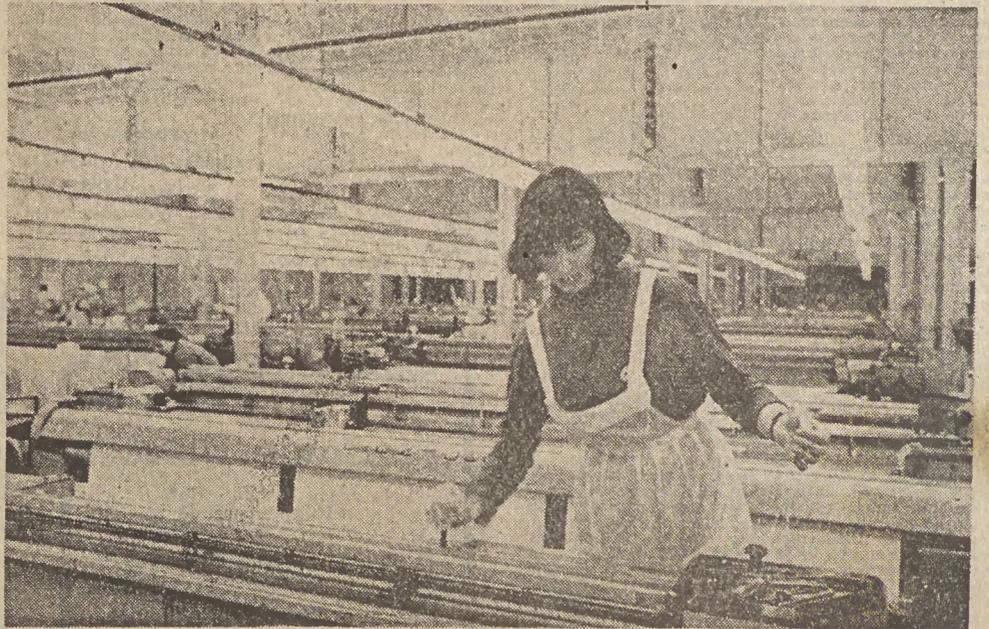
1919 um pequeno grupo de operários da oficina de locomotivas de Moscovo Sortirovitchnaia, continuou a trabalhar depois de terminada a jornada e reparou gratuitamente três locomotivas. Um mês mais tarde, realizou-se na via férrea Moscovo-Kazan o primeiro sábado comunista da história, ao qual se seguiriam outros «subbotnik» (no mês mesmo do trabalho voluntário realizado no sábado) em todas as partes do país. Lênine teve, em alto apreço

organizaram mais um «subbotnik». Nesse dia o país produziu adicionalmente milhares de toneladas de metal, hulha, petróleo e de diferentes bens de consumo num valor total de muitos milhões de rublos.

O aumento do número de operários nas fileiras do Partido Comunista atesta que a classe operária se torna politicamente mais activa. Se em 1956, no PCUS havia cerca de 2 milhões e 300 mil operários, em 1966 o seu número

nómico e político da sociedade soviética. «O Partido vai continuar trabalhando para que a influência da classe operária sobre todos os sectores da vida da nossa sociedade cresça e se consolide, para que as suas actividades e iniciativas produzam efeitos cada vez maiores», disse L. I. Brejnev no seu relatório ao XXIV Congresso do PCUS.

(Exclusivo para o «Avante!» da Agência Novosti)



A mulher — factor importante no desenvolvimento social

# LÊ E ASSINA

# Avante!

Orgão Central do Partido Comunista Português

Remete ao «Avante!» - Av. António Serpa - 26-2ª Esq. - Lisboa-1

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_

# VIVA A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO!

## O POVO PORTUGUÊS FESTEJA O 7 DE NOVEMBRO

Pela primeira vez em liberdade, Portugal inteiro festeja este ano, condignamente, o aniversário da Revolução Socialista de Outubro. Tantas e tão variadas são as manifestações em curso, de norte a sul do País, que impossível se torna referi-las a todas.

Até ao momento, contam-se já por largas dezenas os comícios, sessões de esclarecimento e projecções de filmes sobre a URSS levados a efeito pelo Partido Comunista Português, nomeadamente em Alcácer do Sal, Aljustrel, Arrenela, Aveiro, Barreiro, Beja, Borba, Bucelas, Caldas da Rainha, Charneca, Clube da Fábrica Barreiros, Coimbra, Costa de Caparica, Cova da Piedade, Évora, Faro, Grândola, Estremoz, Montemor-o-Novo, Montijo, Odemira, Paço Pires, Porto, Santiago de Cacém, Seixal, Setúbal, Sines, Sobreda, Tires, Torre da Marinha, Vendas Novas e Vila Viçosa. No Porto, ontem, foi lançada, ao amanhecer, uma salva de morteiros e, à noite, com a participação de bandas de música, realizou-se um desfile festivo da Praça da Liberdade ao pavilhão do Académico, onde houve uma festa popular, acompanhada de intervenções sobre o significado histórico do 7 de Novembro.

Na noite de hoje, pelas 21 e 30 horas, realizam-se várias sessões, como é o caso de Almada (Academia Almadense), Amora (Soc. Filarmónica Operária), Cacém (Ginásio dos Bombeiros) e Santo António da Charneca (Soc. Filarmónica da União Agrícola).

Amanhã, haverá sessões em Moura, às 16 horas, e em Faro, pelas 21 e 30. No dia 10, em Almada, pelas 21 e 30, em Serpa, pelas 16 horas, e noutros locais.

Entretanto, o Centro de Trabalho de Sacavém do nosso partido promoveu uma exposição-festa do livro soviético, que funcionará na Cooperativa «A Sacavenense» até ao próximo dia 12, encerrando com um colóquio sobre os países socialistas. Outros centros de trabalho tomaram a mesma iniciativa.

### Semana do Cinema Soviético

Entre todas as manifestações em curso, merece especial referência a Semana de Cinema Soviético, organizada pelo PCP, e que ontem se iniciou na sala do Palácio Póz com a projecção do filme «Lenine em Outubro», cujo tema central gira em torno da figura do grande dirigente da Revolução Socialista. O mesmo filme será novamente projectado hoje, às 18 e 30, após o que se cumprirá o seguinte programa:

- Amanhã, «O Coraçoço Potemkin» e «Lenine Vivo»;
- dia 10, «Biografia de Lenine» e «Kolkhoz Lenine»;
- dia 11, «Camaradas Ferrovários»;
- dia 12, «A Professora Varvará»;
- dia 13, «Arco-Iris» e «Exército Soviético». Todos os filmes serão exibidos em duas sessões, às 18 e 30 e às 21 e 30, excepto no dia 12, em que só se realizará a sessão da noite. A entrada é feita por convites, em distribuição no Centro de Trabalho, da Av. António Serpa.

### As comemorações realizadas pela Associação Portugal-URSS

Também a Associação Portugal-URSS, com o apoio da Embaixada soviética e da Agência Novosti, meteu ombros a um vasto plano de comemorações, que foi comunicado aos órgãos da In-

formação numa conferência de imprensa realizada na sua sede. Assim, na noite do passado dia 3, no Grande Auditório da Gulbenkian, teve lugar um concerto de música sinfónica (obras de Lopes Graça e Tchaikovsky), interpretada pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, dirigida pelo maestro Silva Pereira, actuando como solista o soviético Victor Tretyakov, considerado como um dos maiores violonistas da actualidade.

No dia seguinte, após a chegada a Lisboa da delegação soviética a que nos referimos noutra local, foi inaugurada na Sociedade Nacional de Belas-Artes uma importante exposição fotográfica sobre a URSS, que estará patente ao público até ao próximo dia 13. Ao acto de inauguração estiveram presentes o subsecretário de Estado da Comunicação Social e o embaixador da União Soviética, camarada Kálmine, o primeiro dos quais declarou à reportagem do «Avante!»:

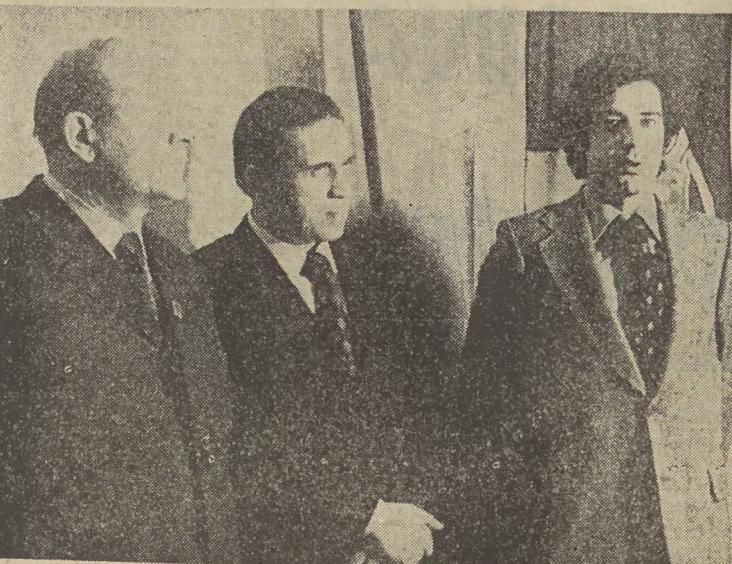
Foi com o maior prazer que pude estar presente a esta inauguração e saio daqui profundamente impressionado, pois que a exposição me parece altamente esclarecedora da capacidade do povo soviético e do elevadíssimo grau de progresso que atingiu. Oxalá que iniciativas como esta se repitam, pois serão bem recebidas pelo povo português; em variados domínios, tem o muito a aproveitar da experiência soviética e muito a esperar do auxílio que a União Soviética nos puder fornecer.

Na noite de hoje, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, realiza-se uma sessão pública comemorativa do 7 de Novembro, em que falarão o embaixador soviético e o escritor Alberto Ferreira. Seguir-se-á a leitura de poemas de autores soviéticos e um espectáculo de folclore, com a colaboração do Rancho de Santa Marta de Portozelo, do Rancho Regional de Leiria, do Rancho da Casa do Povo de Almeirim, e do grupo Krasnolark, da URSS, actualmente em exibição no Coliseu de Lisboa.

Organizadas pelas comissões distritais da Associação, realizam-se, também, sessões comemorativas em Almada, Barreiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Madinha Grande, Porto, Santa-

### RECEPÇÃO COMEMORATIVA DO 7 DE NOVEMBRO

Comemorando o 7 de Novembro, festa nacional da União Soviética, a embaixada da U.R.S.S. em Lisboa ofereceu ontem uma recepção, a que estiveram presentes largas centenas de convidados, representando diversos sectores da vida política e cultural portuguesa, nomeadamente vários membros do Governo. O P.C.P. foi representado por uma ampla e importante delegação, chefiada pelo secretário-geral camarada Alvaro Cunhal. Presente também o director do «Avante!»



O subsecretário de Estado da Comunicação Social, ao inaugurar a exposição fotográfica sobre a URSS. A seu lado, o embaixador soviético e I. Obratsov, chefe de delegação que está entre nós

## A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO PCUS

Nas vésperas da Grande Revolução Socialista de Outubro o PCUS contava nas suas fileiras cerca de 350 mil membros. Antes da segunda guerra mundial (1941), contava cerca de 2 milhões e meio de membros. Actualmente, o PCUS tem nas suas fileiras 15 milhões de membros. Em comparação com o período anterior à guerra, o número de comunistas na URSS aumentou 6 vezes. Nas vésperas da guerra havia no país 184 mil células do Partido. Hoje, o seu total é de 380 mil, tendo aumentado, portanto, mais do dobro.

Presentemente, entre cada 100 membros do PCUS, 40 são operários, 15 camponeses e 45 empregados. Duas terças partes destes últimos são engenheiros e técnicos da indústria, agro-pecuária, cientistas, médicos, professores, escritores, artistas, directores de organizações culturais, instituições, empresas, cooperativas agrícolas, etc.

Neste momento, 59,9% dos comunistas soviéticos tem instrução superior ou secundária completa; quase 150 mil membros do PCUS possuem o título de doutor em Ciências.

O destacamento de 15 milhões de comunistas que é hoje o PCUS é uma grande vitória política da sociedade soviética, uma das maiores fontes de sua força e dinamismo. Graças ao seu carácter de massas e à ampla rede de suas células, o PCUS dirige, praticamente, todos os colectivos de trabalhadores, cada unidade do grande e complexo organismo sociopolítico do país, toda a imensa obra que visa construir o comunismo na URSS.

## DISCURSO DE ANDREI GROMYKO NA CERIMÓNIA DO KREMLIN

No início da sessão solene antontem realizada no Kremlin, para comemorar o 57.º aniversário da Revolução de Outubro, Andrei Gromyko, Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS e membro do directório político do Partido, proferiu um longo discurso em que analisou a situação política actual.

Andrei Gromyko salientou que «o programa de paz, que estamos a realizar juntamente com os países socialistas irmãos, exprime, sob uma forma concentrada, as necessidades objectivas da evolução social, as necessidades objectivas da vida internacional, os propósitos fundamentais da política de paz dos países socialistas na fase actual.

«Na luta em prol da paz e do socialismo, de enverga-

juntos, os países da comunidade conseguiram grandes êxitos. Um dos maiores é a plena confirmação da República Democrática Alemã como Estado independente e soberano.

«Estamos certos — disse Gromyko — de que, tal como fracassou a política imperialista de não reconhecimento da RDA, há-de fracassar definitivamente o bloqueio de outro país socialista irmão — Cuba.»

Andrei Gromyko salientou que o PCUS «actua de maneira consequente para que o desenvolvimento e a melhoria das relações entre a URSS e os EUA adquira um carácter estável, a despeito de o regime social e a ideologia dos dois países serem opostos.

Segundo afirmou, o próximo

volitas da História ambos estes países ambos estes povos necessitam de que entre eles haja paz e concórdia. A visita a França de Leonid Brejnev a realizar de 5 a 7 de Dezembro do ano corrente, sem dúvida alguma há-de contribuir para tais objectivos.»

Depois de ter posto em destaque a alta relevância do recente encontro de cimeira entre a URSS e a República Federal da Alemanha, Andrei Gromyko declarou que a União Soviética está disposta a construir as suas relações com a República Federal da Alemanha sobre um fundamento sério e duradouro.

Como um bom exemplo de colaboração Andrei Gromy-



A agricultura soviética exemplifica, de modo inequívoco, o elevado nível de desenvolvimento alcançado desde a vitória da Revolução. Ao seu serviço são postos os mais completos processos técnicos e os resultados colhidos são os melhores até agora conseguidos por qualquer país

## A AGRICULTURA NA URSS NA ETAPA ACTUAL

Na URSS a terra é património de todo o povo e não pode ser objecto de compra e venda, arrendamento ou qualquer outro negócio.

De acordo com a Constituição da URSS a terra foi entregue às explorações agrícolas colectivas para usufruto gratuito e ilimitado, quer dizer, a título perpétuo.

A superfície total do país é de 2227 milhões e 300 mil hectares. Os terrenos agrícolas ocupam uma superfície de 606 milhões e 800 mil hectares, dos quais 224 milhões e 400 mil são terras de lavradio. A cada habitante da URSS correspondem, portanto, 0,92 hectares de terras aráveis.

Em consequência do elevado nível de industrialização e da colectivização do país, na URSS existem explorações agrícolas que, pelas suas dimensões, não têm comparação no Mundo. Hoje a agricultura é um dos ramos mais importantes da economia nacional, correspondendo-lhe a quinta parte dos fundos básicos de produção, a terceira parte da renda nacional e mais de 30% das receitas do orçamento estatal.

Na agricultura soviética estão ocupados 25% da população activa; na indústria e na construção, 37%. Esta relação varia constantemente. Por exemplo, em 1960 o quadro era o seguinte: agricultura 39%, indústria e construção 32%. A população activa na agricultura diminuiu tanto em números absolutos como em relativos.

Em 1973 a URSS obteve colheitas recorde: 222 milhões e 200 mil toneladas de cereais, 7 milhões e 660 mil toneladas de algodão, 7 milhões e 340 mil de girassol, 107 milhões e 700 mil de batatas.

A URSS situa-se à cabeça na produção mundial de trigo, centeio, cevada, beterraba açucareira, girassol, linho e batata. É o primeiro país do Mundo produtor de algodão. Os tipos de explorações agrícolas existentes na URSS são os «kolkhozes» e os «sovkhozes».

O «kolkhoz» (exploração agrícola cooperativa agrícola em que os camponeses se agrupam, no princípio do voluntariado, para desenvolver a economia agrícola socialista

na base de meios de produção socializados e do trabalho colectivo.

A URSS conta actualmente com 31 mil «kolkhozes», que agrupam 13 milhões e 900 mil famílias camponesas. As terras de todos os «kolkhozes» da URSS perfazem um total de 98 milhões e 600 mil hectares. Os «kolkhozes» possuem 44 milhões e 990 mil cabeças de gado vacum, 32 milhões e 10 mil de porcos e 52 milhões e 800 mil ovinos. Nos campos dos «kolkhozes» soviéticos trabalham 1 milhão e 49 mil tractores, 304 mil ceifeiras e colhedoras de cereais e 512 mil camions.

O «sovkhoz» é uma empresa agrícola estatal. A URSS conta com 16 mil «sovkhozes», nos quais trabalham 9 milhões e 440 mil trabalhadores agrícolas. A superfície total de terras pertencente aos «sovkhozes» é de 99 milhões e 600 mil hectares. Os «sovkhozes» possuem também 32 milhões e 500 mil cabeças de gado vacum, 19 milhões e 300 mil porcos e 59 milhões e 700 mil ovelhas. O parque de máquinas da totalidade dos «sovkhozes» é constituído por 894 mil tractores, 327 mil ceifeiras e colhedoras de cereais e 421 mil camions.

Antes de se iniciarem as transformações socialistas na URSS, a agricultura ignorava o que era o trabalho mecanizado. Em vésperas da colectivização (1928) a agricultura soviética dispunha somente de 27 mil tractores de baixa potência, 700 camions e 2 colhedoras.

Em poucos decénios criou-se uma poderosa indústria de tractores e de maquinaria agrícola. O equipamento da agricultura com modernos meios de produção permitiu elevar extraordinariamente a produtividade de trabalho.

Aumenta o emprego de energia eléctrica nos campos. Em 1950 os campos soviéticos receberam 1500 milhões de quilovátios/hora de energia; em 1960, 9900 milhões; em 1970, 38 600 milhões; e, em 1973, 58 mil milhões. Em 1975, último ano do plano quinquenal em curso, elevar-se-á a, aproximadamente, 75 mil milhões de quilovátios/hora o consumo de energia eléctrica nos campos da União Soviética.

Quando se iniciaram as reestruturas socialistas (nos anos 30) a agricultura da URSS debatia-se com grande falta de agrónomos, engenheiros e zootécnicos. Mas, em 1940, já prestavam serviço nos campos 50 mil especialistas com instrução superior ou média especializada. Hoje, há 821 mil especialistas nos campos da URSS.

A aviação está sendo cada vez mais utilizada na agricultura soviética. Em fins deste ano a superfície tratada com produtos químicos lançados de aviões será de 90 milhões de hectares.

Eis alguns números que ilustram também o nível e o ritmo da quimização da agricultura soviética: em 1940 foram fornecidas à agricultura 3 milhões de toneladas de adubos químicos; em 1950, 5 milhões e 300 mil; em 1960, 11 milhões e 400 mil; em 1965, 27 milhões de toneladas; em 1970, 38 milhões e 800 mil; e, em 1973, 60 milhões de toneladas.

Os grandes êxitos da agricultura soviética estão estreitamente ligados à poderosa base científica de que ela dispõe: 778 instituições científicas e 102 centros docentes superiores.

Neste momento, os esforços da ciência e da técnica soviéticas ligadas à agricultura trabalham em três direcções fundamentais: ampliar a produção e melhorar a qualidade biológica da mesma; elevar a produtividade do trabalho; reduzir os custos por unidade de produção.

**Edições SEARA NOVA**

**Perdas e Danos**

o último original de

**URBANO TAVARES RODRIGUES**

Preço — 75\$00



# CAMPONESES DA GAFANHA DESCONTENTES COM EXPROPRIAÇÕES A BAIXO PREÇO

Já que povo significa progresso, o progresso nunca deverá esmagar o próprio povo. Acontece na Gafanha, concelho de Ilhavo, cercanias de Aveiro, onde a construção de uma ponte sobre a ria da Costa Nova implicou para cima de trezentas expropriações, correspondentes a pequenas parcelas de terreno de quase outros tantos proprietários, e ainda de seis humildes moradias.

É óbvio que a utilidade da obra em questão não está em causa. Além de visar substituir uma velha, estreita e perigosa ponte de madeira, tornar mais rápido e cómodo o acesso às praias da Barra, da Costa Nova e da Vaqueira. Possibilitando, além disso, um melhor escoamento dos produtos agrícolas — batata, milho e feijão — de que as Gafanhas são farto celeiro. O que está em jogo, na verdade, é a bifida, inequivocamente baixa, dos preços atribuídos às expropriações. Tudo tem o seu justo valor — costuma dizer o povo, que tão humilhado e ofendido foi nos longos e tenebrosos tempos do fascismo. Mas nem só a mesquinha bitola, dez réis de mel coado por um produtivo metro de terra, impressiona. O que mais choça é, no meio de tudo, muitos pobres ficarem repentinamente mais pobres, e, sobretudo, algumas famílias se verem, quase de um momento para o outro, sem eira nem beira, ou seja, sem uma telha para se cobrirem. É exacto é que algumas das modestas casas foram construídas à custa de persistentes e dolorosos sacrifícios, adobos a bem dizer argamassados com bagadas de suor. Não exageramos nada de nada. De resto, com coisas sérias — lembra um provérbio popular — não se brinca. O povo, mesmo porque povo somos todos, é credor de um integral respeito.

Há duzentos anos, as Gafanhas — da Nazard — à qual concederam pouco antes do 25 de Abril o título de vila, embora não lhe concedessem, por exemplo, redes de água potável e de esgotos, da Encarnação do Carmo, da Vaqueira, do Areão, da Boa Hora, da Boa Vista, não passavam de um areal virgem, praticamente desabitado, com 5X25 quilómetros de extensão. Hoje são um campo fértil, um jardim, com os seus trinta mil agricultores e homens do mar. Porque, sublinhe-se, na zona lagunar de Aveiro, como observou o escritor Raul Brandão, o homem é quase anfíbio. Lavra as terras, embarca nas traineiras e nos navios do bacalhau, labuta nos estaleiros e moiraja nas salinas. E a mulher certo e sabido que os ganhos do companheiro mal dão para o caldo, acompanhando na lida — trabalhando nas secas do bacalhau, cavando as terras. A gesta do gafanhense, ou do gafanhão, e empregamos este termo por mais comum e mais honroso talvez, ainda está por contar como deve ser contada... Mas, se falamos nestas coisas, um propósito nos move — o de vincar que quem trabalha assim merece todas as atenções, uma solução justa dos problemas quando eles surgem. O bem de todos — e é o caso da ponte que por trabalhadores está a ser construída — não deve ser a origem da desventura de ninguém, muito menos de outros trabalhadores.

Para melhor se entender o problema, a reportagem do «Avante!» deslocou-se à Gafanha. E, como sempre sucede, logo bastante povo interessado se juntou. Rostos tostados pelo sol, curtidões pelas nortadas mãos caídas, palavras aparentemente rudes mas amigas. Muitos queriam falar. Limitámo-nos, porém, a colher alguns depoimentos que, por expressivos, dispensarão outros, necessariamente idênticos. Começamos por ouvir Ascensão Rodrigues, casada, de 51 anos:

— A casinha tem quatro divisões e vivemos nela cinco pessoas. Dão-me 57 contos por ela. Não é dinheiro de se dar. Para se fazer outra igual, incluindo o terreno, aqui na zona, devem ter precisos uns 150 contos. Ao lado, há uma terra que não tem largura para construção e deu-me 120\$000 o metro quadrado. Numá queixa amarga:

— Fli-la por três vezes, com

num sacrifício, a pedir algum dinheiro emprestado e a pagar em prestações. E agora querem-me fazer assim... E que eu hei-de sair... E que bote um rumo... Maria Rosa dos Anjos Nunes:

— Também fui chamada à Casa do Povo, onde o senhor engenheiro me deu a conhecer que a ponte passa ao centro da minha lida, ficando apenas um bocadinho de cada lado.

E prossegue, compungida: — Tinha comprado o terreno, que tem oitenta metros de frente, para o futuro dos meus filhos. Pedi dinheiro, que tanto me custou a pagar, e agora só querem dar-me a 20\$000 o metro quadrado. E na mesma rua, perto do meu terreno, pagou-se já a 200\$000. Tenho um grande prejuízo. Como é para bem de todos, acho bem a ponte. Mas ao menos que me deem um valor aproximado, embora não o exacto.

Por seu turno, Maria de Fátima Ferreira, expõe e comenta: — Eu e meu marido fizemos a casinha vai para dois anos. À custa dos nossos braços, depois de arranjar uns tostões para se comprar um bocadinho de terra. Agora, a avenida ou lá o que é passa mesmo em frente da porta da cozinha e corta-nos os currais da criação. Ora, nós fazemos terras de renda, já que os donos não as querem fazer, fazemo-las nós. Além do adubo estar caro, sem o estrume dos currais para lhes pôr, não vale a pena fazê-las. Não ficam na casa, é certo, mas ter os currais longos não dá jeito. Ao lado há um terreno, mas a dona diz que o não dispensa e nós não podemos obrigar ninguém, não é verdade?

A lamentar-se: — Não tenho nada de meu, apenas comprei, há seis anos, aquele bocadinho para construir, salvo erro a 50\$000 o metro. Agora querem-me pagar a 20\$000! Não sei como valgar, andamos de cavalo para burro, ou lá como se diz!

Escutámos Maria Graciete Figueiredo, Desabafo assim: — Estou nas mesmas circunstâncias da Maria Ferreira, minha cunhada. As nossas casas são encostadinhas uma à outra. Comprámos o terreno na mesma altura, a 50\$000 o metro. Deixam-me a casa, mas a avenida da ponte passa a três metros da porta da cozinha. Tenho cinco meninos, como posso ali viver, se expropriam o quintalzinho, pequenino?

E chora-se: — Meu marido é pedreiro e eu trabalho na lavoura. Temos de ajudar os maridos, criando um gadinho para a gente poder viver. Madalena Gonçalves da Silva de 33 anos, casada com um modesto construtor de bombas de rega. Do casal há quatro filhos, o mais novo de meses. Explica com tristeza na voz: — Levam-me tudo. A casa, que tem quatro divisões, uma delas ocupada com as coisas do meu marido, e os currais. De maneira que eu fico mesmo sem rumo nenhum. — E quanto vale a casa? — perguntámos. — Chamámos lá um mestre e ele disse que 170 contos, para mais que nada para menos. Tudo o que fosse para menos era roubar.

A concluir: — Nós não queríamos fazer sangue, nem que nos fizessem a nós mas tudo da melhor maneira, com uma boa compreensão de parte a parte. Colhemos entretanto o depoimento de Clemência Antunes da Fonseca, mãe de dois filhinhos. Explicava: — A minha casa vai toda abaixo. Não tive quem me desse o terreno nem qualquer ajuda. Estou casada há nove anos e todo o sacrifício meu e do meu marido, todas as nossas economias, têm sido para a casa. E agora botam-nos abaixo e ficamos sem nada! Comprámos o terreno, 330 metros quadrados, na altura do casamento, a 40\$000. Hoje, perto, está a 200\$000. E como tenho de o comprar, não é? Por isso, eu, só por um terreno do mesmo tamanho, tenho de dar cento e tal contos. Eles dão-me 170. Perguntai a um mestre e ele disse-me que para construir uma casa igual à minha não a faço por menos de 350 contos. Só a casa, fora o terreno. Se eles me dão os 170 contos por tudo, o que é que eu vou fazer?

Num assomo de comprável revolta:

— Não tenho mais nada. Só tenho a casinha, não tive quem me desse nada, foi a minha com os meus braços. Não herdei coisa nenhuma. Agora põem-nos na rua. Para onde é que vamos? Vamos viver ao ar livre?

Menos expansivos, mas não menos doridos, os homens ouviam, entretanto, as queixas das mulheres. Era justo que um ou outro também falasse. Demos por isso a palavra a Vilarinho Fidalgo, de 62 anos, que começou por dizer: — Agora trabalho no campo, mas a minha vida foi sempre andar no mar, nas traineiras e no bacalhau. Quanto ao terreno em expropriação, tem duas frentes e uma área, nas Finanças, de 1800 metros quadrados. Dão-me a 20\$000 o metro, enquanto o preço que corre aqui no sítio é de 200\$000. E olhe que o meu terreno dava para três ou quatro casas!

Manuel Ferreira Rodrigues, de 60 anos, actualmente também trabalha na lavoura, depois de ser toda a vida, como ele diz, pescador de bacalhau. — Deixam a casa mas levam o aido — acentua — não tenho onde fazer as medidas e fui lá a essa Casa do Povo e deram-me anúncio que também tinha a receber terra, à beira do alcatraz, a 130\$000 o metro. Mas, à beira desta rua (a leira tem frente para duas estradas) só dão a 20\$000. Dizem eles que isto não é uma estrada, que isto é um caminho.

Inconformado: — É uma estrada mas, embora electrificada como está, não é estrada! O azar é nosso. Se não tem alcatraz, é porque os da Cambra (sic) não tinham dinheiro para lho pôr. Outra camponesa Maria Luz de Carvalho, de 50 anos, casada exprime as suas mágoas: — Eu possuo uma casinha e anexos. Os da Direcção das Estradas dizem que me tiram os anexos e o quintal. Fico só

com a casa. Ora eu tenho porcos, tenho galinhas, tenho coelhos, tenho uma bicicleta. Vou pô-los na sala? Os das Estradas não vão dar pelos anexos dinheiro que chegue. Mesmo eu não queria dinheiro, queria que eles mos construissem. E explica: — Há um terreno ao lado da casa, que não é meu. Podiam entender-se com a dona desse terreno e comporem a minha vida.

Para concluir, registámos uma última queixa. A de uma camponesa casada com um operário dos estaleiros de S. Jacinto:

— Põem-me a casa de armarções e os currais abaixo. Fico só com a casita e um bocadinho de pátio. Dão-me 44 contos e levam-me o aido, levam-me tudo. Fico sem um pedacinho de terra chegado à casa, sem um milgallinho. Não tenho onde por nada e as terras que faço não são minhas.

E ante o nosso justificado espanto: — Não sei, não sei como isto há-de ser!

Para um possível estudo do problema e sua justa avaliação, o essencial terá sido afluído. Convém talvez lembrar que os funcionários não estão em causa mas os processos seguidos, por impostos num Portugal bafiento, medieval, que, desprezando o povo, só do povo se aproximava, com falas blandícias e hipócritas na altura dessas monstruosas burras chamadas eleições. Felizmente, os tempos mudaram bastante e os camponeses e todos os trabalhadores já podem, legitimamente, expor as suas razões.

Inumeráveis gafanhenses, alvo das expropriações, já se apresentaram mesmo em abaixo-assinado entregue ao governador civil de Aveiro. As instâncias superiores vão, por certo debriçar-se sobre o assunto — e, com equidade, resolver.

# NO MUNDO DO TRABALHO

## Quatrocentos e cinquenta operários voltam ao trabalho

A empresa António Alves (Sucessores), de Torres Novas, para-lisada há cerca de dois meses, renuncia a actividade no próximo dia 11. Por acordo celebrado no Ministério do Trabalho, foi decidido readmitir os trabalhadores despedidos depois de 25 de Abril, pagar todos os salários devidos, quer os relativos a trabalho prestado quer os dos dias de greve, e tornar efectivo o despedimento de 18 colaboradores da empresa indicados pela Comissão de Trabalhadores.

O importante acordo, que vem resolver a situação de 450 operários ameaçados de desemprego, inclui a proibição dos despedimentos sem justa causa, cuja apreciação ficará a cargo de delegações patronais e dos trabalhadores. No caso de infracção a esta cláusula, a entidade patronal indemnizará o trabalhador despedido com uma quantia igual ao triplo da prevista pela lei aplicável.

As negociações decorreram entre a Comissão de Trabalhadores e os representantes da empresa, com o apoio técnico dos Serviços de Associação Social do Ministério do Trabalho. Esteve presente um membro dos corpos gerentes do Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul.

## Pensões: novas regalias

Aplicável a toda a área a sul do Mondego, com excepção do Algarve, e abrangendo entre 20 e 25 000 trabalhadores, foi concluído há dias, no Ministério do Trabalho, um acordo para o sector de pensões da indústria hoteleira.

Resultante de um caderno reivindicativo apresentado pela Federação Regional de Sul dos Sindicatos da Indústria Hoteleira, o acordo, que funciona como aditamento ao Contrato Colectivo de Trabalho, vem trazer algumas vantagens aos trabalhadores no que respeita a férias (30 dias), subsídio correspondente (um mês de salário) e subsídio de Natal (também um mês de remuneração).

## Novos salários para os profissionais de escritório

Dando satisfação a dezenas de milhares de trabalhadores não abrangidos por regulamentação colectiva específica, vai ser publicada no Boletim do Ministério do Trabalho uma portaria que fixa as novas condições de trabalho para os profissionais de escritório.

A tabela salarial, que tem efeitos a partir de 1 do corrente, está dividida em duas zonas. Uma (zona A) abrange os concelhos de Lisboa, Ceiras, Cascais, Sintra, Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Loures, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal e Aveiro. A outra (zona B) refere-se aos restantes concelhos do País. Na zona A, os novos ordenados variam entre 8000\$000 (chefe de secção) e 3550\$000 (estagiário do 1.º ano). Na zona B, o leque salarial vai de 7100\$000 a 3300\$000 para as mesmas categorias profissionais, que, no total, são mais de cinquenta.

Quanto a férias, são aumentados os períodos mínimos legais e concedidos subsídios correspondentes. É também estabelecido um subsídio de Natal igual a um mês de ordenado.

De acordo com o preâmbulo da portaria, a via administrativa para a regulamentação do trabalho, que só em casos especiais é aplicada, justifica-se por uma série de factores entre os quais avulta a ausência de diplomas legislativos reguladores da reestruturação das associações sindicais e da contratação colectiva do trabalho.

Uma vez estabelecidos os mecanismos legais adequados, às associações patronais e sindicais caberá o estabelecimento das condições de trabalho específicas dos profissionais que agora foi julgado oportuno abranger por regulamentação administrativa.

## Melhor garantia de emprego para os trabalhadores agrícolas de Beja

Os trabalhadores agrícolas de Beja dispõem de um novo contrato de trabalho. Englobando as

## cláusulas já aprovadas em negociações directas entre o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja e os representantes do patronato, foi assinada pelo secretário de Estado do Trabalho uma portaria que fixa as novas condições de trabalho para o distrito.

Os trabalhadores abrangidos pelo direito às seguintes remunerações mínimas por oito horas de trabalho diário: tractoristas — 190\$000; trabalhadores indifferenciados — 160\$000 e trabalhadores — 120\$000.

Segundo a referida portaria, enquanto não houver legislação específica sobre duração de trabalho na agricultura, o horário a praticar será de quarenta e cinco horas semanais.

Os novos salários e as restantes disposições terão efeitos retroactivos a partir de 1 de Outubro findo e manter-se-ão em vigor até 30 de Setembro de 1975.

Quanto a despedimentos, no caso de o haver sem justa causa, deverá a entidade patronal pagar ao trabalhador despedido a importância correspondente aos dias que faltarem para o termo do presente acordo e um mês de salário por cada ano de serviço prestado pelo trabalhador até ao início da convenção.

Os agricultores ficam obrigados a reintegrar, sem perda de qualquer regalia, os trabalhadores que, com carácter efectivo ou permanente, lhes tenham prestado serviço durante o último ano agrícola e que tenham sido despedidos após 30 de Setembro de 1974, salvo se o despedimento tiver ocorrido por justa causa, considerando-se implícito neste conceito o desaparecimento do posto de trabalho ou o fundamento económico, analisado pela entidade competente — refere o contrato no que respeita a garantia de emprego.

Por outro lado, foram criadas comissões locais para apreciar as propriedades do concelho, com prioridade para as não cultivadas ou subaproveitadas, procedendo, com base nas listas remetidas pelos agricultores, à concessão de não-de-cabra em termos de rentabilidade efectiva da terra.

## S. DOMINGOS DA SERRA

# OS TRABALHADORES RURAIS PRETENDEM UM INQUÉRITO À ACTIVIDADE DA CEATA

A Herdade do Monte dos Alhos, na freguesia de S. Domingos da Serra, concelho de Santiago do Cacém, tem uma área de 760 hectares, dos quais 300 são de regadio. Anteriormente pertencia a Carlos Ferreira, comandante da ex-Legião Portuguesa em Santiago do Cacém, que obrigava todos os próprios trabalhadores a ingressarem na sinistra organização com a ameaça de represálias, se o não fizessem. Mais tarde, como tivesse aberto falência, a propriedade foi adquirida pela Junta de Colonização Interna, no intuito de proceder à colonização dos terrenos e, nesse sentido, muitos trabalhadores agrícolas se inscreveram para receber as respectivas parcelas.

Até aqui não haveria a menor crítica a fazer, segundo a comissão de trabalhadores rurais daquela região que nos contactou a expor os seus problemas e as anomalias que se verificam na propriedade. No entanto, passado pouco tempo, uma grande área da herdade era entregue à CEATA (Centro Experimental de Assistência Técnica à Agricultura), que ali criaria um centro experimental de horticultura com rega por aspersão e onde abundavam os técnicos alemães. As mais diversas experiências foram levadas a cabo e até hoje os

trabalhadores rurais da região, que para podermos colher alguma produção têm de arrendar terrenos, não vieram resultados práticos de toda aquela actividade. Mais, verificamos com espanto que os produtos semeados não são aproveitados e acabam, invariavelmente, por se estagnar, sendo interdito aos próprios trabalhadores da CEATA levarem para casa os artigos produzidos.

Referem os trabalhadores agrícolas que o terreno assim utilizado é da melhor qualidade e que até agora só tem dado prejuízo. Para exemplificarem apresentam o caso de um sub-rendeiro que anteriormente, pagou o só pelo terreno de regadio uma renda de 450 contos por ano. Nessa campanha conseguiu, apenas, em arroz, uma produção de 18 mil sacos, de setenta quilos cada, o que lhe permitiu pagar todas as suas despesas, incluindo as de trinta pessoas a quem dera trabalho, e comprar maquinaria agrícola no valor de 500 contos. Ainda lhe sobrou dinheiro para iniciar a segunda campanha. Desta vez, como já possuía máquinas, nívelou terras, abriu estradas e valas para escoamento de água, e apesar do ano chuvoso, que lhe infligiu pesados prejuízos na seara de arroz, conseguiu recolher, mesmo assim, 13 mil sacos, que lhe deram para as

despesas e ainda sobram economias.

Entretanto, a parte da propriedade que não foi aproveitada pela CEATA ficou por cultivar e encontra-se no mais completo desperzo.

Numa exposição que os trabalhadores agrícolas apresentaram, lamentam que centenas de hectares de terra, da melhor da região, tenha sido «minada» por milhares de metros de canos de plástico, que os técnicos dizem ser para escoamento e que se destruíram as culturas, sem aproveitar a máquina, quando existem no concelho um hospital, um asilo e caminhas escolares que tanto carecem desses produtos.

A exemplificarem os desperdícios que ali se verificam, os trabalhadores de S. Domingos da Serra fizeram-se acompanhar de várias fotografias recentes, onde se vê uma extensa plantação de pimentos, neste momento impróprios para consumo, em virtude não terem sido colhidos. O mesmo sucede com as cebolas, em que largas dezenas de quilos foram lançadas para a estremeira.

A comissão dos trabalhadores rurais pretende, pois, que se faça um inquérito à maneira como aquele centro experimental tem sido administrado e se realmente o resultados obtidos, ao fim de dez anos de actividade, são positivos.

No caso de se verificar a ineficácia de todo aquele trabalho, os rurais pretendem, agora que a CEATA acabou o contrato, que o Estado facilite a criação de uma cooperativa agrícola e que se naquela propriedade iria beneficiar cerca de 50 famílias. A mesma solução poderia ser adoptada noutras propriedades do «Estado» nas proximidades e que se encontram, também, por cultivar. Além, a hipótese da colonização já há muitos anos que estava prevista.

Por último, os trabalhadores reafirmaram a sua opinião de que a terra deve ser para quem a trabalha e que nos campos experimentais são feitos os mesmos erros que se podem auxiliar novas formas de agricultura, mas nunca quando se dedicam ao esbanjamento de verbas, que na sua opinião, lhes caberia o caso.



A espera de uma solução

## A SITUAÇÃO NA ITT-RABOR

Fica a ITT-RABOR situada na vila de Ovar, sendo a sua gama de fabrico essencialmente de motores eléctricos, os quais são absorvidos pelo mercado nacional e pelo mercado estrangeiro. Tem ao seu serviço cerca de 520 pessoas, havendo no sector operário dois ramos profissionais fundamentais, o dos electricistas e o dos metalúrgicos.

Têm os trabalhadores desta empresa, pelo seu passado de luta, demonstrado posuir uma consciência de classe que é fundamental para levar a bom termo as suas lutas. Demonstraram-no inequivocamente quando, disciplinadamente e em total unidade, durante o fascismo, fizeram em bloco paragens de trabalho para apoiar as suas justas reivindicações, não tendo a máquina policial de opressão fascista que então existia.

Logo após o 25 de Abril e interpretando o espírito do programa do Movimento das Forças Armadas, realizaram dois plênários de empresa, tendo, no primeiro, sido democraticamente eleita uma comissão de saneamento, a qual, depois de um inquérito realizado junto de todo o pessoal da fábrica, apresentou o conjunto de propostas que viriam a ser aprovadas por esmagadora maioria no segundo plênario. Dessas propostas constava nomeadamente:

- Saneamento de 3 funcionários.
- Voto de desconfiança a um funcionário.
- Readmissão de um funcionário despedido sem justa causa.
- Recondução de um funcionário despedido compulsivamente.
- Readmissão de pessoal

deslocado para outra empresa, cujos interesses não haviam sido acautelados. — Cessaçã da actividade de vigilância da empresa por parte da firma «Custódia».

— Pedido ao Ministério do Trabalho de inquérito à presença de estrangeiros ao serviço da ITT-RABOR.

— Das negociações com a empresa decorrentes deste segundo plênario, vieram as propostas aprovadas a ser na sua totalidade satisfeitas, estando actualmente a decorrer o inquérito pedido ao Ministério do Trabalho.

Entretanto continuaram os trabalhadores da ITT-RABOR interessados no processo de democratização em curso, sendo prova disso uma ampla sessão de esclarecimento político realizada no Centro de Trabalho do PCP em Ovar, só para os empregados da RABOR, à qual compareceram cerca de 200 trabalhadores, na sua maioria operários.

Os trabalhadores mais jovens realizaram também duas sessões de esclarecimento no MJT, o que diz bem do seu interesse na sua preparação política para a legítima defesa dos seus interesses específicos.

As inscrições no PCP já verificadas, assim como o interesse pela compra do «Avante!» são uma significativa indicação da aceitação do PCP como expressão política.

ASSINA O "AVANTE!"

Os pimentos nem sequer foram colhidos e agora estão todos estragados sem qualquer possibilidade de serem aproveitados

**POSTER**  
**25 de Abril**  
Pedidos a Editorial Avante  
Av. Santos Dumont, 57, 2.º — LISBOA

# PESCADORES DE PENICHE CRIAM ESTRUTURA SINDICAL

Desde o dia 2 deste mês que os pescadores de Peniche possuem uma estrutura associativa a nível de classe que lhes permitirá, muito brevemente, a constituição de um sindicato. A decisão foi tomada por largas centenas de trabalhadores do mar que, reunidos no último domingo, no salão nobre do Centro Recreativo de Peniche, puderam, finalmente, em conjunto, erguer a voz na denúncia da exploração a que foram sujeitos durante o fascismo que, pelo Governo, que não hesitou nunca em reprimir ferocemente, os seus movimentos reivindicativos, quer pela estrutura monopolista do agente fascista Tenreiro, que sufocou, em seu proveito, o desenvolvimento da actividade piscatória, contribuindo largamente para que os pescadores sejam, ainda hoje, uma das classes mais sacrificadas.

representa para um sector do trabalho dos mais atingidos pelo fascismo e vítima ainda hoje da pesada herança de subdesenvolvimento que o regime opressor nos deixou e que temos de vencer. Avelino Gonçalves focou, entre outros aspectos, a importância de que se reveste a organização sindical num sector tão importante da actividade nacional como a actividade piscatória e as indústrias que dela derivam, salientou a importância da unidade sindical, e a terminar expressou a solidariedade dos outros trabalhadores relativamente aos pescadores no sentido de constituírem um sindicato representativo, independente e unitário, gerido por processos democráticos, afirmando que o esforço a que os pescadores de Peniche meteram ombros beneficiará a todos os trabalhadores.



Carlos Cordeiro, presidente da direcção da Comissão Pró-Sindicato

ficia não apenas a classe mas todos os trabalhadores e o Povo em geral.

Encravavam-se igualmente presentes o almirante Silvano Ribeiro, membro da Junta de Salvação Nacional, o comandante do Porto de Peniche, o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhal, e Avelino Gonçalves, ministro do Trabalho do I Governo Provisório e, actualmente dirigente da Intersindical Nacional. Nas saudações que dirigiram aos trabalhadores, os elementos do Governo e da J. S. N. referiram-se a vários problemas relacionados com a actividade piscatória em Peniche e com a vida sindical, que agora vai decorrer em novos moldes. Dias antes da realização da assembleia geral, alguns membros da comissão directiva da Casa dos Pescadores de Peniche, agora transformada em comissão pró-sindicato, tinham estado no Ministério do Trabalho, onde entregaram ao secretário de Estado daquela pasta, a importância de 147 760\$000, contributo angariado para a campanha de «Um Dia de Salário para a Nação».

Agradecendo o gesto dos pescadores de Peniche, o dr. Carlos Carvalhal pôs em relevo o seu elevado conteúdo político, que reflecte o apoio indismenável dos trabalhadores ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas, e lembrou o sacrifício que o mesmo

effectivamente, a profissão em barcos registados na capitania do respectivo porto. Salientada ainda, a independência do sindicato relativamente à Casa dos Pescadores, a qual deixa de exercer as funções de representação profissional, limitando-se a assegurar localmente as atribuições da Junta Central das Casas dos Pescadores em matéria de preços, abono de família e acção social.

Uma das constantes nas diferentes intervenções dos trabalhadores do mar, foi a afirmação da criação de uma estrutura sindical unitária a nível nacional, que abraça as diferentes classes de pesca (arrasto, artesanal, sardinha), englobando as estruturas regionais.

Como conclusão deste amplo e vivo debate, a assembleia elegeu os pescadores Carlos Cordeiro e Elísio Caneiras para presidente, respectivamente, à comissão Pró-Sindicato e à mesa da assembleia geral, trabalhadores que, pela sua actividade justificaram a confiança da classe.

O trabalho que agora se abre aos pescadores de Peniche no sentido de conjugar esforços com a sua comissão Pró-Sindicato não deixará de constituir uma útil prática associativa, que o fascismo sempre lhes vedou. E quanto mais responsável e unitário for esse trabalho, mais brevemente os trabalhadores do mar penichenses terão o seu sindicato, instrumento indispensável à sua emancipação económica e política.

# ALFA: OS OPERÁRIOS OPOEM-SE AO ENCERRAMENTO

Já há algumas semanas que a ameaça de encerramento da fábrica de malhas Alfa, no Porto, e do consequente despedimento de mais de 150 operários, trazia em alvoroço os trabalhadores que ali prestam serviço.

Allegando que estão velhos e cansados e sem disposição para enfrentar problemas, os patrões, um de 72 anos e outro com 64, decidiram pura e simplesmente encerrar a fábrica. Dizia ao «Avante!» uma operária da firma, a sr.<sup>a</sup> Albertina Cruz, acerca desta tomada de posição: «Estavam habituados a, no fim do ano, pôr uma quantia grande no cofre. Agora não podem pôr aquilo que querem e resolveram acabar. Mas realmente é pena fechar uma fábrica destas, grande, com maquinismo moderno, e tanta rapariga nova, que agora tem dificuldade em arranjar outro emprego.

De facto, encontra-se presentemente material já feito e armazenado, no valor de 5000 contos. No banco encontram-se 6000 contos na conta dos patrões. Em face disto, realizou-se uma reunião na delegação do Ministério do Trabalho, em que estiveram presentes os patrões da fábrica, elementos da comissão de trabalhadores e do Sindicato Têxtil.

De início, o patrão dizia que não tinha ao seu dispor, de imediato, o dinheiro necessário para as indemnizações, comprometendo-se a efectuar o pagamento em prestações. Perante o conhecimento da existência dos 6000 contos no banco, os operários não aceitaram e, na disposição de reaverem aquilo a que tinham direito, mantiveram-se consecutivamente no interior da fábrica.

Entretanto, os trabalhadores interrogam-se: — Pode permitir-se que só porque os patrões são velhos e não têm continuadores, se encerre uma firma que é uma das melhores do género? — Não será sabotagem económica que esta unidade deixe de produzir, quando não faltam encomendas e existem máquinas moderníssimas?

Até agora, os lucros desta fábrica deram para o seu desenvolvimento a nível de produção e qualidade de fabrico. Perante tudo isto, é opinião dos trabalhadores que, embora a primeira batalha esteja ganha, a vitória só será total se os trabalhadores garantirem a continuidade do seu trabalho.

Consideram ainda que esta paralização é um atentado à economia nacional, já que é o ganha-pão de mais de 150 trabalhadores e dos seus familiares que está em jogo.

## «EDUARDO FERREIRINHA» E «UTIC-NORTE»

# OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA DEFESA DOS TRABALHADORES

No dia 30 de Outubro, o eng. Eduardo Ferreirinha, porta-voz da administração da empresa «Eduardo Ferreirinha», convocou uma reunião para o seu gabinete com os delegados sindicais e elementos da comissão de trabalhadores, onde lhes informou que a empresa não podia pagar os salários no prazo devido, isto é, no dia 31, porque havia falta de verba devido a um embarque de «CONTINUOS» que tinham falhado.

Perante isto, os presentes sugeriram o estudo da possibilidade de recorrer a uma pequena verba, onde os trabalhadores mais necessitados a ela pudessem recorrer por intermédio de vales. A esta hipótese respondeu o referido senhor que era inviável.

Finda a reunião, os delegados informaram vagamente os trabalhadores sobre a atitude patronal. Perante o cruzar dos braços de alguns dos elementos dessa delegação, alguns camaradas da Célula do Partido na Empresa iniciaram os delegados a não desistir e apontaram-lhes qual o caminho a seguir pelos trabalhadores com formas concretas de luta.

Assim, imediatamente se convocou uma Assembleia Geral de Trabalhadores, onde foi decidido tomar uma atitude enérgica frente a estes acontecimentos. A Assembleia, onde se encontrava a quase totalidade do pessoal, chegou às seguintes conclusões práticas: — Enviar telegramas sobre a situação ao Governo Provisório (Presidência do Concelho, Ministérios do Trabalho e da Economia).

— Constituir uma comissão de trabalhadores para junto da administração a forçarem a despendir alguma verba para acudir às situações mais delicadas dos trabalhadores e chamar a atenção desta para graves problemas verificados na produção da Empresa, pois durante a Assembleia foi divulgado que haviam encomendas já quase concluídas mas que ainda não tinham sido despachadas.

Perante estas propostas, aceites por aclamação, a administração concordou em pôr uma verba à disposição, como sugeria a comissão, verba essa na importância de 80 000 escudos. Para além disto, iria esforçar-se a fim de todos os trabalhadores receberem os salários.

Num comunicado do Secretariado da Célula de Empresa em que se analisa todo este processo, são tiradas duas conclusões: «Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

cluídas mas que ainda não tinham sido despachadas.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.

«Foi a Célula do Partido que dinamizou e estruturou todo o trabalho para um rumo justo que conduziu os trabalhadores a posições vitoriosas. Os militantes mais destacados da Célula prestaram o Partido devido às oportunas e lúcidas intervenções na Assembleia e depois ao serem escolhidos pelos trabalhadores para fazerem parte da comissão que se avistou com a administração.



# SEMANA DE COMEMORAÇÕES SOEIRO PEREIRA GOMES

Exemplo e símbolo na dedicação à luta pela libertação do Povo Português, a figura do grande escritor e destacado militante do nosso Partido que foi Joaquim Soeiro Pereira Gomes será evocada durante as comemorações previstas para a inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido Comunista Português, em Alhandra, no próximo dia 9.

Naquela data, pelas 15 e 30, será aberta ao público uma exposição bibliográfica sobre o escritor, na biblioteca da Sociedade Euterpe Alhandrense. Depois da inauguração do jardim Joaquim Soeiro Pereira Gomes cerca das 16 e 30, proceder-se-á à inauguração do novo centro de trabalho, às 18 horas, que terá o nome daquele escritor, seguindo-se uma sessão de homenagem em que estarão presentes familiares de Soeiro Pereira Gomes, um camarada do Comité Central, directores da Associação Portuguesa de Escritores e das colectividades de Alhandra e representantes da comissão administrativa da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e da Junta de Freguesia de Alhandra.

## «A VOZ DO PCP»

Integrado no programa «Momento Político» do Rádio Clube Português — Emissora da Liberdade, o nosso Partido iniciou esta semana uma rubrica intitulada «A Voz do PCP» e que foi para o ar na noite média daquela estação emissora na passada segunda-feira, pelas 22 horas.

A partir de agora este programa será transmitido regularmente todas as semanas, às segundas-feiras, a partir da mesma hora.

No dia 10, pelas 21 e 30 serão exibidos na Sociedade Euterpe Alhandrense filmes sobre o 1.<sup>o</sup> de Maio em Alhandra e Vila Franca de Xira. No dia 12, o Conselho Português leva a efeito no mesmo local e à mesma hora uma sessão de esclarecimento seguida de debate, com a projecção de filmes e «slides» alusivos; dia 14, também às 21 e 30, exibir-se-á um filme sobre a revolução soviética.

Sábado, dia 16, às 21 e 30, a semana de comemorações termina com um comício do PCP.

## VALE DE CAVALOS

# OS TRABALHADORES FACE AOS DESPEDIMENTOS

Na semana finda, em 12 de Outubro, foram despedidos seis trabalhadores que se encontravam ao serviço da Casa Carlos Veigas (Herdeiros) na quinta denominada «Abouchão», alegando o patrão que não tinha trabalho para lhes dar.

Tal não era verdade porque o trabalho que esses seis trabalhadores estavam a executar não ficou concluído, o que os levou a comunicarem o ocorrido ao seu sindicato, o qual entendeu que os trabalhadores não deviam aceitar o despedimento. Estes assim fizeram, comparecendo no local de trabalho durante dois dias, pedindo ordens ao abego, que lhes negava, alegando que não as tinha, as-

# CONFERÊNCIA EM ROMA SOBRE A SITUAÇÃO DA MULHER

A Conferência que se vai efectuar em Roma, de 15 a 17 deste mês, debruçar-se-á sobre os múltiplos e vários aspectos da situação da mulher nos países capitalistas da Europa. Esta Conferência insere-se num conjunto de iniciativas que os Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa preveram (quando da Conferência de Bruxelas) realizar em conjunto.

Num momento em que a crise do sistema capitalista se aprofunda em toda a Europa, atingindo de uma maneira específica as mulheres trabalhadoras, ao mesmo tempo que cresce a luta das mulheres contra as discriminações de que são vítimas e pela sua participação cada vez mais activa na vida social e política, assume inegavelmente particular interesse e importância a realização da Conferência de Roma dos Partidos Comunistas da Europa capitalista sobre os problemas da mulher.

Problemas que vão desde a discriminação salarial e de promoção, às discriminações sociais e políticas, passando pela quase total ausência de condições que permitam à mulher o uso do elemento direito ao trabalho — são os que vão estar no centro da atenção dos Partidos Comunistas participantes nesta Conferência.

Entem, sob o fogo do fascismo, como hoje na jovem democracia portuguesa, o PCP foi e é o mais consequente e tenaz defensor dos direitos e aspirações das mulheres trabalhadoras portuguesas e uma vida melhor. De tal forma que se pode dizer, sem recio de exagero, que não há luta pela melhoria das condições de vida da mulher trabalhadora a que tenha sido estranha a acção do Partido Comunista Português.

Nestas condições, e no prosseguimento da sua actividade em defesa dos direitos e aspirações das mulheres, o PCP não se poderia alhear de uma iniciativa de tanto interesse e projecção como é a Conferência de Roma, onde a troca mútua de experiências entre os vários Partidos Comunistas presentes vai permitir, disso estamos certos, que se colham ensinamentos mútuos.

# OS CAIXEIROS ATENTOS À SABOTAGEM ECONÓMICA

Iniciando uma campanha contra a sabotagem económica, o Sindicato Nacional dos Caixeiros de Lisboa apela para a vigilância dos seus associados, visto que o sector onde trabalham «é o terreno aproveitado hoje pela reacção para travar a batalha económica. São já conhecidos suficientes casos de sabotagem económica como: não renovação dos «stocks»; cancelamento de encomendas; retirada de produtos do mercado; e retenção em armazém de vários produtos provocando carências no mercado.

O comunicado agora amplamente difundido acrescenta que estas manobras estão a tornar-se tão evidentes e frequentes que no caso de continuarem podemos prever uma carência de produtos de primeira necessidade, precisamente quando os trabalhadores têm o hábito e a possibilidade de fazerem mais compras — a quadra do Natal. Se tais manobras continuarem, criar-se-á um profundo descontentamento no público consumidor.

Acentuando a seguir que o descontentamento do público consumidor pode «criar uma base de acção para os reacçãoários desencadearem manifestações contra o Governo» e pondo em destaque o facto de os trabalhadores caixeiros estarem situados es-

trategicamente no coração desta luta que a reacção conduz contra a legalidade democrática, a direcção do Sindicato alerta todos os trabalhadores daquele ramo de actividade, pois na medida em que denunciarem prontamente toda e qualquer manobra de que tenham conhecimento, se poderá jogar à nascença «este atentado contra o Povo Português que a reacção já conduziu com êxito noutros países».

## EREIRA:

# UM GRITO DE LUTA NO BAIXO MONDEGO

A nova lei do arrendamento rural, a publicar, e outras medidas tomadas pelo Governo Provisório, têm já, malgrado algumas lacunas que se lhes possam apontar, um cunho de acentuado progressismo. De outra maneira não se compreenderia que grandes proprietários rurais, como é o caso da viscondessa de Maiorca e dos donos da Quinta de Foja, houvessem investido da forma como o fizeram — a mais vil e abjecta — contra os humildes rendeiros das suas casas agrícolas: pelo despedimento e invasão das terras cultivadas. Mas a PCR, através da comissão conceitual da Figueira da Foz, foi prevenido a tempo da manobra.

Nesse mesmo dia, e por meio de um documento profusamente distribuído, desde logo sob o nome de rendeiros, que os seus documentos não seriam apenas desmanhos mas também ilegais. Foi o primeiro passo. Depois, na noite de domingo, dia 3, toda a trama perseguida pelos grandes proprietários foi dissecada numa sessão de esclarecimento

promovida na Ereira pelo Partido Comunista Português. Os camponeses esclareceram-se e tomaram inteira consciência da força da sua razão. Foi o segundo passo. A partir daí, com o caminho da luta rasgado em sua frente, os rendeiros não desistiram duas vezes: unidos, decidiram constituir-se em comissão e avistar-se com o representante da viscondessa de Maiorca — a patroa. Sucedeu isso logo na manhã do dia seguinte, segunda-feira, dia 4, em plena Ereira mondegueira. Rendeiros e outros trabalhadores, sem tibiezas nem medos, dão finalmente conta da vontade colectiva do povo da Ereira:

- 1 — Não abandonar as terras arrendadas;
- 2 — Não consentir na sua invasão por gado ou tractores ao serviço da patroa;
- 3 — Defender colectivamente e com firmeza qualquer tentativa que vise atropelar os seus legítimos interesses.

Foi o terceiro passo, o decisivo, o da vitória exemplar.

# INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

Acceitam-se candidaturas para assistente ou monitor nas seguintes disciplinas:

- ANÁLISE NUMÉRICA
- ELECTRONICA APLICADA
- ELECTROMETALURGIA
- ESTRADAS E AERODROMOS
- EXPLORAÇÃO DE MINAS
- GEOLOGIA APLICADA
- INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE DE PROCESSOS
- INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL
- MECANICA APLICADA
- METALURGIA GERAL
- MINERALOGIA E GEOLOGIA GERAIS
- QUIMICA INORGANICA E ANALITICA
- TECNOLOGIA METALURGICA
- TECNOLOGIA QUIMICA
- TELECOMUNICAÇÕES NOS SISTEMAS DE ENERGIA
- TEORIA DE ESTRUTURAS
- TOPOGRAFIA

Os interessados deverão comparecer na Secretaria do I. S. T. para preencherem uma ficha de inscrição como Assistente (ou Monitor), apresentando na altura um pequeno «currículo», no prazo de 8 dias, a partir da data de publicação.

## O QUE É GEORGES COGNIOT

# O QUE É O COMUNISMO?

Tradução de Egito Gonçalves

«Comunista, comunismo: estas palavras estão na boca de toda a gente. Uns pronunciam-nas com cólera, outros com esperança e entusiasmo. Os primeiros são os adversários do progresso. São os beneficiários (ou os enganados) de um regime que comporta essencialmente, por um lado, massas de operários assalariados sem propriedades, sofrendo o dia-a-dia, e, por outro, ricos proprietários, donos de fábricas e de outros grandes meios de produção, enquanto as camadas sociais intermediárias — camponeses, artesãos, intelectuais, etc. — são também elas mesmas cada vez mais esmagadas e escravizadas. Esse sistema social engendrou no decurso da História a miséria, a guerra e o colonialismo. Aqueles a quem um tal regime aproveitava ligam à ideia de comunismo todas as loucuras e todos os horrores imagináveis. Gostariam de poder assustar todos os trabalhadores, todas as pessoas honestas e, à força de calúnias, desviá-los dos comunistas. Essa gente dispõe da rádio e da televisão, da maior parte dos jornais e de casas editoras, de influência preponderante nas Igrejas, na direcção do Ensino e da acção cultural oficial, de enormes meios de propagação. No entanto, quem ouve apenas um sino ouve apenas um som. E as pessoas imparciais, aquelas que pretendem ter uma opinião independente, têm vontade de saber dos próprios comunistas qual é o seu objectivo, de saber por que razão os partidários desta grande ideia manifestam tanta segurança e devoção pela luta que travam. O comunismo é uma maneira especial de organizar a economia e a sociedade ou, como se diz, um modo de produção definido. O modo comunista de organizar a produção e a sociedade é a mais moderna, a mais avançada que existe. Neste livro, Georges Cogniot esclarece os principais aspectos da evolução do mundo moderno, sublinha as forças motoras e responde às grandes interrogações que se podem fazer sobre o comunismo: as suas origens, a sua história, a sua doutrina, a política dos partidos que nele se baseiam, as perspectivas que abre à humanidade. O autor descreve a experiência do movimento operário revolucionário, a prática dos países socialistas, e sobretudo a da União Soviética, que realiza actualmente, pela primeira vez na História, a edificação das bases da sociedade comunista, refutando, de passagem, os argumentos dos teóricos do revisionismo e as posições «esquerdistas».

Colecção SITUAÇÕES / 60\$00

# ORGANIZAÇÃO E LUTAS DO PARTIDO NOS DISTRITOS DE SANTARÉM E LEIRIA

## —entrevista com a DOROR

Levar ao conhecimento das mais amplas camadas da população o trabalho desenvolvido por cada organização regional é um dos objetivos do «Avante!», órgão impulsor e dinamizador das múltiplas e difíceis tarefas que no dia-a-dia se colocam a todos os militantes.

Se bem que as condições específicas de cada zona exijam diferentes tipos de acção, a experiência do trabalho realizado, os problemas e dificuldades que é necessário superar, os erros que se cometem, as vitórias alcançadas, as insuficiências que se detectam, constituem sempre um valioso contributo para um melhoramento do trabalho em todos os sectores de organização do Partido.

No sentido de dar a conhecer o trabalho realizado pelas várias organizações regionais, ganhando com a sua experiência e contribuindo para o seu melhoramento, o «Avante!» realizou uma entrevista com as camaradas, Carlos Pinhão, Lancinha e Manuel Abalada, da Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo.

Abrangendo dois distritos com características bastante distintas — Santarém e Leiria — e possuindo ambos grandes tradições de luta, a experiência da DOROR na organização, mobilização e esclarecimento da classe trabalhadora, constitui, sem dúvida, um exemplo do grande trabalho do Partido na incentivo das potencialidades da população na resolução dos seus problemas.

**Dada a diversidade da zona abrangida pela DOROR, com um forte proletariado agrícola por um lado, e industrial por outro, como se conjugam e estão organizados os diversos sectores populacionais?**

C.P. — Quanto ao sector agrícola, não me parece que haja grande problema, na medida em que, sendo os operários agrícolas a classe mais numerosa, aqui nesta região do Ribatejo (distrito de Santarém), possuem a sua organização própria dentro do Partido e fora dele, ou seja, o seu sindicato.

Também os pequenos e médios camponeses se estão a organizar, estando já constituída uma comissão específica, que abrange alguns concelhos. Se bem que tenham organizações diferentes, pois de diferentes classes se tratam, têm profundas afinidades, como seja a luta contra os latifundiários, a luta comum pela democratização do País.

O Sindicato dos Operários Agrícolas que tem sede em Almeirim, encontra-se ainda em fase de organização, contando neste momento com mais de 12 000 aderentes. Este número pode considerar-se diminuído se considerarmos que existem aqui na zona do Ribatejo, várias dezenas de milhares de operários agrícolas, mas a actuação do sindicato tem vindo já a revelar-se bastante válida e eficaz, nomeadamente, em recentes lutas na margem esquerda do Tejo, e mesmo na margem direita. Algumas chegaram inclu-

primitivos a tomar medidas concretas para a formação de sindicatos verticais, neste caso o Sindicato dos Rodoviários, ao qual já aderiram todos os trabalhadores destas duas empresas.

### Despedimentos.

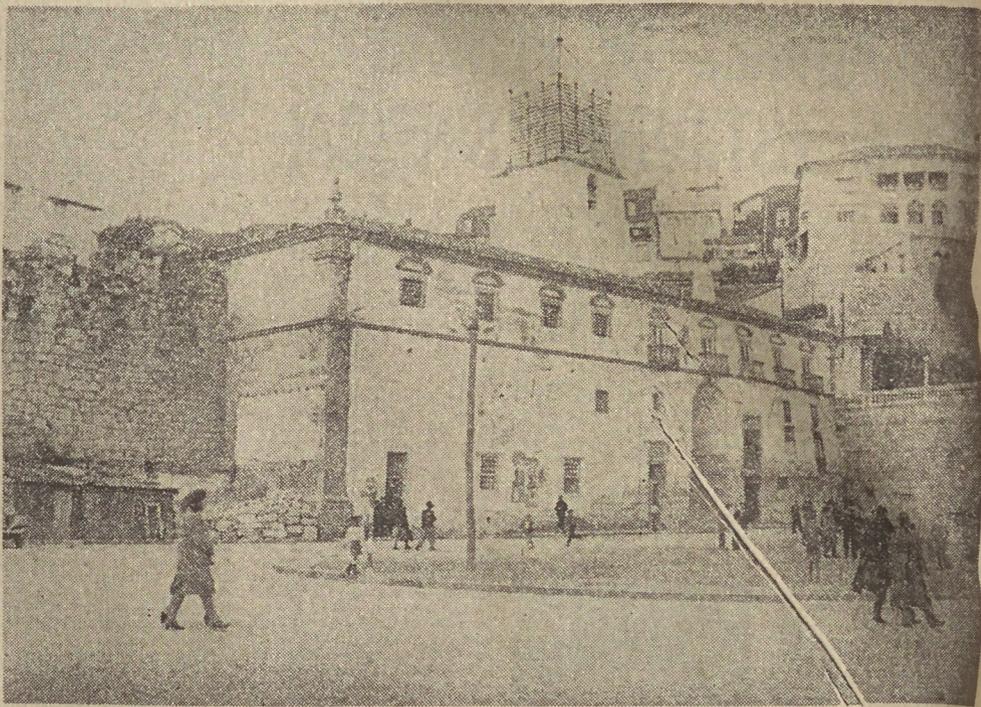
**Até que ponto é uma arma do patronato?**

«Avante!» — As entidades patronais, que durante o regime fascista tinham a sua disposição todo um aparelho repressivo que lhes permitia explorar impunemente a classe trabalhadora, recorrem hoje a todos os meios para travar o processo de democratização. Os despedimentos têm sido utilizados como uma arma de intimidação contra os trabalhadores.

Que medidas têm sido tomadas pela DOROR?  
M.A. — E no sector agrícola que o problema mais se faz sentir. Neste momento, na região do Ribatejo, estão cerca de mil mulheres desempregadas. Os patrões alegram muitas vezes que não têm dinheiro. Pois não venderam o excesso de produção (isto em relação ao vinho, por exemplo), ou que não têm trabalho para dar, ou então recorrem à mão-de-obra dos ranchos de deslocados, que na época das vindimas vêm de outras zonas onde não têm trabalho, procurar ganhar aqui, o seu pão. Nesta região, que é muito vinícola, quando os patrões dizem que não têm dinheiro, basta fazer as contas ao preço do vinho: a eles fica-lhes o litro por 1570 e vendem-no depois a 5 ou 6800!

Quando alega, após a vindima, que não tem trabalho para dar, o grande patronato pretende, por um lado, fazer baixar o nível dos salários, por outro, assegurar uma mão-de-obra de que possa dispor em qualquer altura, sem provocar aumentos. Chega mesmo ao ponto de preferir pagar os salários sem dar trabalho!

A DOROR tem desenvolvido campanhas de esclarecimento junto dos trabalhadores, denunciando as manobras do patronato, ajudando-os a adquirir consciência de classe e mobilizando-os para a luta pela garantia do direito ao trabalho. As lutas travadas levaram à conquista do COT por concelhos e mesmo freguesias, com cláusulas que obrigam o patrão a só aceitar trabalhadores de zonas diferentes quando os não



A antiga Praça do Município, na Covilhã, onde em 1941 milhares de operários se manifestaram

# RECORDANDO GREVES HISTÓRICAS DOS OPERÁRIOS DE LANIFÍCIOS DA COVILHÃ

Na região da Covilhã, a indústria de lanifícios é um dos sectores mais importantes da vida económica, senão o mais importante. Ali, milhares de operários tomaram conhecimento com a exploração capitalista, reagiram e sofreram a repressão do governo fascista. Homens e mulheres — que a mão-de-obra feminina é bastante utilizada — nunca desistiram de lutar pela melhoria das suas condições de vida. As greves foram numerosas, umas prolongaram-se por várias semanas, outras duraram apenas alguns dias. Nem sempre os trabalhadores conseguiram vitórias, mas a sua luta, sempre renovada, era o sintoma de que não abdicavam da sua condição de homens e muito menos se submetiam a transformarem-se em simples elementos de produção.

Em 1941, a Covilhã apresentava uma feição completamente diferente da que conhecemos hoje. Certos locais sofreram uma remodelação completa, a própria Praça do Município, zona central da cidade, perdeu os edifícios de estilo filipino para, em sua substituição, se erguerem blocos governamentais ao gosto da arquitectura do chamado Estado Novo.

Em 1941, portanto, a Europa vivia o seu terceiro ano de guerra e ainda não se vislumbrava a derrota dos fascistas. Entretanto, mesmo nos países afectados pela guerra, os géneros faltavam, havia racionamento e os preços subiam constantemente. Em contrapartida os salários mantinham-se iguais e o governo de Salazar impedia a todo o custo o seu aumento com o argumento de que implicaria um círculo vicioso na subida dos preços e dos salários, esquecendo, premeditadamente, que os lucros dos patrões poderiam ser reduzidos.

Cansados de salários de fome os operários, sob a orientação do Partido Comunista, movimentaram-se no sentido de melhorarem o seu dia-a-dia.

João Canário foi a única pessoa desse tempo com quem pudemos contactar que participou activamente na greve. Os seus camaradas, com quem conversámos também, tiveram uma acção mais decisiva durante a greve de 1946.

Mas as informações nem sempre são precisas. Já há vinte e três anos e por vezes a memória falha.

Naquela altura — explicava — o descontentamento era geral e todos os operários eram unânimes na necessidade de um aumento de salários. A reivindicação foi apresentada e a entidade patronal ignorou sempre uma resposta. Perante esta atitude começa a esboçar-se um movimento de greve. Um «comité» de greve é criado e, no dia 6 de Outubro de 1941, começa a paralisação do trabalho. Primeiro numa fábrica, depois noutra, o movimento vai alastrando. O «comité» de greve tem a sua actividade distribuída por zonas e João Canário explica-nos a sua experiência nessa greve, em que foi preso pela primeira vez acrescentando que já lia o «Avante!» mas só viria a militar no Partido Comunista em 1942.

Recebida a orientação para as fábricas paralisarem o seu trabalho aquele camarada dirigiu-se à firma José Pinto e Miguéis juntamente com quatro companheiros no intuito de também ali a luta dos trabalhadores ser solidária. No entanto, não contaram com a reacção do guarda da fábrica que telefonou para a PSP avisando do que se estava a passar. Dentro de pouco tempo uma patrulha comandada pelo tenente João José Amaro comparecia no local e levava presos os cinco trabalhadores.

A notícia da repressão correu breve e quando chegaram à Praça do Município onde ficava a esquadra já o local se encontrava repleto de trabalhadores manifestando-se pela libertação dos seus camaradas.

Foi impressionante a adesão em massa das mulheres que muitas vezes tomaram a vanguarda da luta apedrejando as forças policiais — recorda o nosso interlocutor.

Com efeito, naquele tempo a Praça encontrava-se em obras e os manifestantes não hesitaram em opor-se à acção repressiva das forças policiais atirando paralelepípedos ou lutando com os fracos recursos que possuíam. Entretanto iam chegando reforços de outras localidades para a abafarem a luta dos trabalhadores. Dos recontros que se sucederam resultaram dois feridos, um dos quais ficou com uma perna amputada.

E João Canário continua nas suas recordações:

— Um operário chegou a partir uma espingarda a um polícia. Foi preso e torturado. No dia seguinte, pelas seis da manhã, o comandante da PSP chegou à cela e disse-nos: «Rapaziada, vamos-nos embora. Estão ali as camionetas para a gente seguir para a estação.»

De novo os trabalhadores da Covilhã reagiram pela sorte dos seus camaradas. Depois, estes foram enfiados no comboio e quando chegaram a Entrecampos verificaram que as varandas se encontravam repletas de multidão que protestava contra as prisões. Ali foram metidos em carros celulares e conduzidos ao forte de Caxias onde ficaram cerca de oito semanas.

A greve iria durar quatro dias e estender-se-ia até Gouveia. Tortosendo, onde a penetração do Partido era manifestada, acompanhou sempre a luta dos operários da Covilhã. Entretanto, apesar de não terem obtido uma vitória, o movimento grevista não esmoreceu e em Março do ano seguinte, perante o descontentamento sempre crescente, o patronato viu-se obrigado a conceder um aumento de salários. Aliás a agitação era extensiva a outras camadas da população. Em Verdinho, povoação próxima, nesse ano, foram presos cerca de 15 homens e mulheres que protestavam apenas contra o aumento dos preços.

### A greve em 1946

Em Maio de 1946 o nosso jornal dava amplo relevo à greve dos operários dos lanifícios da Covilhã que tinha sido reprimida com brutal violência.

E descrevia o «Avante!»:

Havia longos meses que os operários da Covilhã, por intermédio do seu Sindicato, solicitavam um aumento de salários. Durante seis meses o Governo fez promessas, disse mentiras, mas nada resolveu. O aumento era tão justo que muitos industriais se mostravam dispostos a concedê-lo. E numa assembleia geral do Sindicato dos Lanifícios da Covilhã um delegado do Governo afirmou que não consentia no aumento.

Em face desta posição do Governo — prosseguiu o nosso jornal — os trabalhadores declararam imediatamente ao delegado do Governo que iriam para a greve até que o aumento fosse concedido. No dia 3 de Abril, os heróicos operários e operárias da Co-

vilhã que, continuando as suas belas tradições de luta, havia três meses tinham levado a cabo uma greve parcialmente vitoriosa declararam-se novamente em greve. No dia 5 seguiram-se os de Gouveia e da aldeia de Carvalhos. A greve alastrou a toda a região abrangendo cerca de 1000 operários.

O Governo de Salazar fez cair sobre os operários de lanifícios da Serra da Estrela todo o peso da sua máquina repressiva. Forças da polícia de Castelo Branco, Tortalgre e Santarém e «gangs» da PVDE foram destacados para a região. Foram feitas prisões em massa, encerrados os Sindicatos, demitidas as direcções, abolidas as Caixas de Abono de Família e a Caixa de Previdência. Os géneros de racionamento foram cortados e proibidos, com amea-

ças de represálias, qualquer auxílio aos grevistas e suas famílias. Prosseguiu na prática terrorista adoptada pelo nazí Botelho Moniz na greve de 8 e 9 de Maio de 1944, o Governo mandou encerrar as fábricas até ao dia 2 de Maio.

Era este pois o pano de fundo que o nosso jornal relatava quanto à justa luta dos trabalhadores e na qual o Partido teve uma actuação dominante.

Nessa altura foram presos cerca de oitenta trabalhadores. Entre eles, João Canário, agora com 59 anos, encarcerado pela segunda vez; António Craveiro Rojó, de 51, de Tortosendo foram-nos buscar a casa por volta das cinco da manhã e levaram-nos para o Regimento de Caçadores 2, na Covilhã, juntamente com outros camaradas, de onde seguiu para o forte de Caxias após 15 horas de

res, na medida em que não havia excepções para o seu comportamento. Ao mesmo tempo verificaram-se muitas prisões resultantes de vindimas pessoais. Por outro lado, como a solidariedade total dos operários, os quadros do Partido não foram atingidos na greve, tanto na Covilhã como em Tortosendo.

E os sobreviventes são unânimes em recordar que os operários presos por essa altura não comprometeram ninguém, estivessem ou não implicados directamente na greve. A população de Tortosendo orgulhava-se de sustentar os seus presos para os quais eram feitas subscrições, cabendo por semana 70500 aos solteiros e 90800 aos casados, o que nunca faltou durante os oito meses que estiveram em Caxias.

Depois de mandar encerrar as fábricas o governo obrigou os trabalhadores, numa manobra para os humilhar, a assinar um documento para retomarem o trabalho.

Contudo, a luta dos trabalhadores nunca parou totalmente. Com altos e baixos prosseguiu sempre até ao 25 de Abril.

Hoje, a sua situação começa a ser diferente. Em Maio deste ano e após 17 dias de greve conseguiram um aumento geral de 1000500 por mês e o contrato colectivo de trabalho vai ser revisto para o próximo ano.

Agora, novas perspectivas se abrem para os operários dos lanifícios que, no passado unidos na luta, demonstraram, mais de uma vez, a firme determinação de não abdicarem dos seus di-



Manuel Abalada, Carlos Pinhão, a nossa repórter e Lancinha

sivamente a greve, todas elas com amplos movimentos de massas, e que foram coronadas de êxito. De assinalar que contactos feitos pelo Partido para apoiar estas lutas levaram ao desenvolvimento e mesmo criação de organizações em zonas onde ainda não existiam. Nomeadamente, na Golegã e Chamusca.

Uma luta que tem muito interesse referir, foi a que se travou na freguesia de Muge, concelho de Salvaterra de Magos, que está sob o domínio económico da Casa Cadaval. A influência que a Casa Cadaval exercia sobre os trabalhadores era de tal ordem que nem se podia criticar a organização desta Casa, nem sequer referir a exploração a que estavam sujeitos.

Na greve que houve no concelho de Salvaterra de Magos e se estendeu a Muge, conseguiu-se a participação de todos os trabalhadores da referida Casa e os assalariados agrícolas conseguiram conquistar um contrato colectivo de trabalho, coisa que nunca tinham tido desde o advento do fascismo.

### A organização dos pequenos e médios agricultores

Quanto aos pequenos e médios agricultores, o Partido tem desenvolvido esforços no sentido do esclarecimento dos seus verdadeiros interesses de classe e qual a melhor forma de organização para os defender, não dos trabalhadores mas sim do explorador comum, o latifundiário.

O Partido tem denunciado qual o real interesse dos grandes proprietários quando defendem a existência da Associação Livre dos Agricultores (ALA), para a qual pretendem reunir os pequenos e médios camponeses. O estatuto elaborado pela ALA estabelece que por cada um grande proprietário estarão dois pequenos e dois médios na

gerência da Associação, o que dará a impressão de que estes terão mais força. O que acontece é que, dado o peso económico dos grandes proprietários, são eles quem domina a Associação. Contudo em caso de confronto com os assalariados agrícolas, o choque de classes dá-se com os pequenos e médios camponeses, e nunca com os latifundiários, que desta forma, são sempre os únicos a beneficiar. A comissão de pequenos e médios camponeses do Partido está a trabalhar para a formação de uma associação desta classe, tendo já sido dados passos importantes neste sentido.

L. — Antes de abordar o aspecto da organização do sector industrial, mais desenvolvido no distrito de Leiria, se bem que no de Santarém também existam sectores bastante importantes, é de referir aqui o sector agrícola da Região do Oeste, composto por cerca de 10 000 residentes, que, reconhecendo o nosso Partido como o melhor defensor dos interesses dos trabalhadores, se dirigiram directamente ao camarada A. Cunhal solicitando a Judo do Partido para a sua organização.

Neste momento está já a avançar-se para a possível formação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Leiria.

Encaramos também a possibilidade de criação de uma associação de pequenos e médios agricultores, dado que existem bastantes, especialmente nas zo-

### A orientação do Partido a acompanhar o desenvolvimento industrial

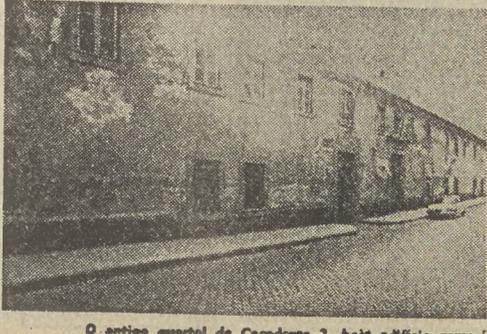
No sector industrial, a influência do Partido tem-se feito sentir não só através da organização das células de empresas, mas também através do apoio e orientação prestados à organização dos trabalhadores no aspecto sindical. Neste campo há vários casos a destacar, tal como o da freguesia de Vieira de Leiria, onde existem as fábricas de Tomé Leitner, cujos operários estão a actuar no sentido de conduzir os sindicatos e os próprios COT no sentido vertical. E oportuno referir que, neste momento está em negociação o CCT da indústria vidreira que já é vertical, portanto, que incorporará todas as classes que trabalham na indústria vidreira.

Mais ao sul, na região das Caldas da Rainha, existem fábricas de plásticos, artigos eléctricos, onde a maioria dos operários são mulheres que, antes do 25 de Abril, estavam a ser extremamente exploradas e a quem o salário mínimo veio beneficiar bastante se bem que esteja longe de corresponder às suas necessidades.

Quase todos estes operários estão associados ao Sindicato dos Metalúrgicos estando as suas lutas, presentemente, muito ligadas às lutas sindicais que estão a levar a cabo. Também em Alcobaca, Vale do dos Frades, os operários da cerâmica se estão a organizar. Antes do 25 de Abril não tinham qualquer regalia, nem sequer contrato de trabalho.

No que se refere aos trabalhadores das duas grandes empresas de camionagem existentes na região da DOROR — Beios e Claras — desejamos salientarmos o facto de terem sido os

Podemos dizer que na região do Oeste e Ribatejo a grande maioria dos trabalhadores defende a unidade sindical, verificando-se apenas algumas vacilações por parte dos sectores mais favorecidos, que recebem perder as regalias que conquistaram. Creemos que com um melhor esclarecimento desses sectores, eles passarão também a defender a unidade sindical, manter a união da classe trabalhadora. Consideramos que a organização sindical deverá estar na base da organização dos trabalhadores, que desta forma estarão «armados» para enfrentarem as novas condições conse-



O antigo quartel de Caçadores 2, hoje edifício comarário, e a cela onde os grevistas de 1946 estiveram detidos